

Relatório e Contas 2024



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2024 foi marcado por um ambiente macroeconómico exigente, com desafios significativos, tanto a nível global como nacional, exigindo resiliência, inovação e um compromisso renovado com o desenvolvimento sustentável. No contexto internacional, a implementação de políticas monetárias mais flexíveis contribuiu para a retoma do crescimento económico. No plano interno, Moçambique registou um abrandamento do crescimento do PIB, fixando-se em 1,85%, na sequência dos fortes constrangimentos impostos pelos choques climáticos e, particularmente, pelo contexto de instabilidade político-social verificado no IV Trimestre do ano, que se caracterizou por restrições severas e/ou paralisação da actividade económica, limitações à mobilidade de pessoas e bens, bem como danos registados em infraestruturas públicas e privadas. Neste contexto exigente, o BCI reafirmou o seu papel enquanto agente catalisador do crescimento económico nacional, alcançando um resultado operacional positivo, reflexo da robustez da sua actuação e da coerência da sua estratégia. Este feito foi tanto mais relevante quanto se considerarem as imparidades constituídas com prudência, visando a cobertura de potenciais perdas futuras, sem comprometer a solidez e a sustentabilidade do desempenho do Banco.

Consciente da sua responsabilidade enquanto instituição de referência no sistema financeiro moçambicano, o BCI deu continuidade à sua actuação estratégica, mantendo-se fiel aos quatro pilares que têm orientado a sua trajectória: **Sustentabilidade**, reforçando a governança, a ética corporativa e a gestão de riscos; **Eficiência**, através da modernização de processos, com foco na digitalização e na mitigação do impacto ambiental; **Qualidade**, promovendo uma oferta de valor centrada no Cliente; e **Rentabilidade**, sustentando um crescimento económico responsável e duradouro.

Estes pilares continuam a reforçar o modelo de actuação do Banco, que conjuga desempenho financeiro com progresso económico e social, orientando de forma transversal todas as suas iniciativas.

Em 2024, consolidou-se o processo de modernização do sistema de pagamentos iniciado no ano anterior, assinalando um marco importante na transformação digital do sector bancário. A introdução da tecnologia *contactless* e a criação de uma rede de interoperabilidade universal entre bancos e Instituições de Moeda Electrónica reforçaram a eficiência e a segurança

dos pagamentos. A implementação desta nova plataforma de processamento de transacções representou um desafio de grande escala para o país como um todo e, em particular, para o BCI — tanto no plano tecnológico como na gestão de recursos humanos — exigindo um planeamento rigoroso, com vista a assegurar a continuidade dos serviços e manter a confiança dos Clientes num contexto desafiante de crescente digitalização.

O investimento em infraestruturas foi igualmente prioritário. O Banco modernizou terminais de pagamento, instalou novas ATMs e reforçou os canais digitais, num esforço alinhado com a sua visão de inovação e proximidade. Paralelamente, apostou na automatização de processos, com a introdução de tecnologias como *Machine Learning* para gestão de liquidez e modelos de linguagem para atendimento automatizado, contribuindo para uma operação mais eficiente e um ambiente mais seguro. A *App daki*, ganhou novas funcionalidades, como notificações automáticas, reforçando a transparência e a proximidade com os Clientes, proporcionando uma experiência bancária mais ágil, intuitiva e segura.

A segurança digital foi outra prioridade, com o reforço da estrutura de Cibersegurança e da integridade das operações. A modernização dos sistemas de protecção e monitorização reforçou a integridade das operações digitais e elevou os padrões de segurança da instituição.

O Banco manteve uma presença sólida em todo o território nacional, apoiado por uma base de 2,4 milhões de Clientes e uma vasta rede de 211 unidades de negócio, 521 ATMs e 11.818 Terminais de Pagamento, promovendo a inclusão financeira e o acesso aos serviços bancários. Como reflexo deste desempenho, o BCI reafirmou a sua Liderança no sector, atingindo, em Dezembro de 2024, quotas de mercado de 26,94% no Crédito, 25,78% nos Depósitos e 22,73% nos Activos.

Em termos do desempenho financeiro, 2024 foi um ano de crescimento sustentável para o BCI. O Produto Bancário registou um aumento de 2,50%, impulsionado sobretudo pelo fortalecimento da Margem Financeira, que cresceu 4,73%. O Resultado Líquido sofreu uma redução de 26,18%, condicionada pelo forte aumento dos custos com Imparidades e Provisões em 127,1%, reflexo da prudência adoptada pelo Banco na cobertura dos activos expostos ao risco de crédito e ao risco soberano. Esta abordagem deveu-se, em grande medida, aos impactos do contexto pós-eleitoral adverso, incluindo a perspectiva de *downgrade* do *rating* do país, facto que se reflectiu, naturalmente, nos indicadores de rentabilidade, como o ROE e o ROA. Ainda assim, o desempenho geral do Banco manteve-se sólido: os

Depósitos cresceram 15,01%, enquanto os Capitais Próprios registaram uma evolução positiva de 4,27%, contribuindo para um aumento global do Activo em 10,87%. A carteira de crédito também apresentou um avanço de 6,06%, um reforço do compromisso do BCI com o financiamento dos sectores produtivos e de consumo, e um impulso para crescimento económico do país.

O desempenho financeiro e operacional do Banco reflectiu não apenas a solidez da sua estratégia, mas também o compromisso contínuo em oferecer serviços de qualidade e em fortalecer a relação com os clientes. Com uma visão centrada na experiência do cliente, o BCI reforçou a sua estratégia de aproximação e humanização dos serviços, promovendo iniciativas orientadas para o aumento da satisfação e da fidelização. Como resultado, a base de Clientes activos cresceu 13%, uma evidência do impacto positivo das acções voltadas para a excelência no atendimento.

O crescimento sustentável do BCI assentou também no desenvolvimento do seu capital humano. Em 2024, foram ministradas 221.087 horas de formação, maioritariamente em formato *e-learning*, abrangendo todos os Colaboradores.

Destaca-se ainda o programa de integração de graduados, que resultou na incorporação de 660 novos talentos, mais 275 face ao ano anterior, e que se tem revelado essencial para atrair profissionais qualificados e fomentar a inovação interna.

A valorização das pessoas é complementada pelo firme compromisso com a diversidade e a inclusão. A representatividade feminina alcançou os 55% do quadro de colaboradores, reflectindo a aposta contínua na igualdade de oportunidades. Este ambiente inclusivo e colaborativo fortalece a cultura organizacional e estimula a criatividade e o dinamismo, indispensáveis ao sector bancário.

O compromisso do BCI vai além da solidez financeira e da inovação tecnológica. Em 2024, o Banco consolidou o seu papel como agente de promoção do desenvolvimento económico e social, através de uma actuação activa em responsabilidade social e sustentabilidade. A inclusão financeira continuou a ser um dos pilares estratégicos, com iniciativas de literacia financeira, como palestras, *workshops* e o lançamento do podcast *BCI Talks*, que promove o conhecimento e o uso consciente dos serviços financeiros.

A Responsabilidade Social do BCI também se materializou no apoio a causas essenciais para o bem-estar das comunidades. Destacam-se acções como a assistência às vítimas das cheias e

a doação de bicicletas, que reforçaram o compromisso com a mobilidade e a recuperação social. A educação, eixo central da intervenção social do Banco, beneficiou de doações de mobiliário, material didáctico e equipamentos desportivos para escolas, em benefício directo de crianças e jovens. O Banco investiu ainda na promoção da cultura e do desporto, valorizando a identidade moçambicana. Patrocinou publicações literárias, exposições de arte e apoiou modalidades desportivas como o futebol e o xadrez, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural do país. A proximidade com a comunidade foi reforçada através da participação activa em feiras e eventos, fortalecendo as relações com Clientes e Parceiros e ampliando a presença institucional no mercado.

O reconhecimento nacional e internacional da Marca BCI, traduzido na conquista de mais de 30 prémios em categorias como Inovação, Responsabilidade Social e Atendimento ao Cliente, reflecte a confiança do mercado e o êxito de uma estratégia orientada para a excelência.

Com 28 anos de história, o Banco continuou a afirmar-se como uma instituição próxima, com campanhas humanizadas e produtos que respondem às necessidades reais dos moçambicanos, reforçando a sua identidade como um Banco "Daqui" e "de Todos".

Este percurso só foi possível com o empenho dos nossos Colaboradores, à confiança dos nossos Clientes e ao apoio dos nossos Accionistas e Parceiros Institucionais — como a SIMOrede, o Banco de Moçambique e o Ministério das Finanças — a quem endereçamos o nosso profundo agradecimento.

Dirigimos uma palavra especial de apreço aos nossos Colaboradores, cuja coesão, espírito de equipa e resiliência foram determinantes para a concretização dos resultados alcançados em 2024. Esta dinâmica positiva tem sido fortemente impulsionada pelo projecto interno "Humanizar", implementado no final de 2023, que tem vindo a fortalecer uma cultura organizacional mais empática, colaborativa e alinhada com os valores do Banco. Acreditamos que esta iniciativa tem contribuído decisivamente para a dedicação, o envolvimento e o espírito de missão dos nossos Colaboradores.

Juntos, continuamos a trilhar um caminho de crescimento e transformação.

O futuro é promissor e o BCI está preparado para continuar a construir, lado a lado com os seus parceiros, um Moçambique mais Resiliente, Inclusivo e Próspero.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Balança	(Milhares de Meticals)				
	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Δ% 24/23	Δ Absoluta
Activo Total (Líquido)	202 176 368	209 856 237	231 641 351	10,38%	21 785 115
Volume de Negócios	229 566 875	233 269 304	261 690 286	12,18%	28 420 982
Crédito Bruto a Clientes	70 718 796	73 738 642	78 207 207	6,06%	4 468 565
Crédito MN	57 004 388	61 908 865	65 466 063	5,75%	3 557 198
Crédito ME	8 427 467	7 732 308	9 387 964	21,41%	1 655 656
Crédito com Recursos Consignados	5 286 941	4 097 469	3 353 180	(18,16%)	(744 289)
Recursos de Clientes	158 848 079	159 530 663	183 483 079	15,01%	23 952 417
Capitais Próprios	28 069 198	30 837 364	32 153 832	4,27%	1 316 468
Rácio de Transformação	44,16%	45,85%	42,26%	(3,59pp)	
Volume de Negócio por Colaborador	84 649	85 322	94 337	10,57%	9 015
Resultados					
Produto Bancário	20 208 737	20 940 776	21 464 700	2,50%	523 925
Margem Financeira	15 705 074	15 728 388	16 472 957	4,73%	744 569
Margem Complementar	4 503 663	5 212 388	4 991 744	(4,23%)	(220 644)
Custos Operacionais ¹	8 620 792	9 019 102	9 919 623	9,98%	900 521
Imparidades e Provisões do Exercício ²	671 577	1 884 891	4 280 325	127,09%	2 395 434
Imposto sobre Resultados	2 838 256	1 855 349	1 225 025	(33,97%)	(630 323)
Resultado Líquido	8 078 112	8 181 434	6 039 727	(26,18%)	(2 141 707)
Rendibilidade					
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	10,37%	10,07%	9,72%	(0,34pp)	
Rendibilidade do Activo Total Médio (ROAA)	4,18%	3,89%	2,64%	(1,25pp)	
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROEA)	32,91%	29,74%	19,26%	(10,48pp)	
Custos Operacionais / Produto Bancário (Cost-to-income)	42,66%	43,07%	46,21%	3,14pp	
Produto Bancário por Colaborador	7 452	7 586	7 738	151,79	
Qualidade de Crédito					
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) Metodologia EBA	5,48%	3,84%	2,84%	(1,00pp)	
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) ³ Metodologia BdM	14,43%	11,02%	10,97%	(0,05pp)	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade do Crédito EBA	102,69%	111,51%	142,67%	31,17pp	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade do Crédito BdM	74,06%	80,25%	79,10%	(1,16pp)	
Cost of Risk	0,49%	0,18%	1,01%	0,83pp	
Solvência					
Fundos Próprios ⁴	19 131 180	21 796 561	24 803 919	13,80%	3 007 358
Activos Ponderados pelo Risco	75 466 342	89 551 074	106 319 324	18,72%	16 768 250
Rácio Capitais Próprios / Activo Total	13,88%	14,69%	13,88%	(0,8pp)	
Rácio Core Tier 1	26,59%	25,19%	23,95%	(1,24pp)	
Rácio de Solvabilidade ⁵	25,35%	24,34%	23,33%	(1,01pp)	
Quotas de Mercado					
Depósitos	25,41%	25,39%	25,78%	0,39pp	
Crédito a Clientes	24,25%	25,80%	26,94%	1,14pp	
Activos	23,68%	22,89%	22,73%	(0,16pp)	
Outros Indicadores					
Nº de Agências	211	211	211	0,00%	-
Nº de Colaboradores	2 712	2 734	2 774	1,46%	40
Nº de Clientes	2 178 206	2 285 251	2 368 020	3,62%	82 769
Nº ATM's	532	520	521	0,19%	1
Nº POS	13 427	10 831	11 818	9,11%	987

¹ Custos Operacionais: inclui Gastos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações do Exercício.
² Imparidades e Provisões do Exercício: inclui o reforço líquido de Imparidade de Crédito, Imparidade de Outros Activos e Provisões diversas do Exercício.
³ Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL): calculado com base no normativo de Basileia II (Crédito Vencido incluindo prestações vincendas). Durante o segundo trimestre de 2020, o BdM recomendou a revisão do conceito de NPL regulamentar, que passou a incorporar todos créditos reestruturados que observavam atrasos a partir de 1 dia.
⁴ Fundos Próprios: calculados com base no estabelecido pelo Banco de Moçambique, que assenta nas regras de Basileia II.
⁵ Rácio de Solvabilidade: calculado com base na metodologia definida pelo Banco de Moçambique, que reflecte as regras de Basileia II e pressupõe um maior rigor no controlo dos níveis de adequação do capital das instituições.

O BCI – QUEM SOMOS

A identidade do BCI é marcada pela cultura financeira e empresarial dos Grupos Caixa Geral de Depósitos e Banco Português de Investimento. Os traços essenciais dessa cultura são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a capacidade de antecipação e inovação, a rigorosa gestão de riscos e a criação segura de valor.

A Nossa Visão

Contribuir activamente para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, criando **Valor** e gerando **Satisfação** para os **Clientes, Accionistas, Colaboradores, Parceiros** e **Comunidade** em geral, de modo socialmente **responsável e sustentável**.

A Nossa Missão

Ser um Banco de cultura Moçambicana e uma **referência** para o **sistema Financeiro** no espaço da **África Subariana**, ao nível da aplicação das **melhores práticas**, da **competitividade**, da **inovação** e da **qualidade de serviço**.

A actividade do BCI e a relação com os seus stakeholders respeita **Os Nossos Valores**:

Proximidade

Estar cada vez **mais próximo dos nossos Clientes** e **potenciais Clientes**, através de uma rede de pontos de venda capilar nos principais centros urbanos e nas zonas rurais.

Simpatia

Ser **reconhecido** pelo elevado profissionalismo, cordialidade e simpatia dos nossos Colaboradores.

Acessibilidade

Disponibilizar **permanentemente canais de acesso simples e fáceis de utilizar**, permitindo a cada Cliente escolher o mais adequado para si, em cada momento.

Ética e Transparência

Agir com integridade, honestidade e transparência para a preservação dos interesses dos nossos Clientes.

Qualidade

Oferecer um **nível de serviço adequado a cada Segmento**, promovendo, aferindo e melhorando a **satisfação dos Clientes**.

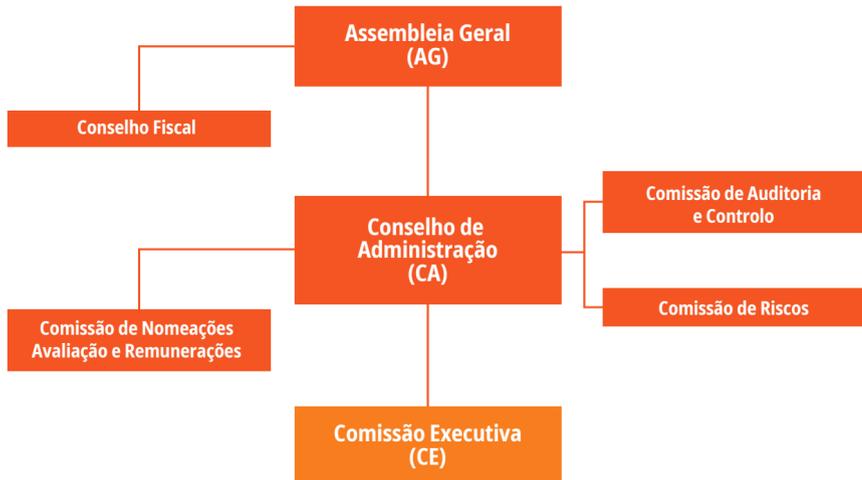
O **Plano Estratégico** do BCI estabelece as iniciativas e acções tomadas pelo Banco com o intuito de gerar valor para os seus *stakeholders*, e assenta em 4 Pilares:



ÓRGÃOS SOCIAIS E MODELO DE GOVERNO

O modelo de Governo do BCI assegura a clareza na distribuição de funções e de responsabilidades entre os diferentes Órgãos e Comitês de gestão e de controlo, promovendo, deste modo, a eficiência e a transparência no processo de tomada de decisão, a gestão adequada de riscos e limitando a ocorrência de potenciais conflitos de interesses, com intuito de gerar valor para os seus stakeholders de forma sustentável. A estrutura de *Governance* do

BCI engloba a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e as suas respectivas Comissões Especiais Consultivas de Apoio à Governação Corporativa, nomeadamente, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Riscos e a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, bem como a Comissão Executiva, tendo como órgão de fiscalização o Conselho Fiscal.



Ao Conselho de Administração, compete, entre outros, exercer os mais amplos poderes de gestão e representação do BCI, devendo subordinar-se às deliberações da Assembleia Geral, aprovar o Plano Estratégico, aprovar as políticas relativas a identificação, avaliação e gestão de riscos e as medidas de controlo interno que permitam gerir e mitigar de forma eficaz os riscos a que o Banco está exposto. Compete ainda ao Conselho de Administração, aprovar as políticas relativas ao governo societário em consonância com o previsto nos Estatutos, nas leis e disposições regulamentares aplicáveis, bem como assegurar o aperfeiçoamento contínuo do Modelo de Governo

e de Fiscalização implementados. O Conselho de Administração delega à Comissão Executiva, a gestão corrente do Banco, fixando os limites da sua competência.

O acompanhamento contínuo das funções relevantes de controlo por parte do Conselho de Administração, é assegurado pelas suas Comissões Especiais Consultivas e de Apoio à Governação Corporativa, compostas por membros não executivos do CA, por forma a assegurar a separação e a independência das funções de controlo, relativamente às funções de gestão.

Comissões Especiais Consultivas e de Apoio à Governação Corporativa

<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e promover a eficácia das Funções de Risco e de <i>Compliance</i>. • Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BCI. • Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a actividade do BCI, sendo eles financeiros e não financeiros. • Acompanhar os processos de <i>rating</i>. • Definir e actualizar um plano de acção relativamente a todos os riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a actividade da Comissão Executiva. • Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BCI, das normas internas e das recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, e das políticas gerais e das normas e práticas internas. • Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira. • Assegurar a adequação e cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas adoptadas pelo BCI, nos termos do referencial contabilístico aplicável. • Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e acompanhar a elaboração e implementação no BCI, das normas corporativas da CGD, em matérias de avaliação, nomeação e remuneração dos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais. • Identificar e avaliar os candidatos aos órgãos de administração e fiscalização, promovendo a diversidade nesses órgãos. • Apresentar, anualmente, à Assembleia Geral do BCI, propostas de política de remuneração, incluindo os benefícios discricionários de pensão, respeitantes aos Membros dos órgãos de administração e fiscalização.
Comissão de Riscos	Comissão de Auditoria e Controlo	Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações

Os primeiros responsáveis das funções de controlo (Gestão de Risco, *Compliance* e Auditoria Interna), reportam, em termos funcionais, aos respectivos responsáveis dessas funções no Grupo CGD e às respectivas Comissões Especiais do CA, o que garante a sua maior independência da gestão do Banco, particularmente da Comissão Executiva.

No que toca à gestão corrente do Banco, a Comissão Executiva delega o acompanhamento e tomada de decisão sobre alguns temas específicos aos seus Conselhos Delegados e Comitês Gerais, nomeadamente, Fórum Estratégico (FE), Conselho de Crédito (CC), Conselho Delegado de *Rating* (CDR), Comité

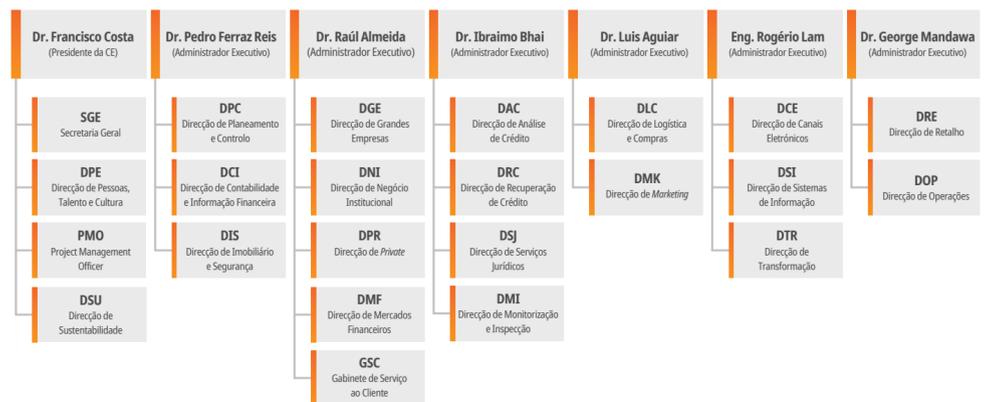
de Transformação (CTR), Comité de Produtos (CPR), Comité Geral de Continuidade de Negócio (CGCN), Comité de Custos e Investimento (CCI), Comité de Gestão de Capital, Activos e Passivos (CALCO), Comité de Sistemas (IT *Steering*), Comité Operacional (CO), Comité de Experiência do Cliente (CEC), Comité de Sustentabilidade (CSU), Comité de Operações com o Estrangeiro (COE) e Comité de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC), nos quais, para além dos membros da Comissão Executiva, têm assento os primeiros responsáveis das Áreas com relevância para as questões que são objecto de análise e acompanhamento por parte do comité em causa.

ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de Dezembro de 2024, a composição dos Órgãos Sociais do BCI, cujo mandato de três anos iniciou em 2023, era representada pelo seguinte organograma:

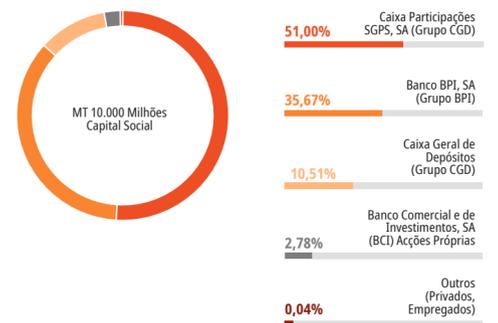
Mesa de Assembleia Geral Presidente: Prof. José Francisco de Faria Costa Secretário: Dr. Sérgio Alexandre Cruz de Matos e Gois Caupers Secretário: Dr. Maveja Aboobacar Ismael Mulima	Comissão Executiva (CE) Presidente: Dr. Francisco Pinto Machado Costa Vogais: Dr. Pedro Ferraz Correia dos Reis Dr. Luís Filipe Costa Reis Marques de Aguiar Eng.º Rogério Paulo Cabacinha Lam Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo Bhai Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa Dr. Raúl António Correia Saraiva de Almeida
Secretário da Sociedade Secretário: Dr. Sérgio Alexandre Cruz de Matos e Gois Caupers	Conselho Fiscal (CF) Presidente: Dr. Frederico José Ortigão da Silva Pinto Vogal: Dr. José Manuel Nunes Liberato Vogal: Dr. Mário Vicente Siteo Suplente: Dr. João Miguel Pacheco de Sales Luis
Conselho de Administração (CA) Presidente: Dr. Carlos Agostinho do Rosário 1º Vice Presidente: Dr. José João Guilherme 2º Vice Presidente: Dr. Francisco Pinto Machado Costa Vogais: Dr. João Paulo Tudela Martins Dr. Pedro Ferraz Correia dos Reis Dr. Luís Filipe Costa Reis Marques de Aguiar Eng.º Rogério Paulo Cabacinha Lam Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo Bhai Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa Dr. Raúl António Correia Saraiva de Almeida Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão Dra. Cecília Figueiredo Gaspar	Comissão de Auditoria e Controlo (CAC) Presidente – Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão Vogal – Dr. João Paulo Tudela Martins Vogal – Dra. Cecília Figueiredo Gaspar
	Comissão de Riscos (CR) Presidente – Dr. João Paulo Tudela Martins Vogal – Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão Vogal – Dra. Cecília Figueiredo Gaspar
	Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR) – Comissão do CA Presidente – Dra. Cecília Figueiredo Gaspar Vogal – Dr. João Paulo Tudela Martins Vogal – Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão

PELOUROS DA COMISSÃO EXECUTIVA



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A estrutura accionista do Banco a 31 de Dezembro de 2024 era composta por três grandes investidores institucionais (Caixa Participações SPGS, S.A., Banco BPI, SA e Caixa Geral de Depósitos, S.A.) que, em conjunto, detinham 97,18% das ações, e vários outros investidores minoritários, com cerca de 0,04%, bem como 2,78% de ações próprias. O capital social do Banco está representado por 1.000.000.000 (mil milhões) de ações com o valor nominal de dez metcais cada.



Por conta da dimensão da participação do Grupo CGD na estrutura accionista do BCI e consequente consolidação das demonstrações financeiras, que implica a necessidade de cumprimento integral das regras, políticas e normas corporativas do Grupo em termos de gestão da actividade, bem como o alinhamento a nível dos requisitos e modelo de reporte, o BCI está, ainda que indirectamente, sujeito ao quadro regulatório do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu, sem no entanto descurar o cumprimento do quadro legal moçambicano, o que implica um maior rigor e prudência no modelo de gestão da

actividade. Importa referir que, o facto de a CGD ser considerada uma instituição de relevância sistémica no sistema financeiro português e, em consequência, estar sujeita a requisitos mais rígidos de adequação de capital em base consolidada, reforça a necessidade de elevada prudência na gestão do BCI, a qual é consubstanciada nos limites internos e corporativos de apetência pelo risco que norteiam a prossecução da actividade do Banco.



DIMENSÃO DO BCI

Quotas de Mercado do BCI em Dezembro 2024 (%) – Uma Consolidação da Liderança



O Banco Comercial e de Investimentos (BCI) preservou a robustez e a solidez estabelecida ao longo dos últimos anos, mantendo a posição de **liderança no sistema bancário nacional**.

O BCI serve 2,4 milhões de Clientes no mercado nacional e é a maior instituição financeira a operar no Sistema Financeiro Moçambicano em termos de volume de negócio (Crédito e Depósitos) e Activos. Em 2024 as quotas de mercado cifraram-se em 26,94% no Crédito, em 25,78% nos Depósitos e em 22,73% nos Activos.



Rede de Distribuição

Universal: 204 agências | 2 Centro Integrados | 2 Bancos Móveis

Corporate: 1 Centro Integrado | Desk Especializados: Agronegócio, Energia e Oil and GAS

Private: 2 Centros Privates

O BCI conta com 211 unidades comerciais na rede física (das quais, 28 Centros Exclusivos, 2 Centros Integrados, 1 Centro Corporate, 2 Centros Private Banking e 2 Bancos Móveis), 521 ATM's e 11.818 POSS. O BCI disponibiliza serviços de *eBanking* (Particulares e Empresas), *Call Center* (Linha Fala Daqui), aplicações móveis (App BCI e Mobile), e o *WhatsApp Banking*, assegurando assim a prestação de serviços e produtos bancários a todos os segmentos de Clientes.

PRÉMIOS E RECONHECIMENTO EM 2024

O sucesso da nossa estratégia e do nosso compromisso com a qualidade de serviço nas diversas linhas de negócio e áreas de actuação, à semelhança dos anos anteriores, foi, em 2024, alvo de reconhecimento e distinção por parte de várias entidades internacionais e nacionais de relevância.

Em 2024, o BCI foi distinguido com 31 prémios por 12 Instituições Internacionais, nomeadamente:

- PMR Africa Excellence (Diamond Arrow):** Melhor Banca de Empresas | Melhor Cartões de Crédito | Melhor Banca de Particulares;
- International Finance Magazine:** Melhor Banco Centrado no Cliente de Moçambique | Melhor CEO no Sector Bancário de Moçambique "Francisco Costa";
- Euromoney Award for Excellence:** Melhor Banco de Moçambique para as PME;
- Global Business Magazine:** Melhor Banco de Responsabilidade Social de Moçambique | Melhor Banco de Retalho de Moçambique | Melhor Banco Comercial de Moçambique | Banco de Retalho com Melhor Atendimento ao Cliente de Moçambique;
- World Economic Magazine:** Melhor Banco Comercial de Moçambique | Melhor Banco do Segmento Private de Moçambique;
- The Global Economics:** Melhor Banco Comercial de Moçambique | Melhor Banco de Responsabilidade Social de Moçambique;
- World Business Outlook:** Banco Preferido de Moçambique | Maior Banco Comercial e de Investimento de Moçambique | Banco de Retalho mais Fiável com Serviço ao Cliente de Moçambique | CEO Bancário do Ano de Moçambique;
- Global Business Outlook:** Melhor Banco Comercial de Moçambique | Melhor Banco de Moçambique para as PMEs;
- Global Business and Finance Magazine:** Melhor Banco de Moçambique | Melhor Banco do Segmento Private de Moçambique | Melhor Banco de Retalho de Moçambique.
- Brands and Business Magazine:** Campanha Publicitária Bancária mais Inovadora de Moçambique | Melhor Banco Comercial de Moçambique; e
- Global Brands Magazine:** Excelência no Segmento Corporate de Moçambique | Banco Comercial Líder de Moçambique.

Agradecemos aos nossos Colaboradores pelo empenho diário e aos nossos Clientes pela confiança que tornam estas conquistas possíveis. Este reconhecimento reforça o nosso compromisso em continuar a oferecer excelência, inovação e confiança a todos.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO E SEGMENTAÇÃO DE CLIENTES

A Banca Comercial é a área predominante do BCI, tanto em termos de volume de negócio, como em resultados. O modelo de negócio assenta na disponibilização de uma oferta completa e diversificada de produtos e serviços financeiros, estruturada para responder às necessidades específicas dos Clientes Particulares, Empresariais e Institucionais, através de uma rede de distribuição especializada, omnicanal e totalmente integrada.

Este percurso foi pautado por um posicionamento estratégico claro, centrado na diferenciação, consistência e inovação, permitindo ao BCI manter a competitividade num mercado em constante evolução. A força da marca não reside apenas na sua presença institucional, mas na ligação autêntica e profunda que estabeleceu com os seus clientes. Hoje, a marca BCI não é apenas do Banco; ela pertence às **pessoas, reflectindo confiança, credibilidade e proximidade**.

A decisão de **Humanizar** as campanhas e **reforçar a orientação para o Cliente** surge como uma demonstração do compromisso do BCI em atender às reais necessidades dos seus clientes. Este enfoque, aliado a uma oferta de produtos e serviços adequados às necessidades reais, fortalece a conexão com o público e reafirma o BCI como uma instituição que compreende e valoriza as pessoas.

O que torna a Marca BCI tão importante no seu sector de actividade, é a sua identidade. O BCI reflecte, ano após ano, na sua Marca, o melhor de Moçambique e dos moçambicanos, procurando sempre um alinhamento com os valores mais preciosos e especiais da moçambicanidade.

Campanha após campanha, o Banco realça a relevância da identidade moçambicana. Este trabalho cuidado e abrangente estende-se a todos os ramos da actividade do BCI. A cada acção feita, desde os produtos e soluções que cria até às suas acções de responsabilidade social, onde procura enaltecer a cultura local em todo o território nacional e a sua relevância para os consumidores.

O BCI, no processo de construção da sua Marca, sempre se centrou no consumidor, nas pessoas. Adoptou o *storytelling* e continua a contar Moçambique no seu *marketing*. A marca BCI transcendeu o *marketing* tradicional, tornando-se parte integrante do panorama cultural e emocional de Moçambique.

E é por isso que se diz com orgulho: É de Todos. É Daqui.

DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E ACTIVAÇÃO DA MARCA

No âmbito das actividades direccionadas aos diversos segmentos, nomeadamente, Clientes Particulares, Pequenas e Médias Empresas, Grandes Empresas e Clientes Institucionais (Empresas Públicas, Instituições do Estado e ONG), e em consonância com a estratégia traçada, adoptamos acções específicas para promover a satisfação e fidelização dos Clientes, a angariação de novos Clientes, a captação de Recursos e colocação de Crédito. Adicionalmente, realizamos acções para promover várias soluções bancárias como os Meios de Pagamento e os Serviços de Banca Electrónica. Das acções realizadas destacam-se as seguintes:

Campanha Institucional de Marca

Em Maio, o BCI lançou uma Nova campanha de Marca com o mote "**É de Todos. É Daqui**" para reforçar o seu posicionamento como o Banco que promove a moçambicanidade e um forte sentido de pertença que visava criar uma ligação emocional mais forte, destacar a acessibilidade e confiabilidade dos serviços e reafirmar que estamos para servir a todos, porque **SOMOS TODOS BCI**, o BCI é e sempre foi um "**Banco Moçambicano, que é de todos e para todos**".

Crédito ao Consumo - Campanha de Crédito aos Funcionários Públicos 2024

Reforçamos o foco e o compromisso no apoio aos funcionários públicos, através do Crédito ao Consumo de Taxa Fixa, destacando-se a capacidade de desembolso dos pedidos de financiamento num intervalo de tempo bastante curto (em média, de 48 horas). Tratando-se de soluções desenvolvidas para atender às necessidades dos Clientes Particulares, oferecendo novas possibilidades em termos de colocação e gestão de financiamentos, o reembolso é efectuado através de prestações de valor fixo. Esta solução em 2024 cumpriu com 82% da meta definida.

Domiciliação de Salários - Campanha de Incentivo à Domiciliação de Salários

Domiciliação de Salário corresponde à escolha dos Clientes de direccionarem os seus salários ou outros rendimentos regulares directamente para a sua Conta Bancária no BCI. A Campanha teve uma duração de 6 meses, com início a 15 de Fevereiro de 2024 e termo a 15 de Agosto de 2024. A campanha teve como segmento alvo todos os actuais e potenciais Clientes Particulares do Banco que recebam salários regularmente, sejam eles funcionários de empresas públicas, privadas ou profissionais autónomos. O BCI por via desta campanha conseguiu domiciliar 32.749 contas Bancárias.

No que diz respeito ao sorteio e premiação, foram considerados tanto os Clientes que aderiram à domiciliação do salário durante o período da campanha quanto os Clientes que já tinham o salário domiciliado no BCI. Para efeitos de premiação, foram efectuados 3 sorteios bimensais que culminaram com Prémios em dinheiro a cada 2 meses e viaturas 0 Km no fim da campanha.

Campanha de Actualização de Base Dados de Clientes por Website e App

Decorreu a campanha para a actualização da base de dados de Clientes via Website e App, com o objectivo de incentivar os Clientes a actualizar os seus dados sem necessidade de

se deslocarem a uma Agência do BCI, bem como melhorar a *performance* das iniciativas de actualização da base de dados.

Os vencedores estavam habilitados a receber cartões de compras (*vouchers*) e o apuramento foi através de sorteios mensais.

Número Único de Identificação Bancária - NUIB

O NUIB é o Número Único de Identificação Bancária, atribuído pelo Banco de Moçambique a pessoas singulares e colectivas, que as identifica perante todo o sistema financeiro nacional. O mesmo foi implementado no sistema financeiro nacional, para melhorar o processo de identificação de Clientes entre as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras do País.

Desde 2023, o BCI tem comunicado a atribuição de NUIB's aos seus clientes por meio de mail-marketing e SMS.

Em 2024, iniciamos também um plano de comunicação nas redes sociais, com o objectivo de educar e explicar ao público em geral o que é o NUIB, bem como solicitar aos clientes a actualização de dados, para obtenção do NUIB.

Campanha de Dinamização dos Meios de Pagamento

Electrónicos - Cartões de Débito e de Crédito

Após a substituição do sistema informático para pagamentos electrónicos a nível Nacional, pretendeu-se promover e divulgar os meios de pagamento do Banco. Neste âmbito, foi lançada a campanha que visa incentivar a utilização e a redução da inactividade dos Cartões de Débito **PRIVATE, EXCLUSIVO e BTO**, através de incentivos para os utilizadores dos cartões por via de sorteio, com premiação bimestral aos Clientes elegíveis.

Campanha Dinamização de POSs

A Campanha de Incentivo ao aumento de Faturação POS, que decorreu de 1 de Julho a 30 de Novembro de 2024, visava promover o uso do POS BCI pelos comerciantes e outras entidades com contrato POS BCI, através de premiações. A campanha incluiu sorteios mensais, acompanhados pela Inspeção Geral de Jogos. Com esta iniciativa a faturação no segundo semestre aumentou em 123% face ao semestre anterior.

Dinamização da Nova forma de carregamento dos Cartões

Pré-Pago

No âmbito da disponibilização ao público dos novos cartões Pré-Pagos VISA (Tako Pago e Mambas), com a tecnologia *Contactless*, surgiu a necessidade de comunicar a nova forma de carregamento dos cartões pré-pagos nacionais, que passam a ser efectuados por transferência, para o **NIB do Cartão**.

Campanha Dinamização dos Canais Digitais

A comunicação eficaz sobre os serviços bancários é crucial para o desenvolvimento de uma relação de confiança e eficiência entre o BCI e os seus clientes.

Dada a importância estratégica de comunicar aos clientes sobre a possibilidade de realizarem pagamentos de serviços através dos canais digitais DAKI, foi lançada uma campanha publicitária, sob o mote "**Faz pagamento de forma rápida e segura, onde e quando quiseres, com o BCI**" com o objectivo de conferir maior comodidade ao clientes na realização das suas transações do dia-a-dia e ainda reduzir o tráfego nas agências, permitindo assim que o Banco opere de forma mais eficiente, alocando recursos humanos e tecnológicos de maneira mais estratégica. Com uma comunicação clara, esta campanha contribuiu para um aumento significativo na adesão dos clientes aos canais digitais, promovendo uma maior utilização dos serviços de *eBanking*, APP, ATM, Conta Móvel e Serviço *134#.

Nesta senda o Banco disponibilizou aos seus Clientes a possibilidade dos mesmos efectuarem o desbloqueio do PIN do Serviço *134# através da APP DAKI e do canal *eBanking*. Esta campanha desdobrou-se igualmente numa comunicação específica ao segmento universitário, com o tema principal "**Paga as tuas propinas via Celular, Internet e ATM**".

Dinamização de Seguros Não Bancários

Em 2024, prosseguimos com a dinamização de seguros não bancários (automóvel, viagem internacional e doméstica, funeral e de saúde), promovendo as vendas destes seguros nos balcões, onde também são organizadas sessões de formação e esclarecimento. A dinamização é acompanhada de uma campanha de comunicação, onde são propagados folhetos, bem como disponibilizada informação no site do Banco, das seguradoras parceiras e nas redes sociais.

Campanha Crédito ao Consumo através de Produto Não Bancário em parceria com a Empresa Procomputers

Iniciativa com validade de 6 meses, com início a 1 de Julho e termo a 31 de Dezembro de 2024, que permitiu o acesso ao financiamento em condições preferenciais para a aquisição dos aparelhos comercializados pela Procomputers. A Campanha PNB Procomputers está assente no Consumo, e na promoção de Produtos Não Bancários (PNB), destinada aos Clientes Particulares do Segmento BCI Universal e BCI Exclusivo.

Abertura de Contas na UEM - 2024

A Universidade Eduardo Mondlane promoveu de 12 de Fevereiro a 15 de Março as inscrições de novos alunos. No âmbito da histórica relação de parceria com a UEM, o BCI participou neste processo tendo captado novos Clientes Universitários e reforçando a imagem da marca neste segmento.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E FEIRAS DE EXPOSIÇÃO

Em 2024, o BCI reforça o seu compromisso em estar mais próximo dos seus clientes e parceiros através da participação activa em eventos e feiras de exposição.

O Banco acredita que a presença em eventos é essencial para partilhar a visão, destacar o impacto no sector financeiro e reafirmar o BCI como um Banco de referência, alinhado com as necessidades da sociedade.

FACIM 2024 – Dinamização Comercial

A participação do BCI na 59ª edição da FACIM (26 de Agosto a 01 de Setembro), no distrito de Marracuene, contribuiu para reforçar o compromisso do Banco como parceiro do Governo no desenvolvimento e expansão de negócios no país, assim como para explorar as possíveis oportunidades para a promoção das Soluções de Produtos e Serviços BCI e captação de novos negócios/clientes para o Banco.

O Banco apostou numa abordagem mais proactiva junto aos visitantes e expositores, explorando sempre oportunidade de *networking* durante a feira. A abordagem foi também materializada por sorteios, participação em eventos temáticos e oferta de brindes.

Escola Portuguesa- Comemorações do Dia de Portugal

O Banco marcou presença nas festividades do Dia de Portugal, assinalado no dia 10 de Junho, participando, na qualidade de parceiro, no evento realizado no dia 15 de Junho, no recinto da Escola Portuguesa.

Com uma diversidade de atractivos, o Banco disponibilizou soluções financeiras rápidas e eficazes, dinamizadas por equipas técnicas e comerciais do Banco, para esclarecimentos e recomendações.

O espaço do BCI foi um dos principais pontos de atracção, com duas áreas distintas, a primeira reservada para *networking* e dinamização de produtos e serviços para empresas. A *stand* foi apetrechado com *Led Wall* para a divulgação de vídeos, e *lounge* para *networking*. Nesta área, foram sorteadas 4 bicicletas BMX.

Escola Americana – June Fest 2024

O Banco participou na qualidade de patrocinador na feira organizada pela Escola Americana em Maputo. O evento contou com a presença de membros da comunidade Americana residentes em Moçambique e foi uma oportunidade de estreitar a relação entre o BCI e a Escola Americana, bem como aproximar-se desta Comunidade.

45º aniversário da Escola Francesa de Moçambique

O BCI marcou presença, na cidade de Maputo, nas celebrações alusivas aos 45 anos da Escola Francesa de Maputo (Lycée Français International Gustave Eiffel), evento em que o Banco participou na qualidade de patrocinador.

O evento foi marcado por diversas acções, sendo de destacar actividades de cariz cultural entre as quais a fotografias, as artes plásticas, a dança, o desporto e a gastronomia.

Mulheres na Liderança: Desafiando Limites no Mundo Corporativo

Realizou-se no dia 29 de Abril, no auditório do BCI, um *workshop* subordinado ao tema "Mulheres na Liderança: Desafiando Limites no Mundo Corporativo". Promovido em parceria com a *New Faces New Voices*, o evento teve em vista capacitar e inspirar as mulheres a alcançarem o seu potencial, e a se destacarem na sua carreira, contribuindo de forma significativa para o sucesso no meio em que se inserem.

No evento, foram painelistas o Presidente da Comissão Executiva do BCI, Dr. Francisco Costa; a CEO, empresária, especialista em workshops de liderança, empreendedora e oradora motivacional, Denise Cortês Keyser; a Vice-Presidente para o Desenvolvimento Sócio Económico para projectos LNGMoz na Total Energies, Laila Chemane Chilemba; a Vice-Presidente do Pelouro da Mulher Empresária na CTA, Sofia Cassamo Pitanga; e a Directora Executiva da FSDMoc, Esselina Macome.

Mozambique Energy & Industry Summit

O *Mozambique Energy & Industry Summit* é uma Conferência anual realizada em Cabo Delgado, que reúne líderes e profissionais da indústria energética e industrial do País e de várias regiões. O evento serve como uma plataforma importante para discutir e debater as tendências, desafios e oportunidades no sector de energia e indústria em Moçambique, bem como para promover a colaboração e o *networking* entre os participantes.

Este evento decorreu de 2 a 4 de Julho e contou, com a participação do Director Central Adjunto, José Leonel Notião, no Painel Local Content, onde o mesmo abordou os feitos do Banco sobre este tema.

6ª Edição do Mozgrow

O BCI reafirmou apoio ao sector do agronegócio em Moçambique, através da participação no MozGrow, na sua 6ª edição. Parceiro desta iniciativa desde o seu lançamento, e em reconhecimento, também, do elevado potencial da agricultura, que constitui a base de desenvolvimento da economia moçambicana, o

BCI apresentou, na feira, soluções de financiamento para o agronegócio.

O Mozgrow é uma plataforma de agronegócio que junta intervenientes da cadeia produtiva, industrial e comercial, para a promoção do investimento e desenvolvimento socioeconómico e sustentável de Moçambique. A edição 2024 decorreu de 24 a 26 de Julho, sob o lema "Agro-negócio e Resiliência Climática".

2ª Edição do Luso Music Festival - Xutos e Pontapés

Um evento promovido pela entidade Arena Eventos, com o objectivo de assegurar o intercâmbio cultural na área da música lusófona, tendo como a figura de cartaz a conceituada banda portuguesa Xutos e Pontapés.

Air Show 2024

É o maior espectáculo aéreo do país organizado pelo Aero Clube de Moçambique, em parceria com a VIVO e o Município de Maputo, e que contou com o apoio do BCI, nesta sua 12ª edição. O evento, que contou com a presença de altas individualidades públicas e privadas, tinha em vista promover a cultura aeronáutica em Moçambique, assim como contribuir para dignificar a cidade de Maputo como um destino de desporto, cultura e turismo.

Festividade de Gwaza Muthini

É um evento realizado anualmente em memória dos moçambicanos que participaram na luta de resistência anticolonial que resultou na memorável batalha de Marracuene de 1895, entre o exército colonial português e os guerreiros do então Império de Gaza. O BCI garantiu o apoio a este evento, ajudando a preservar a identidade e história de Moçambique.

Comemoração do 52º aniversário do Conselho Municipal da Matola

Com mais de 1 milhão de habitantes, a Matola é a segunda maior cidade de Moçambique e um importante centro industrial e comercial. O BCI assegurou o apoio ao Conselho Municipal da Matola, como forma de apoiar as actividades comemorativas alusivas a esta data.

Festividades do 38º aniversário do Governo do Distrito de Nacarao

O apoio do BCI às festividades do 38º aniversário do Governo do Distrito de Nacarao, localizado na província de Nampula, teve como principal objectivo contribuir para a realização das diversas actividades comemorativas desta importante data. Este gesto reflecte o compromisso do BCI no apoio às comunidades locais e ao fortalecimento das celebrações institucionais.

O poder do Networking - Organizado pela ANJE

Em Maio, marcamos presença, na 2ª edição do evento "O Poder do *Network*". O apoio do BCI mais uma vez a esta iniciativa insere-se no âmbito da parceria entre o Banco e a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE). Tido como um dos maiores eventos de *networking* do mundo, o programa reuniu cerca de 1500 jovens, que ouviram os palestrantes e empresários moçambicanos, nomeadamente Lineu Candieiro, Ayaz Hassan e Nilza Chipe, e os de nacionalidade brasileira, nomeadamente, Bruno Avelar, Davi Braga, Mayra Cardi, Carlinhos Malaquias, Thiago Nigro e por cerca de 10 horas.

O denominador comum entre as apresentações foi a partilha de conselhos úteis rumo ao sucesso, tais como sair da zona de conforto, ser ousado, a vontade de mudar, a atitude, o sentido de organização, os cuidados com a imagem, entre outros.

XIX Edição da Conferência Anual do Sector Privado (CASP)

Este evento foi organizado pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), em parceria com o Governo de Moçambique. O evento subordinou-se ao tema "Investimentos e Negócios em Ambiente das Medidas de Aceleração Económica: Desafios e Oportunidades". O BCI associou-se, na qualidade de um dos principais patrocinadores desta Conferência, ao maior evento de negócios em Moçambique, dando o contributo para o enriquecimento do importante debate sobre o ambiente de negócios em Moçambique.

4ª e 5ª Edições das Conferências Índico

As Conferências Índico são eventos corporativos, híbridos (presencial e *online*), com alinhamentos temáticos relevantes para o desenvolvimento socioeconómico do País. Os temas são apresentados e discutidos por especialistas, gestores de associações privadas e públicas, organizações, empresas e outras entidades legais. Em 2024 o BCI assegurou o apoio à 4ª edição das Conferências Índico com a temática: "Transformação Digital" e a 5ª edição com a temática: "Seguros em Moçambique", eventos esses que contaram também com a participação activa do Banco nos painéis de debate.

2ª Edição da BFSI - Banca, Serviços Financeiros e Seguros

O BCI foi um dos grandes patrocinadores da 2ª edição da *Mozambique Banking, Finance and Insurance Conference* (BFSI) - Banca, Serviços Financeiros e Seguros, que teve lugar no dia 19 de Junho, com o objectivo de partilhar conhecimentos e ideias através de reflexões conjuntas sobre o processo de transformação digital em Moçambique, criando veículos para dinamizar processos de implementação das recomendações, tecnicamente suportadas e estrategicamente definidas para impulsionar o progresso e aperfeiçoamento do sector financeiro e tecnológico nacional.

Mozambique CEO Summit 2024

O BCI assegurou a sua participação neste evento de negócios que reuniu Executivos, Líderes de organizações e empreendedores para a partilha de ferramentas práticas no desenvolvimento de negócios, investimentos, e explorar novas abordagens. Este fórum contou com a participação de oradores e especialistas nacionais e internacionais, assim como CEO de grandes empresas, com destaque para o Presidente da Comissão Executiva do BCI, Francisco Costa, que no âmbito deste evento recebeu o prémio de *Best CEO of The Year 2024* (Melhor PCE do ano 2024), assim como foi distinguido como um dos "TOP 10 CEOs Mais Influentes em Moçambique".

GESTÃO DE RISCOS

Para o BCI, a gestão de riscos constitui uma actividade de elevada importância, para a qual se encontram definidos, na Política de Gestão de Risco e no Programa de Gestão de Riscos, os princípios orientadores, a estrutura organizativa, as suas responsabilidades e o sistema de avaliação e monitorização. A política de Gestão de Riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os Capitais Próprios, a Sustentabilidade e Rentabilidade.

A função de Gestão de Risco do BCI baseia-se num modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, conforme estabelecido nas Directrizes de Gestão de Risco, e garantir solidez e eficácia ao sistema de identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez, taxa de juro no balanço) e não financeiros (de estratégia e negócio, operacional, IT, reputacional, climático e ambiental, compliance e conduta) a que o Banco está ou poderá vir a estar exposto.

O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco do BCI é o "*Chief Risk Officer*" ("CRO"), que reporta hierárquica e funcionalmente à Comissão de Riscos do BCI e ao CRO da CGD, tendo total independência em relação à Comissão Executiva. O CRO é, globalmente, responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do Banco e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância aos riscos definidos.

O controlo e acompanhamento dos riscos é efectuado por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco (DGR), que desenvolve funções na área da gestão e do controlo dos riscos do Banco. Esta Direcção tem como objectivos a estabilidade, solvabilidade e solidez financeira, garantindo as funções de identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, controlo e reporte dos riscos a que o Banco se encontra exposto e das inter-relações existentes entre eles, por forma a assegurar a coerente integração dos seus contributos parcelares, que se mantêm dentro do nível da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração e que não afectam, significativamente, a situação financeira da instituição, assegurando continuamente o cumprimento e a conformidade com as normas externas e requisitos legais e regulatórios nestas matérias. A Direcção de Gestão de Risco coordena a realização de exercícios transversais, no âmbito de processos regulatórios ou enquadrados em iniciativas internas, controla e promove a resolução das recomendações identificadas interna e externamente, contribuindo para a eficácia do Sistema de Controlo Interno, e dissemina e procura contribuir para a melhoria da cultura de risco por todo o Banco, aumentando a eficácia e eficiência na gestão de risco.

Para uma gestão de risco adequada e eficaz, o Banco tem formalizado o seu apetite pelo risco, aprovado pelo Conselho de Administração através de dois documentos (o Framework de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Framework* - e a Declaração de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Statement*), que definem os níveis de risco que o Banco está disposto a assumir, considerando as suas estratégias de risco e de negócio, e o respectivo enquadramento na Apetência pelo Risco do Grupo CGD. O RAS é atualizado anualmente, juntamente com os restantes Processos Estratégicos de Risco, que incluem a autoavaliação anual do perfil de risco, onde se procede à avaliação do perfil de risco da instituição, as estruturas de gestão, controlo e governo associadas, bem como o surgimento de novos riscos (emergentes ou potenciais), incluídos na taxonomia de Riscos.

A nível internacional, o ano 2024 foi marcado pela prevalência dos conflitos militares no Médio Oriente e na Ucrânia, bem como pelas incertezas e riscos que estes representam para a dinâmica dos preços das mercadorias. Destacam-se também a eleição presidencial no EUA e as decisões dos principais Bancos centrais, que iniciaram um ciclo de revisão em baixa das taxas de juro directoras, com ênfase para o Banco Central Europeu e para a Reserva Federal dos EUA.

Ainda a nível interno, o panorama económico foi marcado pelo ciclo de revisões em baixa da taxa MIMO (redução acumulada de 450pb no período em análise para os 12,75%), uma vez que a inflação apresentou uma tendência de desaceleração, reflectindo a estabilidade no nível geral de preços, em linha com a meta estabelecida pelo Banco de Moçambique, que é de um dígito. Além disso, o Metical manteve-se estável, apesar das pressões a nível da procura.

Importa ainda notar o impacto da redução da taxa MIMO na evolução da Prime Rate do sistema financeiro, que baixou em 430pb para 19,80%, o que poderá propiciar melhorias na percepção do risco de crédito. Em Abril de 2024, o BdM publicou a lista dos Bancos de acordo com a sua importância sistémica, tendo o BCI passado do escalão 2, com requisitos de capital adicional de 3%, para o escalão 1, com requisitos de capital de 2%, sendo assim obrigado a cumprir com o rácio de solvabilidade de 14% (12% geral + 2% de Importância Sistémica) contra os anteriores 15% (12% + 3%). Ainda assim, importa referir que o BCI continua a liderar o ranking dos Bancos de Maior Importância Sistémica no mercado moçambicano.

Refira-se que nos últimos meses foram verificados atrasos no pagamento de prestações de capital e juros das Obrigações de Tesouro, o que condicionou o apetite do BCI por este tipo de risco.

O BCI continua a cumprir, com folga, todos os rácios internos e regulamentares definidos no seu Quadro de Apetência pelo Risco.

No exercício em análise foram reforçados os mecanismos de detecção de fraudes nos meios de pagamento e tendo sido reforçados os mecanismos de controlo.

Por fim, o IV trimestre foi marcado pela tensão político-social pós-eleitoral que resultou na vandalização/destruição de algumas infraestruturas relevantes e condicionou o normal funcionamento da economia nacional. Neste contexto, no BCI em particular, foi activado o Plano de Continuidade de Negócio ao abrigo do qual se tomaram as decisões de condução da actividade.

Esta perturbação pós-eleitoral veio ainda impactar negativamente na colecta fiscal e consequentemente na liquidez disponível do Governo de Moçambique, agravando a situação orçamental do País e, como consequência, algumas das agências de rating que cobrem a realidade Moçambicana, vieram a rever em baixa a classificação de crédito soberano, bem como alterar o *outlook* da mesma, destacando a *Standard & Poors* (S&P) que reviu em baixa o *Rating* do País na moeda local para o *Selective Default* e o *Outlook* para negativo.

Este enquadramento veio reforçar por parte do Banco uma abordagem mais conservadora na gestão do risco de crédito (em especial o soberano), resultando na constituição/reforço de overlays para fazer face à eventual degradação da carteira.

Durante o ano, a Direcção de Gestão de Risco reforçou o seu compromisso na transformação e fortalecimento da função, com destaque para:

- Atualização de diversas Políticas de Gestão de Risco, com destaque para transposição/implementação de normativos ESG, na sequência das exigências corporativas, e respectiva definição de limites de apetência ao risco ESG;
- Foco na melhoria contínua da gestão das reclamações dos clientes;
- Preparação e envio ao supervisor dos Elementos Informativos para elaboração de Plano de Resolução da entidade, referente a Junho de 2024, conforme requisitos do *Aviso 04/GBM/2022* em conjugação com a Circular 07/EFI/2022;
- Revisão anual do Programa de Gestão de Riscos para 2024 nos termos do *Aviso 4/GBM/2013* e Revisão do Perfil de Risco do Banco;
- Produção e envio do Relatório do ICAAP de 2023 e a realização dos Testes de Esforço (Análise de Sensibilidade e Análise de Cenários), nos termos das Circulares Nº 2/SCO/2013 e Nº 5/SCO/2013, ambas do *Aviso 20/GBM/2013*, bem como o envio do Plano de Recuperação com referência ao ano 2023 para o Banco de Moçambique e do Relatório da Disciplina de Mercado com referência a Junho de 2024 para o Banco de Moçambique;
- Desenvolvimento dos novos modelos de Scoring e participação no desenvolvimento dos modelos de Pricing e da Central de Balanços corporativa;
- Realização do exercício do ILAAP e apoio ao Conselho de Administração na elaboração do LAS (Declaração da Adequação de Liquidez); e
- Acompanhamento e certificação dos planos de acção das deficiências de controlo interno e Disseminação da Cultura de Risco.

Importa referir que a Direcção de Gestão de Risco do BCI, ao longo do ano 2024 foi alvo de 12 processos de auditoria, como forma de garantir a robustez dos processos por si geridos, não tendo sido identificadas quaisquer deficiências com nível de risco crítico ou alto.

GESTÃO DE COMPLIANCE E CONDUTA

A Gestão de Risco de *Compliance* é um pilar fundamental na estrutura de governo do Banco, sendo crucial para assegurar o cumprimento das exigências legais, regulamentares e corporativas. Num ambiente regulatório cada vez mais complexo e dinâmico, o BCI adopta uma abordagem robusta e transversal à Gestão de Risco de Compliance, com o objectivo de proteger os interesses dos seus Clientes e o Capital do Banco, ao mesmo tempo que garante que todas as acções e operações estejam

alinhadas com as melhores práticas do mercado e aos mais elevados padrões de ética e conduta. De seguida apresenta-se o panorama das acções realizadas ao longo do ano 2024, os principais riscos identificados, as medidas de mitigação implementadas e os resultados obtidos, que reforçam o nosso compromisso com a transparência, a integridade e a confiança no sector bancário.

Compliance e Conformidade Regulatória

Em 2024, a actividade da Função *Compliance* assentou na implementação e consolidação de um vasto conjunto de processos e procedimentos de suporte às políticas internas aprovadas bem como às novas exigências regulamentares, o que permitiu a melhoria dos níveis de conformidade legal em vários domínios da actuação do Banco. Com efeito, o BCI robusteceu o programa de compliance através do ajustamento dos mecanismos internos para obviar quaisquer eventuais situações de risco de *compliance*, bem como promover uma cultura comprometida com a ética e altos padrões de conduta empresarial.

Das principais adopções de normativos internos destaca-se a publicação da POLÍTICA DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO, que se encontra publicado no site: https://www.bci.co.mz/ficheiros/2024/09/POLITICADE_DIVERSIDADE_EQUIDADE_E_INCLUSAO.pdf que complementa as POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE, FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA e de GESTÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS E AMBIENTAIS que, em conjunto, definem a visão estratégica do Banco em matérias ambientais, sociais e de governação (ESG).

Quanto às alterações regulatórias, que tiveram impacto significativo na actividade do Banco, destacam-se os seguintes Avisos:

- *Aviso nº 02/GBM/2024* que define as directrizes de Gestão de Risco e Resiliência Cibernética;
- *Aviso nº 03/GBM/2024*, que estabelece as normas e procedimentos para realização das operações cambiais;
- *Aviso nº 04/GBM/2024* que aborda o regime de liberalização de operações de capitais e outras operações cambiais;
- *Aviso nº 05/GBM/2024* que estabelece o regime de repatriamento e conversão de receitas de exportação de bens, serviços e de rendimentos de investimento no exterior;
- *Aviso nº 06/GBM/2024* de 27 de Março que alude ao Regulamento e Gestão de Contas Bancárias que consubstanciou algumas alterações aos processos internos do Banco, com grande impacto, nomeadamente, no que tange a possibilidade de introdução de mecanismos biométricos no processo de abertura de contas e obrigatoriedade da constituição/abertura de contas simplificadas com objectivo de inclusão financeira que é igualmente um dos objectivos do Banco; e
- *Aviso nº 10/GBM/2024*, que dispõe sobre o novo regime de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

Gestão de Conduta e Ética

A Conduta e a Ética sustentam a credibilidade e a integridade do Banco. Num ambiente corporativo dinâmico e cada vez mais exigente, garantir que todos os colaboradores sigam práticas éticas e comportamentais, adequadas é crucial para manter a confiança dos nossos clientes e demais stakeholders, assegurar o cumprimento das normas legais e promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

O Código de Conduta do BCI, que se encontra disponível em <https://www.bci.co.mz/ficheiros/2022/06/Codigo-de-Conduta-BCI-Junho2022.pdf>, constitui um instrumento fundamental na gestão da ética na Instituição e é um documento autorregulador e imperativo a observar por todos os colaboradores uma vez que contribuiu para a:

- Harmonização dos padrões de referência face aos dilemas éticos;
- Afirmação dos valores, princípios de actuação e normas de conduta que norteiam o relacionamento com as várias partes interessadas;
- Promoção de uma cultura organizacional de cumprimento legal e de conformidade com os valores e princípios adoptados; e
- Desenvolvimento das melhores práticas de governo societário e de conduta ética, incluindo o alinhamento com os princípios ambientais, sociais e de governação (ESG).

Durante o ano de 2024, foram realizadas diversas acções para assegurar a efectiva implementação do modelo de gestão do Código de Conduta, com destaque para a sua divulgação contínua. Neste contexto, é disponibilizado, com periodicidade anual, um curso sob forma de *e-learning* sobre o Código de Conduta, além de sessões de formação presenciais em formato de palestras tendo, em 2024, abrangido colaboradores localizados em 8 províncias de Moçambique.

No âmbito do compromisso contínuo do BCI com as melhores práticas de governo e a promoção dos princípios ambientais, sociais e de governação (ESG), foi implementada na campanha *“Tone from the Top”*, integrada no Projecto BCI Integridade. Esta iniciativa estratégica do Banco, lançada em 2024 e que irá vigorar

nos próximos anos, visa reforçar a cultura de integridade e ética em todas as actividades da instituição, alinhando tal actuação com as expectativas dos nossos *stakeholders* e contribuindo para uma gestão responsável e sustentável. A campanha *“Tone from the Top”* reflecte o compromisso estratégico dos órgãos de gestão em liderar pelo exemplo. Através de comunicações claras e consistentes, os líderes do Banco têm enfatizado a importância de uma cultura organizacional que valoriza a transparência, a responsabilidade e a ética nos negócios. Esta abordagem não só fortalece a confiança dos nossos clientes e investidores, mas também garante que todos os colaboradores compreendam e adoptam os princípios que norteiam a instituição, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e alinhado com os valores fundamentais do Banco.

As acções e iniciativas promovidas pelos órgãos de gestão neste âmbito, como *workshops* e seminários, fortalecem ainda mais o vínculo entre a liderança e os colaboradores, criando uma cultura de abertura e diálogo. Este comprometimento da liderança não apenas inspira confiança, mas também solidifica a base ética da instituição.

De modo a promover as melhores práticas de conduta relativas à Protecção do Consumidor Financeiro, no âmbito da concepção, divulgação e disponibilização de produtos financeiros, bem como a confiança e equidade na relação entre o Banco e os clientes, o BCI tem implementado uma norma interna que define os princípios de actuação e regras de conduta e de protecção do consumidor financeiro a serem observados pelo Banco, na mitigação do risco de conduta. O desenvolvimento de novos produtos/serviços tem como objectivo servir os clientes aos quais se destina, garantindo que são tidos em consideração os seus interesses, objectivos e características, devendo ser indicados e justificados quais os objectivos do cliente que o produto pretende ajudar a atingir e quais as características dos clientes a que o mesmo se destina.

O BCI dispõe ainda de um Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, dando cumprimento às exigências locais e corporativas sobre o tema, o que reforça o quadro normativo para a prevenção da prática de assédio no trabalho e em conformidade com o seu próprio Código de Conduta. O Código tem por objectivo a identificação de comportamentos passíveis de consubstanciar situações de assédio no trabalho e a definição de medidas de prevenção e combate aos mesmos, constituindo-se como um quadro orientador para todos os que exercem funções no Banco.

Ainda no âmbito da Conduta, o BCI tem implementado um sistema de comunicação de práticas irregulares, alternativo à cadeia de reportes habitual, que permite aos colaboradores e demais interessados comunicar preocupações legítimas e significativas sobre assuntos relacionados com a actividade da instituição. A participação das irregularidades ou denúncias poderá ser efectuada por escrito, verbalmente ou de ambas formas, sendo assegurados a confidencialidade e o anonimato pelo *Compliance Officer*, a quem são dirigidas tais comunicações. No âmbito da melhoria contínua, encontra-se em processo de implementação uma nova plataforma informática para comunicação de práticas irregulares que irá assegurar o acesso ainda mais facilitado e imediato, bem como maior eficiência e agilidade no tratamento das respectivas denúncias.

Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

O modelo de governo do BCI tem como pressuposto a efectiva separação entre as funções de administração e de fiscalização, o que contribui para a prevenção e mitigação de diversos riscos inerentes à actividade de uma instituição de crédito, entre os quais os riscos de corrupção e infrações conexas.

No âmbito do sistema de controlo interno, o Banco tem implementadas medidas permanentes que visam assegurar a prevenção e repressão do crime de corrupção e infrações conexas, as quais se reflectem em diversos procedimentos e normas internas, sendo de destacar o Código de Conduta, a Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, a Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses e o Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares.

Para além dos procedimentos e normas internas acima identificados, toda a actividade do BCI e dos seus colaboradores está vinculada ao princípio da rejeição activa de todas as formas de corrupção. Trata-se de um imperativo de conduta profissional fixado no artigo 35.º do Código de Conduta, que consagra expressamente que:

- O BCI rejeita activamente todas as formas de corrupção, não devendo os seus colaboradores envolverem-se em situações propiciadoras de actos susceptíveis de associação a este fenómeno;
- A actividade do BCI está sujeita a rigorosos mecanismos de controlo interno, os quais incluem normativos internos orientados para a prevenção e combate à corrupção.

Importa ainda referir que a Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas é um normativo de aplicação corporativa, que estabelece os princípios orientadores para a detecção e prevenção da corrupção e infrações conexas, enumera as áreas potencialmente mais expostas ao fenómeno e descreve medidas de prevenção e respectivos responsáveis bem como regras aplicáveis à monitorização, avaliação e actualização da própria Política.

Ainda no âmbito desta Política, prevê-se a possibilidade de os Colaboradores comunicarem situações que sejam do seu conhecimento e entendam enquadráveis no fenómeno da corrupção, através dos mecanismos definidos, internos ou externos, nomeadamente através do Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares, cujos objectivos também se relacionam com a prevenção e combate à corrupção.

Cibersegurança e Protecção de Dados

A Política de Protecção de Dados Pessoais actualmente vigente e que entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2020, estabelece os princípios, as regras legais, regulamentares e corporativas, as normas de actuação e as boas práticas observadas pelo BCI no tratamento de dados pessoais a que procedem no âmbito da sua actividade.

De harmonia com o princípio da transparência, naquele normativo assinalam-se as finalidades do tratamento de dados pessoais, os deveres de informação a prestar aos respectivos titulares, os procedimentos relativos ao exercício dos direitos pelos titulares dos dados e as responsabilidades corporativas e organizacionais atribuídas no âmbito do tratamento de dados, divulgando-se as funções do *Data Protection Officer*, de nomeação obrigatória no BCI.

A Política de Protecção de Dados Pessoais visa fomentar uma cultura interna de protecção de dados no Banco, contribuindo também para o reforço transversal do compromisso dos membros dos órgãos sociais e de todos os Colaboradores com o cumprimento da protecção de dados pessoais.

De salientar que, durante o ano de 2024, com a publicação do *Aviso nº 02/GBM/2024* do Banco de Moçambique, foi revista a Política Global de Cibersegurança e Modelo de Governação da Informação. Estas políticas definem os objectivos, responsabilidades e finalidade na preservação e protecção da confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade da informação e das Tecnologias da informação e comunicação (TIC) contra ciber ameaças susceptíveis de afectar a Instituição, os seus utilizadores e outras partes interessadas, considerando o contexto externo e interno do BCI, contribuindo para manter a confiança e a reputação do Banco.

Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo

O BCI encontra-se comprometido com as mais exigentes práticas no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (PBC/CFT), tendo definido e implementado um conjunto de políticas, procedimentos e sistemas de controlo que permitem avaliar e mitigar os possíveis riscos inerentes aos seus clientes e às relações de negócio com estes estabelecidas, com vista ao cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, bem como as recomendações específicas do supervisor e demais entidades relevantes sobre esta matéria.

Para o efeito, o BCI, através do Gabinete de Anti-Crime Financeiro da Direção da Função Compliance, encontra-se dotado de várias ferramentas informáticas que permitem a monitorização da actividade bancária no âmbito da PBC/CFT, salientando-se as aplicações dedicadas à monitorização de contas e clientes, que se traduz num processo contínuo, sistemático e em função de indicadores estabelecidos com base numa abordagem baseada no risco (*Risk Based Approach*), à classificação do perfil de risco dos clientes e à filtragem de clientes sancionados e de pessoas politicamente expostas.

Em 2024, foi implementado, com sucesso, um novo sistema de filtragem de Clientes, muito mais robusto e que permite a geração de alertas e tratamento célere dos mesmos, desenvolvimento este que permitiu aumentar os níveis de eficácia e eficiência operacional. Foram, igualmente, redimensionadas as equipas de Gestão e Tratamento de Alertas de modo a assegurar uma maior qualidade das análises e comunicação das operações suspeitas.

No âmbito do dever de formação, e considerando que a todos os colaboradores é exigido o conhecimento e cumprimento das normas legais e regulamentares que, no exercício das suas funções, lhes sejam directamente aplicáveis, bem como de todas as regras e procedimentos internos instituídos para o normal desenvolvimento da sua actividade, foram disponibilizados os seguintes conteúdos formativos em matérias de Prevenção do Branqueamento de Capital e Combate ao Financiamento do Terrorismo: Formações presenciais para novos ingressos; Formação *E-learning* para todos os colaboradores do Banco; Formação online para a alta Direcção e MOAFs; Formação presencial aos Oficiais de Comunicação de Operações Suspeitas; e Visitas de *Compliance* para avaliar a conformidade da aplicação das exigências regulamentares e respectiva formação das visadas para melhoria contínua das competências.

Prevenção e Gestão de Risco de Fraude

De modo a proteger a sua reputação e ir ao encontro das obrigações legais e regulatórias, o BCI adopta medidas responsáveis para minimizar o risco de fraude em toda a sua organização. Nesse âmbito, foram desenvolvidas as respectivas políticas que descrevem o modelo de governo e de gestão e prevenção do risco de fraude, bem como implementada a matriz de riscos que evidencia o risco inerente e residual. O Gabinete de Prevenção e Gestão de Risco de Fraude, criado no início de

2024 na Direcção da Função Compliance, como resultado da fusão de várias áreas de outras Direcções do Banco, tem como objectivo principal a prevenção e gestão de incidentes de fraude com impacto na redução da exposição do Banco e protecção do património dos seus clientes, através da realização de diversas actividades, a saber:

- Monitorização e análise de alertas e situações de fraude reportadas por canais internos e através de Entidades Externas, avaliando a necessidade de implementar medidas de prevenção adicionais, bem como a existência de possíveis efeitos sistémicos e padrões de actuação em articulação com as Direcções e/ou Entidades Externas relevantes para a identificação de novos padrões de comportamento de Clientes, possível contaminação de ocorrências e novos procedimentos a adoptar;
- Avaliação da eficácia e eficiência dos processos implementados no Banco no âmbito do combate à fraude, identificando eventuais oportunidades de melhoria a implementar, promovendo a implementação de mecanismos de monitorização e identificação contínua de ferramentas que garantam a redução do risco operacional e a manutenção da qualidade do serviço prestado ao Cliente;
- Análise das situações identificadas por via de controlos internos ou de alertas recepcionados por Entidades externas/Internacionais no âmbito da atividade de issuing e acquiring para aferir da existência de incidentes de fraude e eventual adopção de medidas de contenção que se mostrem, casuisticamente, adequadas.

Para a prossecução das actividades que lhe são cometidas no âmbito da Prevenção e Gestão da Fraude Externa, a Direcção de Função *Compliance* possui um canal de comunicação específico com todos os interlocutores e presta apoio aos diversos órgãos de estrutura do Banco relacionados com situações que revelam indícios de fraude. Sempre que um indício é detectado, são desencadeadas as medidas preventivas adequadas ao caso concreto que incluem medidas cautelares sobre clientes, através de controlo de fluxos de capitais nas contas com indícios de suspeição. Sempre que justificável, são abertos correspondentes processos de averiguação para tratamento das ocorrências que assim exigem, para uma avaliação mais profunda.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – CONTRIBUIR PARA A NOSSA COMUNIDADE

O BCI reforçou o seu compromisso contínuo de dinamização de acções de Responsabilidade Social Corporativa, integrando-as de forma estratégica na sua actuação no mercado moçambicano. Em 2024, o BCI implementou um conjunto diversificado de iniciativas enquadradas em programas de apoio à Inclusão Financeira e Social, Educação, Saúde e Desporto, visando promover o bem-estar das comunidades moçambicanas.

APOIO À INCLUSÃO FINANCEIRA

A literacia financeira tem assumido uma relevância crescente no contexto do sector bancário em particular à medida que o País enfrenta desafios económicos e busca fortalecer a inclusão financeira.

A literacia financeira abrange a capacidade de entender e tomar decisões informadas sobre produtos e serviços financeiros, como contas bancárias, empréstimos, investimentos e outros produtos oferecidos por instituições financeiras.

Desde que o Banco de Moçambique lançou o Programa de Educação Financeira no âmbito das celebrações do Dia da Poupança, no quadro da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, o BCI tem contribuído para o desenvolvimento da literacia financeira da população moçambicana, e tem realizado desde então diversas acções de sensibilização à Poupança e utilização de serviços financeiros.

As acções são materializadas por palestras, formações, *workshops*, jogos e concursos relacionados com o tema, distribuindo-se ainda brindes alusivos à data, em várias instituições e meios:

- Escolas Primárias e Secundárias do País;
- Universidades Nacionais;
- Instituições Públicas e Privadas e Organizações não Governamentais (ONG); e
- Redes Sociais e Canais de Media.

As acções de Literacia Financeira, foram realizadas ao longo do ano, com principal destaque para a semana global do dinheiro (Global Money Week) em Março e em Outubro no mês da poupança onde foi celebrado o dia mundial.

Podcast BCI Talks

Em 2024, o BCI deu um passo significativo na educação financeira ao lançar o **BCI Talks**, um *podcast* de 30 minutos dedicado a temas como investimentos, mercados financeiros, tecnologia e inovação. Este projeto, liderado por profissionais do BCI em colaboração com o apresentador Sérgio Faife, reafirma o compromisso do Banco em promover o crescimento económico e capacitar os moçambicanos com conhecimentos financeiros.

APOIO À INCLUSÃO SOCIAL

No contexto da Responsabilidade Social Corporativa, o Banco desempenha um papel fundamental dedicando esforços

significativos para promover a inclusão social das camadas mais vulneráveis tendo como principais realizações:

Campanha Solidária

Face à catástrofe que assolou a província de Maputo, no início do ano, onde existiram vítimas mortais e imensas famílias que perderam todos os seus bens e casas, foi desenvolvida uma campanha publicitária de solidariedade para com as vítimas das cheias da província de Maputo, valorizando assim o sentido de Responsabilidade Social do BCI perante esta calamidade que afectou a região sul do País. A associação do BCI a esta causa foi para divulgar e promover a recolha de donativos, utilizando os diversos meios de comunicação, nomeadamente televisão, imprensa escrita e redes sociais para divulgar a conta BCI do parceiro.

Através desta iniciativa, o BCI tornou-se o Banco de apoio desta causa, que envolveu e mobilizou toda a sociedade moçambicana.

Oferta de bicicletas a taxistas de motociclos da Zambézia

Em Janeiro, o BCI procedeu-se à oferta de 100 bicicletas a duas associações, a ATAMOZ (taxistas de motociclos da Zambézia) e a ASTAQ (taxistas do distrito de Quelimane). Esta iniciativa enquadra-se na política de responsabilidade social do Banco, que visa promover o empoderamento das comunidades locais e consequente melhoria das condições de vida da população.

Apoio às Populações Vítimas das Inundações nas Províncias de Maputo e Gaza

O BCI ofereceu, através do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), um donativo no valor de MZN 1.000.000,00, composto por produtos alimentares e redes mosqueiteiras, em apoio às vítimas das intempéries registadas em Março. Esta acção de responsabilidade social do BCI reforça o compromisso do Banco em contribuir para o bem-estar da população, especialmente em momentos de crise.

Apoio ao Programa Sopa Solidária – Plataforma Makobo

A operar em Moçambique desde 2009, a Makobo tem a missão de apoiar pessoas que vivem em pobreza extrema, promovendo ainda acções de auto-suficiência para grupos menos favorecidos. Através do programa Sopa Solidária, com o apoio do BCI, os colaboradores do Banco participaram em 10 sessões de confecção de alimentos, ao longo do ano, que beneficiaram pessoas carenciadas, com destaque para crianças e idosos na região da cidade e província de Maputo. Ainda enquadrada na relação de parceria que o BCI tem com a plataforma Makobo, que apoia pessoas desfavorecidas, oferecendo refeições, aulas de corte e costura, cursos de informática, serviços de biblioteca, etc, o BCI reforçou a sua colaboração, através da doação de livros, contribuindo para o enriquecimento do acervo da biblioteca.

Apoio ao Programa de Reforço Nutricional - Winnua

O BCI assegurou a renovação do seu apoio ao Programa de Reforço nutricional Winnua, localizado na província da Zambézia, visando continuar com os esforços de combate à desnutrição infantil e melhoria da saúde infantil naquela região, que enfrenta sérios desafios relacionados à alimentação inadequada e à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade.

Este programa consiste na produção e distribuição gratuita de leite a soja a crianças em idade escolar no povoado de Lobué, no distrito de Mocuba. Em 2024, o programa beneficiou directamente 330 crianças, contribuindo significativamente para a redução de casos de desnutrição e redução da Taxa de Abandono Escolar.

Doação de mobiliário ao Lar Madre Maria Clara

O Lar Madre Maria Clara de Marracuene, da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalteiras da Imaculada Conceição, situa-se no distrito de Marracuene, província de Maputo e alberga crianças órfãs, abandonadas e vulneráveis. Este lar recebeu do BCI, em Maio, um conjunto de mobiliário, composto por mesas e assentos para o apetrechamento do refeitório.

Comemorações do Dia da Mulher Moçambicana

No âmbito das comemorações do dia da Mulher Moçambicana (7 de Abril), os Colaboradores do BCI procederam à oferta de flores às mulheres de alguns mercados das regiões sul, centro e norte do país, garantindo a sua inclusão nas comemorações desta data, como forma de reconhecer a sua dedicação e contribuição para a economia.

Ação de Solidariedade com Crianças dos Orfanatos

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Criança e dia da Criança Africana que se celebra em Junho, o Banco promoveu uma acção de solidariedade, oferecendo lanches e brindes (cordas e bolas BCI) a 100 crianças de 10 orfanatos distribuídos pelas 10 províncias de Moçambique. Beneficiaram desta iniciativa os seguintes Orfanatos: Maria Madre Clara (Maputo), Infantário Provincial (Gaza), Centro de Acolhimento Laura Vicunã (Inhambane), Lar de Silóé (Sofala), Infantário Provincial (Manica), Casa Família (Zambézia), Infantil Madre Day (Nampula), Irmãs de Caridade de Pemba (C. Delgado), Orfanato Mosteiro (Niassa) e Maria Pilar (Nampula Nacala).

Doação de Máscaras em Tecido para Funcionários da Limpeza Urbana

O BCI efectuou uma doação de máscaras para os profissionais de salubridade dos Municípios de Maputo e Matola, reconhecendo

a importância de seu trabalho vital na manutenção da limpeza urbana, frequentemente realizada em condições adversas.

Apoio ao Projeto Kutsaca

Este projecto visa apoiar as iniciativas desenvolvidas pela Kutsaca, com especial atenção para as crianças na fase pré-escolar, sensibilizando-as em matéria de ambiente na Vila da Praia do Bilene, província de Gaza, capacitando ainda os jovens em matéria de protecção local inserida no programa ‘Clube dos embaixadores do Projecto Kutsaca’, dotando-os de conhecimentos de sensibilização sobre o ambiente.

Parceria com a Childfund

A Childfund é uma organização não-governamental que tem como objecto o exercício de actividades de assistência social e educação nas províncias de Maputo e Inhambane, com uma extensão nas áreas do género e saúde na Província de Nampula. Com o acordo assinado entre ambas entidades, o BCI passou a proporcionar um conjunto de soluções financeiras e facilidades destinadas à ChildFund e aos respectivos membros e colaboradores.

Apoio ao Programa Be a Like Woman

Trata-se de um programa desenvolvido pela Ernst & Young Moçambique, em parceria com a *New Faces New Voices*, dedicado exclusivamente a apoiar e capacitar mulheres, através de sessões de mentoria individualizada e *workshops* interactivos, com objectivo de aprimorar as suas habilidades, assim como as suas capacidades de gestão financeira e de liderança. O BCI juntou-se a esta iniciativa como patrocinador e parceiro na premiação das participantes que se destacaram no Programa.

Apoio ao Projecto Strong Woman

Um projecto que visa motivar, inspirar e educar mulheres vítimas de estigmatização, discriminação de género, exclusão social e violência doméstica. O BCI assegurou o apoio a esta iniciativa e participou no painel de debate realizado na cerimónia de lançamento do Projecto.

Associação dos Deficientes Moçambicanos

O BCI procedeu à oferta de secretárias, blocos rodados, armários e diverso material de escritório a esta Associação, para apetrechamento do seu escritório. Associação dos Deficientes Moçambicanos - ADEMO, é uma organização que apoia e luta pelos direitos das pessoas com deficiência em Moçambique. A doação do BCI ajuda a otimizar o trabalho realizado pela ADEMO, criando condições para continuarem a desenvolver projectos que visam a inclusão e a promoção dos direitos humanos. A melhoria das condições físicas do escritório da ADEMO reflete o compromisso do BCI com a responsabilidade social e o apoio a iniciativas que impactam positivamente a sociedade moçambicana.

Doação de Equipamento Informático à Associação ONGD Solidariedade Internacional a Moçambique

O BCI assegurou a oferta de computadores a esta associação como forma de reforçar a capacidade operacional desta organização, que actua em diversas frentes de desenvolvimento social, com projetos de apoio, nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e infraestruturas básicas, localizadas nas comunidades mais marginalizadas da periferia de Moçambique, para as quais as oportunidades de desenvolvimento são praticamente inacessíveis.

Apoio ao Projecto de Formação e Capacitação de Condutores de Transportes Públicos (2024-2025)

No âmbito da prevenção contra acidentes e segurança rodoviária, o BCI associou-se a esta iniciativa da Associação Moçambicana de Defesa dos Direitos dos Polícias, que visa garantir a formação sobre o código de estrada, segurança rodoviária e condução defensiva, com o objectivo de melhorar a segurança no transporte público, motociclos, ciclomotores, velocípedes e de mercadorias e bens.

Parceria com a Secretaria de Estado da Juventude e Emprego

O BCI assegurou o apoio financeiro ao Programa "Prémio Jovem Criativo", uma iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego, que visa incentivar o talento, a inovação e a criatividade entre os jovens moçambicanos. Este programa tem como objectivo promover a expressão artística, o desenvolvimento de soluções inovadoras e o empreendedorismo, criando um espaço para que os jovens possam destacar-se e contribuir para o progresso do país. Ao apoiar o Prémio Jovem Criativo, o BCI reafirma seu compromisso com o empreendedorismo jovem e o desenvolvimento sustentável de Moçambique, assegurando a inclusão de novas gerações de jovens talentos no mundo do empreendedorismo e das artes.

Documentário Gente Daqui

O **“Gente Daqui”**, é uma iniciativa do BCI lançada em 2024 que celebra e destaca histórias reais dos protagonistas do desenvolvimento de Moçambique. Trata-se de uma série documental, divulgada através das redes sociais, que retrata pessoas convidadas pelo Banco e projectos que não apenas apoiam, mas também moldam e transformam positivamente causas sociais, o meio ambiente, a cultura, o desporto e o desenvolvimento de Moçambique. Em cada episódio, procura-se transmitir não apenas a beleza das histórias pessoais dos intervenientes, mas também inspirar o público a fazer, igualmente, parte da mudança positiva.

APOIO À EDUCAÇÃO

O BCI tem contribuído para o desenvolvimento da educação através de várias iniciativas, nomeadamente a doação de equipamento informático às escolas, incentivo à leitura através da oferta de obras literárias e didáticas a bibliotecas, oferta de material escolar a orfanatos, apoio a jornadas científicas e premiação dos estudantes finalistas de cursos de nível médio e superior das principais universidades e institutos politécnicos do País.

Apoio à Academia Girl Move

O BCI reforçou o seu apoio à *Girl Move Academy*, uma instituição reconhecida pela UNESCO, que promove a educação e o empoderamento feminino baseados num modelo de mentoria circular intergeracional, com o objetivo de formar líderes mulheres em Moçambique.

Doação de Equipamentos Informáticos e Mobiliário

No âmbito do compromisso com a promoção da inclusão digital e da melhoria das condições de ensino em Moçambique, foi realizada uma doação significativa de equipamento informático e mobiliário a diversas escolas primárias e secundárias. Esta acção teve como objectivo beneficiar escolas de ensino primário e secundário, localizadas na província e cidade de Maputo. Beneficiaram deste apoio do BCI as seguintes escolas: Escola Básica de Josina Machel, Escola Básica São Dâmaso, Escola Primária Completa da Liberdade, Escola Comunitária São Vicente da Malhangalene, Escola Primária do 1º grau da Machava J, Escola Primária Completa 30 de Janeiro, Escola Primária de Patrice Lumumba, Escola Secundária Mártires Mbuze e Escola Secundária de Laulane.

Apoio ao Centro de Estudo na Escola São Vicente de Paulo de Chôkwé

Desde 2022, o BCI apadrinha o projecto do Centro de Estudo na Escola São Vicente de Paulo de Chokwé, uma iniciativa que integra o programa “Um Pequeno Gesto - Uma Grande Ajuda”, promovido pela UPG – Um Pequeno Gesto, na província de Gaza. Até ao momento, o apoio do BCI beneficiou mais de 485 crianças e jovens, desde a 1ª até a 12ª classe, proporcionando-lhes uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, apoio essencial às suas necessidades básicas. Este programa visa apoiar crianças de famílias economicamente vulneráveis, oferecendo não apenas uma educação de qualidade, mas também um reforço alimentar no dia da sua frequência do Centro de Estudo.

O apoio do BCI tem contribuído para os seguintes objectivos: melhor desempenho académico e progressão escolar, redução do abandono escolar precoce e desenvolvimento pessoal e social das crianças.

Premiação de Estudantes finalistas

Esta iniciativa destina-se a destacar e valorizar os melhores estudantes de Cursos Médios e Superiores das principais universidades e institutos politécnicos de Moçambique, abrangendo um total de 8 instituições de ensino superior em diferentes regiões do País. Em 2024, o BCI ofereceu oportunidades de estágio e prémios monetários aos melhores finalistas durante as Cerimónias de Graduação das seguintes instituições: Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica de Maputo, Universidade Politécnica, Universidade Wutive, Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique, Universidade Católica de Moçambique, Universidade Uni Lúrio, Universidade Licungo e Universidade Uni Púnguè.

Apoio à Escola de Fuzileiros Navais

Oferta de material informático à Escola de Fuzileiros Navais, em Maputo, uma acção que se insere no âmbito da política de responsabilidade social do Banco e que tem em vista o apetrechamento do sector informático da instituição. Esta escola é um órgão da Marinha de Guerra de Moçambique, cuja missão é proteger as águas territoriais, combater a pirataria e garantir segurança das actividades marítimas.

Oferta de Livros a Escolas Secundárias e bibliotecas

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, o BCI assegurou a oferta de livros a escolas secundárias e bibliotecas municipais, em todo o país. O objectivo é apetrechar as bibliotecas como forma de incentivar a leitura e o desenvolvimento de habilidades da escrita nos jovens. Ao longo do ano 2024, foram entregues mais de 2000 livros, no âmbito destas iniciativas.

Apoio às comemorações do Dia Mundial do Livro e da Leitura

No âmbito de uma colaboração com a Direcção Nacional do Ensino Primário, o BCI apoiou as comemorações do Dia Mundial do Livro e da Leitura, realizando iniciativas que promovem a educação literária e a sensibilização para a leitura.

Apoio a Escola Primária e Secundária SOS Hermann Gmeiner

O Banco assegurou o apoio para abertura de um furo de água na Escola Primária e Secundária SOS Hermann Gmeiner, localizada em Maputo, contribuindo para a melhoria das condições de higiene e bem-estar dos alunos.

Conferência Episcopal de Moçambique

O BCI doou a esta entidade computadores, mesas, blocos rodados e estantes metálicas.

Acções solidárias Internas realizadas pelos Colaboradores do BCI Mais de 50 instituições carenciadas, maioritariamente escolas primárias, foram visitadas por colaboradores de todas as áreas

e níveis hierárquicos do BCI. Estas acções beneficiaram cerca de 10.000 crianças, na sua maioria, alguns idosos e adultos com necessidades especiais, proporcionando lanches e momentos de brincadeira, alegria e esperança.

APOIO À SAÚDE

No âmbito do nosso compromisso em promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades, o Banco tem-se dedicado a apoiar iniciativas que contribuem para a saúde pública. Através de parcerias estratégicas com causas e instituições que prestam assistência à população, o Banco tem implementado diversas acções no sector da saúde. As principais iniciativas do BCI para apoiar o sector da saúde durante 2024 foram as seguintes:

Doação de Álcool Gel aos Hospitais

O BCI procedeu com a oferta de garraões de 5 litros de álcool gel aos hospitais de Mavalane e Polana caniço, em Maputo, como parte da sua contribuição na promoção de medidas de higiene e prevenção de doenças nos respectivos hospitais. Esse tipo de iniciativa reflecte o compromisso do Banco com a responsabilidade social, mais concretamente no melhoramento da saúde pública.

Doação de equipamento informático e mobiliário

Com o intuito de melhorar a eficiência administrativa e de atendimento nas unidades sanitárias, o BCI apoiou igualmente equipamento informático e mobiliário a duas unidades hospitalares de referência na província de Maputo, nomeadamente: Hospital Provincial da Matola e o Hospital Geral da Machava.

Patrocínio às Jornadas Científicas e à Feira de Saúde do Hospital Geral de Mavalane

Com o objectivo de disseminar informações relevantes e incentivar o bem-estar coletivo o BCI apoiou esta iniciativa, patrocinando as Jornadas Científicas e a Feira de Saúde organizadas pelo Hospital Geral de Mavalane.

Ação de Responsabilidade Social do BCI nos Hospitais

Como parte das acções solidárias, o BCI tem-se comprometido em promover momentos de felicidade e conforto durante as festividades de Natal, especialmente para as crianças internadas e suas mães ou acompanhantes nos hospitais do país. Comemorando 25 anos dessa prática, o BCI doa cestas básicas e brinquedos aos principais hospitais do país, reflectindo o seu compromisso com a solidariedade, fraternidade e cuidado com o próximo. Este gesto visa tornar o ambiente hospitalar mais humano e acolhedor. Beneficiaram desta acção solidária do BCI os seguintes hospitais: Hospital Central de Lichinga,

Hospital Central de Quelimane, Hospital Central de Manica, Hospital Central de Inhambane, Hospital Central da Beira, Hospital Central de Tete, Hospital Provincial de Xai-Xai e Hospital Central de Nacala.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

No âmbito da responsabilidade ambiental, destacam-se as seguintes acções realizadas pelo BCI:

Plantio de Árvores no Dia Mundial do Ambiente

Numa acção realizada na Província de Niassa, no dia 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, o BCI promoveu o plantio de árvores, contribuindo para a preservação das áreas verdes e a educação ambiental, essencial para a proteção do nosso planeta. Esse tipo de iniciativa é fundamental para manter a biodiversidade, melhorar a qualidade do ar e prevenir a degradação do solo.

Parceria com a BIOFUND

Apoio a projectos de protecção da biodiversidade através do Cartão Bio, um cartão de débito biodegradável, cuja utilização pelos clientes permite ao BCI canalizar parte da receita para apoio aos projectos da Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND), nomeadamente:

- Monitoramento de Tartarugas Marinhas no APAIPS - Na rica área do Banco de Sofala, junto ao Arquipélago das Ilhas Primeiras e Segundas, este projeto visa proteger e monitorizar as tartarugas marinhas, melhorando o conhecimento sobre as suas rotas de migração e áreas de forrageamento. A iniciativa tem um impacto significativo na preservação das tartarugas verdes, uma espécie crucial para o ecossistema marinho.
- Participação do BCI na Conferência e Exposição de Biodiversidade Marinha sobre o lema “Tecnologia para formação e consciencialização sobre o valor da biodiversidade costeira e marinha em Moçambique”.
- Conservação de Espécies da Lista Vermelha no Jardim Botânico Universitário - Este projeto visa proteger espécies ameaçadas, como a Warburgia salutaris e duas espécies de cicadáceas (Encephalartos lebomboensis e Encephalartos umbeluziensis), todas incluídas na Lista Vermelha de Moçambique. A conservação dessas plantas é essencial para a manutenção da biodiversidade e para a educação ambiental.
- Promoção da Terra Húmida do Parque Nacional de Banhine como Rota Migratória de Aves – O Parque Nacional de Banhine tem o potencial de ser uma rota crucial para a migração de aves euroasiáticas. Este projeto avalia a qualificação do parque para ser reconhecido internacionalmente como uma KBA (Área-chave para a

Conservação), reforçando a importância do ecossistema local e protegendo as aves migratórias.

- Produção Sustentável de Carvão Vegetal em Cheringoma e Muanza - Este projeto tem como objetivo abastecer o mercado com carvão vegetal e briquetes produzidos de maneira sustentável, preservando as florestas locais e contribuindo para o sequestro de carbono. Com a criação de 60 empregos permanentes, dos quais 30% serão ocupados por mulheres, o projeto não só protege o meio ambiente, mas também gera benefícios sociais significativos para a comunidade.
- Vozes da Savana: Monitoramento dos Elefantes - Em parceria com a *Mozambique Wildlife Alliance* (MWA), esta iniciativa visa monitorizar elefantes envolvidos em conflitos com as comunidades através de colares GPS e sistemas tecnológicos de ponta. Além disso, serão implementados projetos de resiliência agrícola para as comunidades ao longo do corredor Moamba-Namaacha-Matutuine, mitigando assim o conflito entre humanos e fauna bravia. A proteção da fauna e a segurança das comunidades caminham juntas neste projeto.
- Desenvolvimento da Escola Primária e Centro Comunitário de Chingonguene - Liderado pelo Santuário Bravio de Vilanculos, este projeto inovador pretende fornecer energia elétrica sustentável e água potável segura para a comunidade rural, através da solução *OffGridBox*, um contentor que combina fontes de energia renovável com sistemas de purificação de água. Esta iniciativa garantirá melhor qualidade de vida, maior acesso a recursos essenciais e promoverá hábitos de vida sustentáveis para todos os moradores da região.
- Resgate, Reabilitação e Soltura de Pangolins no Parque Nacional de Chimanimani - Este projeto ambicioso, do Parque Nacional de Chimanimani, prevê a construção de um santuário e centro de reabilitação para pangolins, uma espécie gravemente ameaçada. Além disso, fiscais serão treinados em primeiros socorros especializados para esses animais, e será implementado um programa de monitoramento pós-soltura utilizando tecnologia avançada como GPS e VHF. O projeto também inclui estudos ecológicos e genéticos, além de materiais educativos na língua local para sensibilizar as comunidades.

APOIO À CULTURA

O BCI tem contribuído para a promoção da arte e cultura através de várias iniciativas, destacando-se a divulgação de obras literárias e artísticas de diversos actores sociais, para enaltecer os seus projectos. A intervenção do BCI neste domínio materializa-se, nomeadamente, através do patrocínio à edição e publicação de várias obras literárias e científicas, bem como a disponibilização dos espaços das Mediatecas de Maputo, Beira, Nampula e Ilha de Moçambique para consultas bibliográficas.

Obras literárias apoiadas:

- “Comunicação Comunitária: Passado, Presente e Futuro” da Escola Superior de Jornalismo;
- “Prática Forense Civil” de Clover Bila;
- “Conteúdo Local Sector de Petróleo e Gás & Desenvolvimento Sustentável de Moçambique” de Victor Tivane;
- “Assembleia da República: Centro de Convergência Democrática” de Carlos Siliya;
- “Da consulta à Gramática” de Delfina Mugabe;
- Edições comemorativa dos livros “Xigubo” e “Karingana Ua Karingana” de José Craveirinha;
- “Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território” do grupo de investigadores e docentes do Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia-INFANTEC;
- “Memórias e Nostalgia” de Augusto Mangove;
- “O Kaio e o Cão Panda: Uma Incrível Aventura Pelo Espaço” de Patrícia Vasco; e
- “Empreender com Sucesso” de Admira Martins.

Palestras e Rodas de Leitura

- Encontros Literários mensais, realizados no último Sábado de cada mês, na Mediateca de Nampula, onde se debateu obras literárias diversas, em coordenação com o projecto Olhar Literário;
- Palestras e seminários promovidos na Mediateca da Beira, mensalmente, em coordenação com o Clube do Livro da Beira, com vista a debater temas de interesse social;
- Setembro Amarelo – alusivo à prevenção do suicídio, na Mediateca da Ilha de Moçambique;
- Outubro Rosa – alusivo ao mês de consciencialização sobre a luta contra o cancro, as Mediatecas promoveram palestras e debates sobre o tema, nas Mediatecas de Maputo e de Nampula;
- Novembro Azul – Palestra sobre a consciencialização contra o cancro da próstata, na Mediateca de Nampula.

Apoio ao Projecto Muraleando Maputo

O BCI associou-se ao Projecto “Muraleando Maputo” promovido pelo jovem artista plástico Rachid Gutierrez, visando transformar o interior dos bairros da cidade de Maputo através da arte, especificamente por meio da pintura de murais coloridos e expressivos, dando cor e alegria aos moradores, criando murais vibrantes que embelezaram os bairros e aumentaram a auto-estima das comunidades e serviram como uma ferramenta de

sensibilização sobre diversos temas relevantes para a sociedade.

Exposições de artes plásticas acolhidas nos espaços do Banco:

- “O SonhoADor”, exposição de técnica mista serradura sobre tela, de Leidito Penga;
- “Certeza Utopica”, primeira exposição de Pintura em técnica mista sobre contraplacado, de Palmeirim de Jesus Macaúze;
- “Rostos”, primeira exposição individual de pintura, de Fernando Alfredo;
- “Vestígios de um Percorso”, exposição de pintura, de Abdala Mussa;
- “Pontes Movediças em Palma(s)”, exposição de Pintura, de Virgílio Sitole;
- “Comunicação & Arte”, exposição de diversos trabalhos manuais dos alunos da Escola Pequenos Sábios;
- “Arte & Sustentabilidade”, exposição de obras de arte em serralharia utilizando ferro velho e artefactos, de Rui Paulino;
- “Retalhos de uma Vida”, exposição de diversas expressões artísticas (cestaria, pintura, colagem, reciclagem), de Ancha Bucuane.

APOIO AO DESPORTO

Nesta área, o empenho do BCI está espelhado nas múltiplas iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2024 em colaboração com diversos parceiros, no quadro do incentivo à prática desportiva:

Campanha Institucional dos Mambas

O Banco lançou em Fevereiro uma campanha para apoio à Selecção Nacional Mambas, durante o CAN 2023, evidenciando o orgulho de sermos moçambicanos nas TVs, rádios, jornais e fortemente nas Redes Sociais, potenciando a parceria com a Federação Moçambicana de Futebol. Internamente, foram igualmente desenvolvidas acções para engajar os colaboradores a apoiarem esta iniciativa.

Federação Moçambicana de Futebol (FMF)

Foi renovada a parceria do Banco com a Federação Moçambicana de Futebol, garantindo a continuidade do seu apoio a selecção nacional masculina de futebol moçambicano. O BCI é parceiro da FMF desde 2007.

Oferta de bolas às escolas primárias e secundárias em todo o País

Oferta de Bolas às escolas primárias e secundárias em todo o país: O BCI reconhece o desporto como uma poderosa ferramenta de mudança social e, por isso, tem incentivado a adoção de hábitos saudáveis. É assente neste pressuposto que o Banco levou a cabo a campanha de oferta de bolas a escolas primárias e secundárias em todo o país, com o intuito de fomentar o desporto nas comunidades e promover a inclusão social.

Durante o ano de 2024, o BCI deu continuidade a esta campanha, que teve início em setembro de 2023, de oferta de 15 000 bolas a escolas primárias em todo o país. Esta iniciativa não é apenas um gesto de generosidade do Banco, mas uma afirmação do compromisso do BCI em promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao desporto. Ao incentivar a prática de actividades físicas saudáveis, o BCI contribui para o bem-estar das crianças e para o seu sucesso escolar, ajudando a formar uma geração mais activa, confiante e preparada para o futuro. Esta acção reforça o papel do BCI como um agente de mudança social, impactando positivamente a vida de milhares de alunos em todo o país.

Com esta iniciativa, até ao fim do no 2024, o BCI assegurou a oferta de bolas a 1.442 escolas primárias e secundárias a nível nacional.

Apoio à 4ª Edição do BCI Open de Xadrez

O BCI concedeu mais uma vez apoio à Federação Moçambicana de Xadrez para a realização da 4ª edição do “BCI Open de Xadrez, Edição 2024”, prova que teve lugar no Distrito Municipal KaTembe, na Cidade de Maputo, e contou com a presença de xadrezistas de seis países. Participaram da prova cerca de 200 xadrezistas de diversos escalões, em ambos os sexos.

Campeonato de Natação de Inverno da Cidade de Maputo

O BCI apoiou a realização do campeonato de inverno da Associação de Natação da Cidade de Maputo (ANCM). Disputado em duas fases, o torneio envolveu, na primeira fase, pré-iniciados, iniciados e infantis, que compõem o escalão de formação; e na segunda fase o escalão absoluto, o dos juvenis, juniores e seniores.

XV Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares

Realizado anualmente e organizado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, este evento contou com a presença de alunos provenientes de diversas escolas secundárias públicas, representando cada província. O BCI apoiou a realização deste festival que decorreu na província de Nampula.

Apoio ao Torneio “Presidential Golf Day”

O BCI juntou-se ao evento desportivo *Presidential Golf Day*, no campo da Tongaat Hullet Sport Club de Xinavane, distrito da Manhica. O evento, que aconteceu no âmbito da parceria entre o Conselho Executivo Provincial de Maputo e a Tongaat Hullet, tinha em vista, entre outros, promover a prática desta actividade

desportiva no seio dos amantes da modalidade. Para o BCI, o apoio concedido constitui uma acção que se integra na sua forma de estar, como Banco, e que se traduz na preocupação em promover o bem-estar e a excelência no desporto.

Federação Moçambicana de Rugby (FMR)

O BCI firmou uma parceria com a Federação Moçambicana de Rugby, assente num apoio financeiro para apoiar as actividades desta Federação, assim como a expansão do Rugby para outras províncias do país. A FMR criou este projecto de responsabilidade social, neste momento a beneficiar 1.800 pessoas carenciadas, com objectivo de incutir disciplina, foco, determinação e responsabilidade na camada juvenil.

Reconhecimento aos atletas moçambicanos que foram aos Jogos Olímpicos de 2024

Reconhecendo a dedicação e o esforço dos atletas, o Banco concedeu uma premiação especial aos sete atletas moçambicanos que representaram o país nos Jogos Olímpicos de 2024. As modalidades contempladas foram Boxe, Vela, Atletismo, Natação e Judo.

Oferta de material informático ao Clube Maxaquene

O BCI assegurou a oferta de material informático ao Clube de Desportos da Maxaquene para auxiliar no exercício das actividades do clube.

SUSTENTABILIDADE IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DE ESG NO BCI

O BCI, enquanto maior Banco do sistema financeiro nacional, reconhece a necessidade e assume o compromisso de integrar as boas práticas Ambientais, Sociais e de Boa Governação (ESG) na definição da sua estratégia e prossecução da sua actividade, tendo por base princípios sustentáveis nas suas diferentes dimensões, de modo a contribuir para a construção de um futuro mais sustentável, respondendo, deste modo, aos desafios vigentes e retribuindo às comunidades em que o Banco está inserido, os resultados da actividade. O Banco tem estado igualmente focado no desiderato de contribuir positivamente para tornar o mercado financeiro e o ecossistema mais sustentáveis, seguindo os princípios da sustentabilidade corporativa, através de uma estratégia de participação contínua, gerando benefícios na comunidade, mas também, através de acções de formação e sensibilização dos nossos colaboradores, parceiros e clientes, sobre a grande relevância do ESG.

A Estratégia de Sustentabilidade do BCI consiste, portanto, na implementação de um plano abrangente e orientado por objectivos que incorporam considerações ESG nas suas operações, nos processos de tomada de decisão e na cultura da organização, de forma transversal, tendo como principal objectivo, o alinhamento das práticas e metas do Banco com as melhores práticas internacionais em matérias de ESG e com os princípios de sustentabilidade a nível do Grupo CGD.

Uma estratégia de Sustentabilidade bem-sucedida não apenas mitiga riscos, como também cria oportunidades de inovação, de crescimento, atracção e retenção de talentos, além de melhorar a reputação e o valor da marca. A sustentabilidade deve ser incorporada na cultura do BCI, a partir do topo, iniciando-se, portanto, a nível do Conselho de Administração, passando pelos diversos níveis operacionais, para garantir a sua eficácia.

MODELO DE GOVERNO ESG

Para garantir a execução da estratégia de Sustentabilidade, o BCI definiu um modelo de governação encimado pelo seu Conselho de Administração, cuja composição é descrita em síntese, nos moldes abaixo:

- Conselho de Administração (CA):** Responsável pela definição da **Estratégia de Sustentabilidade**, aprovação de propostas e orçamentos apresentados pelo Comité de Sustentabilidade (CSU).
- Comité de Sustentabilidade (CSU):** Órgão estratégico e de monitorização, responsável por analisar propostas dos Grupos de Trabalho (GT) e propor novas iniciativas.
- Direcção de Sustentabilidade (DSU):** criada formalmente em 2024, a DSU actua na gestão operacional da Sustentabilidade e é composta por equipas dedicadas à análise de informações, pesquisa e disseminação de conteúdos ESG.
- Grupos de Trabalho (GT):** Estruturas dinâmicas que desenvolvem acções específicas para alcançar objectivos estratégicos do BCI em temáticas de Sustentabilidade.

ACÇÕES TRANSVERSAIS DESENVOLVIDAS EM 2024

Ao longo de 2024, o BCI avançou, significativamente, na sua agenda ESG, com destaque para:

- A criação de uma Direcção de Sustentabilidade, assumindo, abertamente, um modelo de atenção específico às matérias ESG.
- Aprovação de políticas essenciais, como a **Política de Sustentabilidade, Política de Financiamento Sustentável e Política de Riscos Climáticos e Ambientais e o seu Guia de Implementação do Plano para a Neutralidade Carbónica**.
- Disseminação de conteúdos ESG nas plataformas de

comunicação internas e externas, bem a realização de *workshops* com parceiros estratégicos nestas matérias.

- Revisão e reforço da grelha de oferta comercial com novos produtos sustentáveis, com revisão favorável da estrutura de preços para incentivar a utilização e práticas social e ambientalmente responsáveis.

Na vertente “social”, destacam-se ainda práticas recentes e de grande relevância, nomeadamente:

- No processo de troca de prestador de serviço dentro das instalações do Banco, a “obrigatoriedade” de acolhimento de colaboradores da empresa cessante para que não haja despedimentos.
- Aquisição de agendas e calendários feitos com papel reciclado.
- Parametrização por *default* de impressão frente e verso em todas impressoras do Banco, que contribuiu para a redução do consumo de papel A4.

AGENDA ESG DO BCI PARA O ANO DE 2025

- Apoiar a Transição Energética das Empresas e a Jornada para a Neutralidade Carbónica:** Disponibilizar aos clientes linhas de crédito para apoiar o investimento em melhorias de eficiência energética e projetos que promovam a economia circular ou a redução das emissões de CO2, com destaque para a Linha Eco Ambiental e a Linha BCI SUPER.

- Promover a Economia Circular:** Preservação dos recursos em uso no Banco, mantendo o valor económico por mais tempo, por reutilização ou reciclagem, com vista a contribuir para a redução da necessidade de matérias-primas e para a gestão eficiente dos recursos. Este contexto torna a adoção de um modelo de economia circular mais premente, contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais (Cartão BIO).

- Sensibilização e Literacia Ambiental e Climática, Financeira e Digital:**

O BCI reconhece o seu papel no desenvolvimento de iniciativas de sensibilização e literacia ambiental nas comunidades que serve. Esta iniciativa será desencadeada junto dos clientes, particulares e empresas em colaboração com parceiros de conhecimento e media, que tragam boas práticas e ampliem o seu alcance e respectivos impactos.

- Ética, Transparência e Segurança de Dados:** No BCI, seguimos um quadro de valores que orienta as nossas acções com integridade, honestidade, competência e transparência. O nosso modelo de governação previne conflitos de interesse, fraude, corrupção e branqueamento de capitais. Além disso, o modelo de remuneração da alta gestão integrará objetivos ESG, alinhando incentivos a uma visão sustentável a longo prazo.

- Investimento Responsável e Sustentável:** Compreender as preferências de sustentabilidade dos clientes e, face a estas, disponibilizar a oferta mais adequada.

- Redução da Pegada Ambiental das Operações Próprias:**

A transição e a adoção de políticas ambientais não só é positivo para o desempenho energético dos edifícios como para a economia circular. No BCI, a redução do impacto ambiental direto é uma prioridade estratégica, e nesse âmbito, serão desenvolvidos um conjunto de métricas e de metas para acompanhar o progresso da nossa estratégia climática. Outras acções adicionais no âmbito da mitigação dos impactos ambientais dos processos internos, passarão pela aquisição de aparelhos de ar condicionado com 70% de poupança energética e com a tecnologia Inverter ou Dual Inverter, Optimização das rotas e trajectos das viaturas do Banco, no sentido de reduzir a utilização do combustível fóssil e a minimização da utilização de utensílios plásticos, tanto quanto possível.

RATING ESG EM 2024

Em 2024 o BCI desenvolveu um sistema de *Rating* ESG que constitui uma ferramenta de avaliação da performance do Banco e dos seus clientes, no que se refere à gestão dos riscos ambientais, sociais e climáticos inerentes às suas actividades. O Rating ESG do BCI soma 11 variáveis distintas e com diferentes ponderações intervaladas entre os 0 e os 100%. Agrupados por afinidade, eles compõem os subgrupos meio ambiente (E), social (S) e governança (G). O peso de cada subgrupo é, de 50%, 40% e 10%, respectivamente.

A exemplo da Matriz que compõe os Riscos do sector financeiro, o *rating* ESG do BCI usou os diferentes sectores da economia numa amostra que abrange as 16 maiores empresas, representativas de 43% da carteira de crédito, e incluiu 2 novos potenciais clientes ESG - sem exposição em crédito - para fins de acompanhamento e de controlo. Com base na metodologia TCFD *Banking Pilot Project Phase II*, UNEP FI e *Acclimatise, Charting a New Climate* (ferramentas e dados de última geração para instituições financeiras avaliarem

riscos de crédito e oportunidades decorrentes dos impactos físicos das mudanças climáticas) foram considerados vários factores de vulnerabilidade, nomeadamente, dependência de recursos naturais e o próprio impacto da actividade nos mesmos, saúde e produtividade no trabalho, dependência energética e os impactos na procura e na cadeia de abastecimento.

O *rating* ESG representa mais um instrumento diferenciador para melhor avaliar a pertinência ou a recusa de investimentos ambientais e socialmente inviáveis.

A expectativa é de que os resultados evidenciem uma maior acuidade nas decisões, superioridade no critério e robustez transversal da instituição no seu diálogo com a sociedade, posicionando o compromisso do Banco com o meio ambiente no suporte ao seu financiamento e aconselhamento aos clientes, colocando na rota do cumprimento do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas.

O BCI implementará três alavancas para ajudar os seus parceiros a descarbonizar, disponibilizando o financiamento de transição, (re)equilibrando a sua carteira de crédito, privilegiando clientes focados no desenvolvimento de planos de descarbonização, e reduzindo a sua exposição a clientes com capacidade ou disposição limitada para descarbonizar.

ANÁLISE FINANCEIRA 2024

O ano de 2024 decorreu num ambiente de desafios e incertezas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, impactando significativamente a economia de Moçambique, com destaque para os seguintes factores: i. A persistência da instabilidade militar em Cabo Delgado, que ocasionou atrasos e paralisações nos projectos de exploração do Gás Natural na Bacia do Rovuma; ii. eventos climáticos com impactos adversos, que afectaram a produção agrícola e as infraestruturas essenciais; iii. agravamento da Dívida Pública interna; iv. o ciclo eleitoral, que gerou um cenário de instabilidade político-social pós-eleitoral, impactando negativamente a actividade económica do último trimestre de 2024; e v. a prevalência dos conflitos militares no Médio Oriente e na Ucrânia, bem como das incertezas e riscos que estes representam para a dinâmica dos preços das mercadorias.

Diante do cenário adverso acima mencionado, registou-se um abrandamento da economia de Moçambique, com um crescimento do PIB de apenas 1,85% em 2024, sustentado, essencialmente, pelo desempenho favorável da indústria extractiva, com destaque para a produção e exportação de Gás Natural Liquefeito (GNL), num cenário em que os sectores secundário e terciário registaram um abrandamento. Como referido acima, o crescimento económico foi muito negativamente influenciado pela performance no último trimestre do ano (-4,87%).

As acções do Banco de Moçambique (BdM) em termos de política monetária asseguraram que a inflação registasse uma tendência de desaceleração até ao mês de Outubro de 2024, tendo-se fixado em 2,68% (face aos 4,29% no fecho de 2023), reflectindo a estabilidade do nível geral de preços. Contudo, este cenário inverteu-se com um forte agravamento para 4,15% em Dezembro de 2024, na sequência das restrições no fornecimento de bens e serviços decorrentes dos efeitos da tensão pós-eleitoral.

Na vertente cambial, o metical manteve-se estável em relação ao Dólar, embora persistam pressões sobre a procura dado o desequilíbrio em termos de exportações e importações, com destaque para a importação de combustíveis, cujos valores são significativos e que deixou de ter o apoio do BdM com a venda de divisas em 2023.

Face ao contexto de estabilidade cambial, num cenário em que a avaliação dos riscos e incertezas associados às projecções de inflação mantém-se favorável, e com o intuito de estimular o crescimento económico, o Banco de Moçambique adoptou, desde o início do ano de 2024, uma política monetária expansionista, tendo reduzido a taxa MIMO para 12,75%, o que se traduz numa redução acumulada de 450pb ao longo do ano 2024, e implicou igualmente a redução da Prime Rate do Sistema em 440 pb, ao fixar-se em 19,70%, com um impacto positivo no custo de financiamento. No entanto, o Banco de Moçambique foi mais cauteloso na gestão das Reservas Obrigatórias, ao manter os níveis elevados de 39,00% para os Depósitos em Moeda Nacional e 39,50% para os Depósitos em Moeda Estrangeira, dada a prevalência de alguns riscos, com destaque para o aumento da Dívida Pública.

O IV trimestre de 2024 revelou-se particularmente desafiador, face aos três trimestres anteriores, tendo-se sentido as repercussões da tensão pós-eleitoral no País, conforme referido anteriormente, com a consequente contracção da actividade económica, a redução das receitas do Estado, o aumento da Dívida Pública, a redução da confiança por parte do sector empresarial e dos investidores estrangeiros, e consequente redução do investimento externo e atraso do início dos projectos de *Oil&Gas* no norte do país, agravando, deste modo, a situação de escassez de divisas que se tem vindo a sentir desde 2023.

A estratégia de mitigação dos impactos do ambiente desafiador que se registou em 2024, e dos eventos associados à tensão pós-

eleitoral no IV trimestre de 2024, foi ancorada na diversificação da receita e no reforço da robustez do Banco, assegurando uma maior cobertura para um potencial agravamento do risco associado aos diversos activos do Banco. Tendo em conta os impactos da tensão pós-eleitoral e as perspectivas de evolução das finanças públicas, foi revista a avaliação do desempenho económico e dos factores de risco subjacentes ao modelo de imparidades adoptado pelo Banco, e procedeu-se com o reforço da cobertura dos activos expostos ao risco de crédito e ao risco soberano, incluindo um *overlay* de imparidades para Activos Financeiros e Crédito directo ao Estado, reflectindo a perspectiva de downgrade significativo do *rating* do país. Esta perspectiva de agravamento do risco veio a materializar-se com a deterioração do *rating* atribuído ao país por parte da Fitch e da Standard&Poor's (S&P) a 19 de Fevereiro de 2025, e posteriormente com uma revisão pela S&P a 21 de Março 2025 e a colocação do rating do país para Dívida Soberana em moeda nacional em *"Selective Default"*. O nível de imparidades do Banco para Dívida Soberana, nas contas de 2024, já incorpora a cobertura necessária para reflectir este cenário de *"Selective Default"*.

A estratégia adoptada pelo Banco permitiu a manutenção da resiliência do Balanço a choques externos, mantendo a robustez e solidez que ao longo dos últimos anos foram construídas com rigor, disciplina financeira e uma gestão prudente de riscos. Deste modo, o Banco obteve em 2024 um Resultado Líquido de MT 6.039,73 milhões, alicerçado num crescimento sustentável dos Proveitos Operacionais, adequado nível de capital, cobertura adequada de riscos, num contexto desafiador em termos de risco económico e de país, e níveis confortáveis de liquidez, em linha com os objectivos do Plano Estratégico do Banco.

RESULTADOS E RENTABILIDADE

Perante um contexto desafiante, o Produto Bancário do BCI registou um crescimento de 2,50% (MT +523,93 milhões), face ao período homólogo, em virtude da boa performance da Margem Financeira (+4,73%) derivado do aumento do volume da carteira de Crédito e de Activos Financeiros em Moeda Nacional, mesmo num contexto de redução das taxas de juro do mercado e de coeficientes de Reservas Obrigatórias elevados, no entanto, as Imparidades e Provisões aumentaram 127,09% (MT +2.395,43 milhões), principalmente decorrente do agravamento do *rating* do País, influenciando significativamente o resultado. Assim, o Resultado Líquido de 2024 registou uma redução de 26,18% ao alcançar o montante de MT 6.039,73 milhões, comparativamente aos MT 8.181,43 milhões alcançados em 2023, impactando na redução dos Rácios de Rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) e da Rentabilidade dos Activos (ROA), que se situaram em 19,26% (29,74% em 2023) e 2,64 % (3,89% em 2023), respectivamente.

A redução do Resultado Líquido deveu-se aos seguintes factores: i. redução dos proveitos de Recuperação de Crédito e aumento dos custos com Imparidades e Provisões, dada a política prudente do Banco na avaliação dos riscos e a necessidade de reforçar a cobertura dos seus activos diante de um contexto económico desafiador, em antecipação de potenciais impactos negativos das tensões pós-eleitorais, particularmente no que se refere a degradação do *rating* do País, conforme explicado acima; ii. desempenho negativo da Margem Complementar (MT -220,6 milhões) assente na queda das Comissões Líquidas (MT -289,60 milhões), impactadas pela redução do volume de transacções dos canais electrónicos devido à indisponibilidade e instabilidade temporária em alguns canais e meios de pagamento no contexto da migração para a nova plataforma Euronet, bem como da redução dos proveitos com Anuidades de Cartões; e iii. crescimento dos Custos de Estrutura (+9,98%), uma vez que em 2024 o Banco implementou várias iniciativas para reforço da qualidade de serviço ao cliente e melhoria das plataformas tecnológicas, facto que se traduziu num rácio *cost-to-income* de 46,21%, face aos 43,07% apurados em igual período de 2023 (+3,14 pp).

Relativamente aos Impostos, os mesmos registaram uma redução (-33,97%) explicada, em grande medida, pela redução do valor das Retenções na Fonte sobre Operações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), em linha com o menor volume dos juros destas operações, na sequência da descida das taxas de juro do mercado, bem como pela Correção de Imposto relativo a Exercícios Anteriores, efectuada em 2023. Adicionalmente, importa referir que se registou um montante significativo de Rendimentos por Impostos Diferidos deduzidos da rubrica Impostos de Exercício.

(Milhares de Meticals)				
Demonstração de Resultados	Dez-23	Dez-24	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem Financeira	15 728 388	16 472 957	744 569	4,73%
Margem Complementar	5 212 388	4 991 744	(220 644)	-4,23%
Produto Bancário	20 940 776	21 464 700	523 925	2,50%
Gastos com Pessoal	5 140 646	5 575 872	435 226	8,47%
Outros Gastos Administrativos	3 025 795	3 492 866	467 071	15,44%
Amortizações e Depreciações	852 661	850 885	-1 776	-0,21%
Custos de Estrutura	9 019 102	9 919 623	900 521	9,98%
Imparidades e Provisões	1 884 891	4 280 325	2 395 434	127,09%
Resultado Antes de Impostos	10 036 783	7 264 752	(2 772 030)	-27,62%
Imposto	1 855 349	1 225 025	(630 323)	-33,97%
Resultado Líquido	8 181 434	6 039 727	(2 141 707)	-26,18%

Margem Financeira

O Banco de Moçambique iniciou um ciclo de redução das taxas de juro de mercado em 2024, tendo mantido o nível elevado das Reservas Obrigatórias, facto que condicionou o desempenho da Margem Financeira ao longo do ano.

Ainda assim, a Margem Financeira atingiu MT 16.472,96 milhões em 2024, face aos MT 15.728,39 milhões alcançados em 2023, o que corresponde a um crescimento de MT +744,57 milhões (+4,73%). Esta evolução foi consubstanciada pelo incremento dos Juros e Rendimentos Similares (+2,70%) em virtude do bom desempenho da carteira de Depósitos que gerou um incremento da liquidez, favorecendo o aumento do volume dos Activos Financeiros e da concessão de Crédito a Clientes, não obstante a acentuada descida das taxas de juro que se traduziu num efeito preço negativo sobre os Juros de Crédito e de Aplicações em Instituições de Crédito.

O aumento dos Juros de Crédito (+7,23%), os quais representam a componente com maior peso na estrutura dos Juros e Rendimentos Similares com 58,27% em 2024 (Dezembro de 2023: 55,81%), foi favorecido principalmente pelo crescimento da carteira de Crédito ao Consumo em moeda nacional, num contexto de maior procura de crédito como resultado do crescimento da economia.

Os Juros provenientes de Activos Financeiros cresceram em 8,68% devido ao aumento do volume da carteira, alinhado com a estratégia de gestão de risco de taxa de juro do Banco, a qual consiste em investir em instrumentos financeiros com periodicidade de *repricing* mais longa para mitigar os efeitos de redução de taxas sobre a Margem Financeira. Assim, os Activos Financeiros consolidaram-se como a melhor opção de investimento no mercado nacional, contribuindo com um peso de 34,88% sobre o total dos Juros e Rendimentos Similares (Dezembro de 2023: 32,69%). Em contrapartida, os Juros de Aplicações em Instituições de Crédito registaram uma redução (-36,25%), consequência da canalização dos fundos para os investimentos em Activos Financeiros, bem como pela redução das taxas de juro de mercado.

No que concerne aos Juros e Encargos Similares, os mesmos registaram um desempenho favorável (-1,53%) impulsionados por uma política disciplinada de remuneração dos Depósitos em alinhamento com a descida da taxa MIMO e pelos Juros de Recursos de Bancos Centrais (-97,5%), resultantes das tomadas junto ao Banco Central em 2023, com destaque para o III trimestre, após o aumento das Reservas Obrigatórias (RO's) por parte do BdM para 39,5% em MN com efeitos imediatos, cenário que não se verificou no exercício em referência num contexto de incremento dos Depósitos de Clientes no Banco e manutenção das RO's. Contudo, esta redução foi atenuada pelo incremento dos juros de Depósitos a Clientes (+3,12%), a evidenciar o forte crescimento da carteira de Depósitos.

Importa referir que, a Margem Financeira foi também influenciada pelo valor da taxa de juro bonificada dos financiamentos aos Colaboradores adicionado aos Juros de Crédito, por contrapartida de Custos com Pessoal no valor de MT 199,18 milhões (Dezembro de 2023: MT 200,59 milhões).

(Milhares de Meticals)				
Margem Financeira	Dez-23	Dez-24	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	24 105 849	24 757 833	651 983	2,70%
Juros e Encargos Similares	8 422 830	8 293 884	(128 946)	-1,53%
Comissões Líquidas Associadas				
ao Custo Amortizado	45 369	9 008	(36 361)	-80,14%
Margem Financeira	15 728 388	16 472 957	744 569	4,73%
Taxa da Margem Financeira	9,90%	9,28%		

Rendimento Líquido de Taxas e Comissões

As Comissões Líquidas ascenderam a MT 1.486,16 milhões em 2024, registando uma redução de 16,31% (MT -289,60 milhões) face aos MT 1.775,76 milhões alcançados no período homólogo, a reflectir em grande medida, a redução do volume de transacções de clientes com recurso aos Canais Electrónicos, durante o processo de migração para o sistema da Euronet. O impacto negativo teve maior incidência sobre as Comissões Recebidas a nível dos proveitos dos canais Mobile, ATM e POS, comparativamente às Comissões a pagar aos provedores de serviço por cada transacção realizada nos respectivos canais. Durante o segundo semestre de 2024 sentiu-se a retoma gradual da transaccionalidade, com a estabilização dos sistemas e as acções de dinamização e melhoria do serviço ao cliente desenvolvidas pelo Banco na vertente dos Canais Electrónicos. Em termos regulamentares, verificou-se a descontinuação da cobrança de algumas taxas e comissões conforme indicação do Banco de Moçambique, no âmbito do *Aviso nº 13/2017*, com impacto significativo quer nas Comissões de Canais Electrónicos, quer nas restantes Comissões.

(Milhares de Meticals)				
Comissões Líquidas	Dez-23	Dez-24	Variação	
			Absoluta	Relativa
Por garantias prestadas	346 076	337 501	-8 575	-2,48%
Por serviços prestados	542 964	375 346	-167 617	-30,87%
Por operações realizadas por conta de terceiros	91 858	107 101	15 243	16,59%
Banca Electrónica	1 566 456	1 203 173	-363 283	-23,19%
Outros rendimentos de comissões	716 644	566 515	-150 130	-20,95%
Comissões Recebidas	3 263 999	2 589 636	(674 363)	-20,66%
Por serviços prestados por terceiros	6 003	3 872	-2 131	-35,50%
Banca Electrónica	1 207 870	802 469	-405 402	-33,56%
Comissões de correspondentes	61 758	91 538	29 779	48,22%
Outros gastos com comissões	212 612	205 602	-7 010	-3,30%
Comissões Pagas	1 488 244	1 103 480	(384 764)	-25,85%
Comissões Líquidas	1 775 755	1 486 156	-289 599	-16,31%
Comissões Líquidas/Produto Bancário	8,48%	6,92%		

Resultados em Operações Financeiras

Em 2024, os Resultados de Operações Financeiras situaram-se em MT 2.661,09 milhões, o correspondente a um incremento de MT 66,01 milhões (+2,54%) face aos MT 2.595,09 milhões registados em 2023, potenciado por ganhos provenientes de descontos das Obrigações do Tesouro, adquiridas abaixo do par, bem como pelo aumento dos proveitos em operações cambiais.

(Milhares de Meticals)				
Resultados em Operações Financeiras	Dez-23	Dez-24	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados em Operações Financeiras	2 595 090	2 661 096	66 006	2,54%
Ganhos em Operações Financeiras	143 600 339	127 559 118	(16 041 222)	-11,2%
Perdas em Operações Financeiras	141 005 250	124 898 022	(16 107 228)	-11,4%
Resultado em Operações Financeiras/Produto Bancário	12,39%	12,40%		

Outros Resultados de Exploração

Os Outros Resultados de Exploração cifraram-se em MT 804,51 milhões em 2024, comparativamente aos MT 829,03 milhões alcançados em 2023, o que se traduz numa ligeira redução de MT 24,52 milhões (-2,96%) atribuída, em grande medida, à redução substancial dos Rendimentos Operacionais (MT -93,38 milhões). Esta evolução é justificada, principalmente, pelas Despesas de Expediente devido à descontinuação da cobrança aos clientes em 2023, bem como pelo menor volume de livro de cheques devido à emissão proactiva de cheques avulsos, em 2023, como medida para mitigar o impacto sobre os clientes nos períodos de indisponibilidade dos meios de pagamento electrónicos no âmbito da migração para o sistema Euronet. Contudo, é pertinente observar que o desempenho negativo foi atenuado pela redução dos Gastos Operacionais (MT -68,86 milhões).

(Milhares de Meticals)				
Outros Rendimentos Operacionais Líquidos	Dez-23	Dez-24	Variação	
			Absoluta	Relativa
Outros Rendimentos Operacionais	1 418 797	1 325 415	(93 382)	-6,6%
Outros Gastos Operacionais	589 763	520 905	(68 858)	-11,7%
Total	829 033	804 510	(24 523)	-2,96%

Custos de Estrutura

O Banco tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas, determinadas pelo Comité de Custos e Investimentos, assentes, na racionalização de custos e na obtenção de ganhos de eficiência, por via da optimização de processos, renegociação de contratos e centralização do *Procurement*. Em 2024, como resultado da estratégia de aprimorar a qualidade e garantir a excelência na prestação de serviços, o Banco focou-se em investir na melhoria das infraestruturas tecnológicas, reforçando a sua capacidade de resposta aos novos desafios tecnológicos e de cibersegurança, bem como as novas exigências regulamentares, e alinhando a sua estrutura operacional à crescente demanda por soluções bancárias inovadoras e personalizadas, e ao compromisso de assegurar uma resposta ágil às necessidades dos clientes em um ambiente cada vez mais dinâmico e competitivo.

Deste modo, os Custos de Estrutura, que englobam os Gastos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações do Exercício atingiram MT 9.919,62 milhões, em 2024, o que representa um crescimento de 9,98% (MT +900,52 milhões), quando comparado com o mesmo período em 2023, essencialmente explicado pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos (+15,44%) e dos Custos com Pessoal (+8,47%).

Do total dos Custos de Estrutura, 56,21% correspondem aos Custos com Pessoal (57,00% em 2023), 35,21% aos Gastos Gerais Administrativos (33,55% em 2023) e 8,58% às Amortizações e Depreciações (9,45% em 2023).

Gastos com Pessoal

Em 2024, os Gastos com Pessoal permaneceram a componente com o maior peso na estrutura dos custos, ao cifraram-se em MT 5.575,87 milhões, comparativamente aos MT 5.140,65 milhões observados em igual período de 2023, o equivalente a um crescimento de 8,47% (MT +435,23 milhões). Esta evolução reflecte o impacto da actualização anual da tabela salarial e ao processo de promoções por mérito, bem como do aumento dos custos com Assistência Médica e Medicamentosa aos colaboradores.

De referir que os valores dos Gastos com Pessoal incluem MT 199,18 milhões (Dezembro de 2023: MT 200,59 milhões), correspondentes ao impacto da taxa de juro bonificada dos financiamentos aos Colaboradores e que, foi adicionado aos Juros de Crédito por contrapartida dos Gastos com Pessoal, conforme estabelecem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

(Milhares de Meticais)			
Gastos com Pessoal	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	280 376	279 899	(476) -0,17%
Remuneração dos Empregados	4 261 762	4 643 580	381 818 8,96%
Comparticipação para Segurança Social	181 551	198 089	16 538 9,11%
Outros Custos com Pessoal	416 958	454 304	37 347 8,96%
Total	5 140 646	5 575 872	435 226 8,47%
Rácio GP / Produto Bancário	24,55%	25,98%	1,43pp

Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos totalizaram MT 3.492,87 milhões em 2024, o que representa um incremento significativo de 15,44% (MT +467,07 milhões), face aos MT 3.025,79 milhões registados em 2023, com destaque para:

- Formação de Pessoal, devido ao incremento do número de colaboradores nos cursos ministrados pelo Banco, como parte da estratégia de reforço das competências do quadro do Banco;
- Avenças e Honorários, explicado pelo aumento de custos com a terceirização de alguns serviços, enquadrados nas iniciativas de reforço da qualidade de serviço ao cliente;
- Aquisição de novos *softwares*, no âmbito das iniciativas de automatização de processos e mitigação de riscos; e
- Publicidade, com vista a reforçar a proximidade da marca do BCI aos nossos Clientes através de meios publicitários.

(Milhares de Meticais)			
Gastos Gerais Administrativos	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Água, Energia e Combustíveis	211 613	215 927	4 314 2,04%
Impressos e Material de Consumo			
Corrente	196 791	140 352	(56 439) -28,68%
Material p/ Assistência e Reparação	2 600	19 660	17 061 656,25%
Rendas e Alugueres	71 957	80 437	8 480 11,78%
Comunicações e Despesas de Expedição	686 399	612 246	(74 153) -10,80%
Deslocações, Estadias e Representação	90 200	103 291	13 091 14,51%
Publicidade e Edição de Publicações	58 785	131 705	72 919 124,04%
Conservação e Reparação	353 574	328 768	(24 807) -7,02%
Formação e Desenvolvimento de Pessoal	26 582	76 987	50 404 189,61%
Seguros	57 977	58 187	209 0,36%
Serviços especializados	548 442	717 943	169 501 30,91%
Outros Serviços e Fornecimentos de Terceiros	720 874	1 007 365	286 491 39,74%
Total	3 025 795	3 492 866	467 071 15,44%
Rácio GGA / Produto Bancário	14,45%	16,27%	1,82pp

O crescimento verificado no rácio de Gastos Gerais Administrativos sobre o Produto Bancário, o qual se situou em 16,27% em 2024, face aos 14,45% registados em 2023, demonstra o incremento mais acentuado dos custos administrativos, quando comparados com a evolução das receitas.

Amortizações e Depreciações do Exercício

As Amortizações do Exercício, em 2024, situaram-se em MT 850,89 milhões, evidenciando uma redução muito ligeira (-0,21%) quando comparado com o montante de MT 852,66 milhões registado no período homólogo.

(Milhares de Meticais)			
Amortizações	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Activos Tangíveis	813 241	812 348	(893) -0,11%
De Serviço Próprio	522 408	550 901	28 492 5,45%
Imóveis	88 612	86 261	(2 351) -2,65%
Equipamentos	433 797	464 640	30 843 7,11%
Obras em Edifícios arrendados	38 121	35 560	(2 560) -6,72%
Activos em locação operacional	252 712	225 887	(26 824) -10,61%
Activos Intangíveis	39 420	38 537	(883) -2,24%
Total	852 661	850 885	(1 776) -0,21%
Rácio Amortizações / Produto Bancário	4,07%	3,96%	(0,11pp)

Rácio de Eficiência

O Rácio *Cost-to-Income* fixou-se em 46,21% no final de 2024, o que se traduz numa deterioração (+3,14 pp) quando comparado com os 43,07% registados em igual período de 2023. Esta evolução reflecte o crescimento do Produto Bancário do Banco (+2,50%) inferior ao crescimento dos Custos de Estrutura (+9,98%), pelas razões acima elencadas.

(Milhares de Meticais)			
Custos de Estrutura	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Gastos com Pessoal	5 140 646	5 575 872	435 226 8,47%
Gastos Gerais Administrativos	3 025 795	3 492 866	467 071 15,44%
Custos de Funcionamento	8 166 441	9 068 738	902 297 11,0%
Amortizações	852 661	850 885	(1 776) -0,2%
Custos de Estrutura	9 019 102	9 919 623	900 521 9,98%
Produto Bancário	20 940 776	21 464 700	523 925 2,50%
Cost-to-Income	43,07%	46,21%	3,14pp
Rácio GP/Produto Bancário	24,55%	25,98%	1,4pp
Rácio GGA/Produto Bancário	14,45%	16,27%	1,8pp
Rácio Amortizações / Produto Bancário	4,07%	3,96%	(0,1pp)

Imparidades e Provisões Líquidas

Em 2024, as Imparidades e Provisões Líquidas situaram-se em MT 4.280,33 milhões, o que corresponde a um incremento MT +2.395,43 milhões, em relação aos MT 1.884,89 milhões registados no período homólogo.

Em linha com a estratégia de manutenção da resiliência do Balanço adoptada pelo Banco, o ano foi marcado por uma postura prudente em termos de reforço de Imparidades de Activos. Essa postura foi reforçada no IV trimestre de 2024, em termos de cobertura para risco de crédito e risco soberano, tendo em conta os impactos da tensão pós-eleitoral e as perspectivas de evolução das finanças públicas, associadas à desaceleração económica, sinalizando o eventual *downgrade* do risco País efectuado pela *Fitch* e pela *Standard&Poor's* (S&P) em Fevereiro de 2025 e a posterior classificação em "*Selective Default*" para a Dívida Soberana em moeda nacional pela S&P a 21 de Março de 2025.

Os principais impactos a nível desta rubrica foram, essencialmente:

- Alocação e reforço de Imparidade para Activos Financeiros, nomeadamente Títulos de Dívida Pública nacional, e reforço de imparidade para Crédito directo e com aval do Estado, na sequência dos resultados do modelo de imparidades do Banco num contexto económico desafiador, conforme acima detalhado, com destaque para o *downgrade* do *rating* do País e as perspectivas resultantes da tensão pós-eleitoral;
- Reversão parcial de Imparidades de Outros Activos, constituídas em Dezembro 2023, tendo em conta o processo ainda por concluir, a essa data, de migração dos sistemas de canais electrónicos e adaptação dos sistemas de reconciliação do Banco. A conclusão da implementação dos processos e circuitos de reconciliação, durante o ano de 2024, permitiu a libertação de imparidades e estima-se uma reversão adicional das imparidades remanescente em 2025, com a estabilização dos processos no I semestre de 2025;
- Elevado volume de proveitos com Recuperação de Créditos em *write-off* em 2023, totalizando o montante de MT 1.635,1 milhões, incluindo uma operação no valor de MT 1.011,9 milhões considerada um evento extraordinário; e
- Constituição de Provisões, em 2023, para efeitos de devolução de Comissões no âmbito do cumprimento do Aviso nº 13/2017, sendo que parte das mesmas foi revertida em 2024, após o apuramento final dos valores a devolver no âmbito das interacções com o BdM. A reversão destas Provisões que haviam sido sobrestimadas, foi contrabalançada pelo registo de novas Provisões associadas ao processo de cobrança de anuidades de cartões, resultante igualmente de uma interacção com o BdM durante o ano de 2024.

(Milhares de Meticais)			
Imparidades e Provisões Líquidas	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Provisões	605 641	62 951	(-542 690) -89,61%
Imparidade de Crédito e Activos Financeiros	190 460	3 681 922	3 491 462 1833,17%
Reforço Líquido	1 825 479	4 018 378	-2 192 899 -120,13%
Recuperação de Créditos Incobráveis	(1 635 019)	(336 457)	(1 298 562) 79,42%
Imparidade de Outros Activos ¹	1 088 790	535 452	553 338 50,82%
Total	1 884 891	4 280 325	2 395 434 127,09%

¹Inclui Imparidade de Outros Devedores e Outras Aplicações, bem como Outros Activos Tangíveis e Activos Não Correntes Detidos Para Venda

Imposto do Exercício

Em 2024, os Impostos do Exercício cifraram-se em MT 1.225,03 milhões, o que corresponde a uma redução de 33,97% face ao observado em igual período de 2023. Esta evolução foi potenciada pela redução da Retenção na Fonte sobre Títulos de Dívida e operações no MMI devido à redução dos juros destas

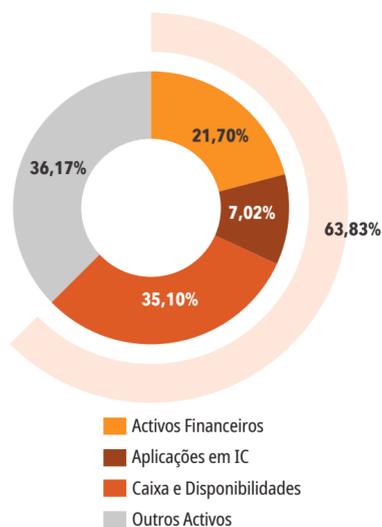
operações, em termos agregados, na sequência da descida das taxas de juro do mercado, bem como pela Correção de Imposto relativo a Exercícios Anteriores no montante de MT 293 milhões, efectuada em 2023.

Adicionalmente, importa destacar que foi registado um montante significativo de Rendimentos por Impostos Diferidos no valor de MT 1.308 milhões, associados às diferenças temporárias relativas às Imparidades de Activos Financeiros e excesso de Imparidades de Crédito, quando comparadas com as Provisões Regulamentares, em conformidade com o Código do IRPC. Este valor foi superior aos MT 1.106 milhões observados em 2023, por conta da postura prudente assumida pelo Banco na cobertura dos potenciais riscos associados ao contexto pós-eleitoral adverso.

(Milhares de Meticais)			
Imposto do Exercício	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Imposto Corrente	651 681	618 620	(33 061) -5,07%
Retenção na Fontes/Títulos de Dívida e MMI	2 010 712	1 900 533	(110 179) -5,48%
Correção de Imposto relativos a Exercícios Anteriores	293 047	0	(293 047) -100,00%
Imposto Diferido	(1 106 822)	(1 307 692)	(200 870) 18,15%
Encargos com Impostos Diferidos	6 732	13 565	6 833 101,51%
Total	1 855 349	1 225 025	-630 323 -33,97%

BALANÇO

O BCI apresentou um desempenho financeiro positivo, com destaque para o crescimento significativo dos Depósitos (+15,01%) e dos Capitais Próprios (+4,27%), facto que propiciou um crescimento global do Activo em 10,38%, ao situar-se em MT 231.641,35 milhões, comparativamente aos MT 209.856,24

LIQUIDEZ

Outros Activos incluem: Propriedades de Investimento, Investimentos em Filiais e Associadas, Activos por Impostos Correntes e Diferidos e Outros Activos.
Outros Passivos incluem: Responsabilidades representadas por títulos, Outros Passivos Subordinados, Passivos por Impostos Correntes e Diferidos, Outros Passivos e Provisões.

Balanço a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro 2024

(Milhares de Meticais)				
Estrutura do Balanço	Dez-23	Dez-24	Varição	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades	64 633 640	81 311 146	16 677 505	25,80%
Aplicações em Instituições de Crédito	22 661 869	16 264 393	(6 397 476)	-28,23%
Activos Financeiros	43 878 968	50 274 155	6 395 187	14,57%
Crédito a Clientes	67 210 965	71 417 689	4 206 724	6,26%
Do qual Crédito com Recursos Consignados	4 097 469	3 353 180	(744 289)	-18,16%
Activos Não Correntes	1 082 142	1 125 160	43 018	3,98%
Propriedade e equipamentos e activos de direito de uso	6 417 580	6 416 343	(1 238)	-0,02%
Outros Activos ¹	3 971 072	4 832 466	861 393	21,69%
Total do Activo	209 856 237	231 641 351	21 785 115	10,38%
Passivo				
Recursos de Clientes	159 530 663	183 483 079	23 952 417	15,01%
Recursos de Bancos Centrais	89 144	32 904	(56 240)	-63,09%
Recursos de Instituições de Crédito	1 131 612	1 211 511	79 900	7,06%
Recursos Consignados	4 249 709	3 418 706	(831 003)	-19,55%
Outros Passivos ²	14 017 745	11 341 318	(2 676 428)	-19,09%
Capitais Próprios	30 837 364	32 153 832	1 316 468	4,27%
Total do Passivo e Capitais Próprios	209 856 237	231 641 351	21 785 115	10,38%

¹Inclui: Propriedades de Investimento, Investimentos em Filiais e associadas, Activos por Impostos Correntes e Diferidos e Outros Activos.

²Inclui: Responsabilidades representadas por Títulos, Passivos Subordinados, Passivos por Impostos Correntes e Diferidos, Outros Passivos e Provisões.

Crédito a Clientes

Num contexto caracterizado pela queda da taxa de juro de referência, propiciando uma maior procura de financiamento, a carteira de Crédito a Clientes Bruto excluindo o Crédito com Recursos Consignados (o qual ascende a MT 3.353,28 milhões), registou um crescimento de 7,49%, ao alcançar em 2024 o montante de MT 74.854,03 milhões comparativamente ao registado no período homólogo (MT 69.641,17 milhões), reflectindo, essencialmente, o incremento do Crédito em Moeda

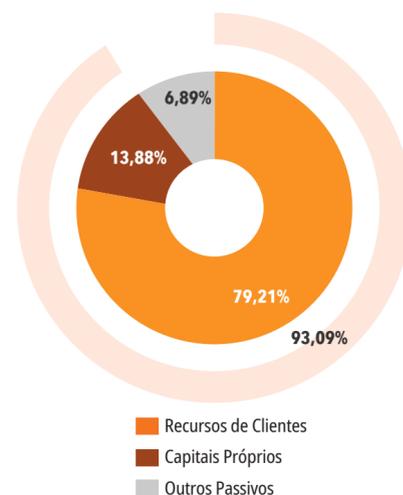
milhões registados em 2023. Esta evolução foi potenciada, principalmente pelo crescimento da Carteira de Crédito, Activos Financeiros e de Caixa e Disponibilidades, por contrapartida da redução das Aplicações em Instituições de Crédito.

A carteira de Crédito a Clientes Bruta, excluindo o Crédito financiado por Recursos Consignados, situou-se em MT 74.854,03 milhões em 2024, o correspondente a um incremento de 7,49% relativamente aos MT 69.641,17 milhões registados em igual período de 2023.

No que respeita ao Passivo, o mesmo situou-se em MT 199.487,52 milhões no final de 2024, face aos MT 179.018,87 milhões observados em 2023, o que representa um incremento de 11,43%, impulsionado por uma estratégia comercial eficiente, evidenciando um crescimento expressivo dos Depósitos de Clientes (+15,01%), que atingiu MT 183.483,08 milhões, relativamente ao valor registado em igual período de 2023 (MT 159.530,66 milhões). Esta evolução dos Depósitos, conjugada com o incremento do Crédito (excluindo o Crédito concedido com Recursos Consignados), determinou o aumento do *gap* comercial e a redução do Rácio de Transformação para 40,43% em 2024, face aos 43,27% registados em 2023.

No que concerne aos Capitais Próprios, estes totalizaram MT 32.153,83 milhões em Dezembro de 2024, correspondente a uma evolução positiva de 4,27% (MT +1.316,47 milhões) quando comparado com o montante de MT 30.837,36 milhões registado em Dezembro de 2023.

Deste modo, a estrutura do Balanço evidencia que o Banco detém níveis de liquidez adequados, com um total de 63,83% dos Activos a serem constituídos pelo agregado de Activos Financeiros, Aplicações em Instituições de Crédito, Caixa e Disponibilidades. O Activo Total foi financiado em 93,09% através de Depósitos de Clientes e dos Capitais Próprios.



Nacional (MT +3.557,20 milhões), propiciado pelo crescimento do Crédito ao Consumo em MT +6.570,88 milhões (+23,31%), o que evidencia, igualmente, o aumento da diversificação da carteira.

Relativamente à redução do Crédito com Recursos Consignados (MT -744,29 milhões) face ao período homólogo, a mesma foi influenciada pela amortização da carteira ocorrida ao longo de 2024, em conformidade com o plano de pagamento.

O crescimento da carteira de Crédito permitiu ao Banco manter a posição de liderança no sistema bancário nacional durante o ano de 2024, ao atingir uma quota de mercado de 26,94% em Dezembro de 2024 (Dezembro 2023: 24,25%).

Quanto à Carteira de Crédito Líquida, a mesma registou um incremento de 6,26% (MT +4.206,72 milhões) face ao observado no período homólogo, ao cifrar-se em MT 71.417,69 milhões face aos MT 67.210,97 milhões.

(Milhares de Metacais)			
Crédito a Clientes	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Crédito a Clientes (Bruto ex Recursos Consignados)	69 641 173	74 854 027	5 212 854 7,49%
Crédito Moeda Nacional	61 908 865	65 466 063	3 557 198 5,75%
Crédito Moeda Estrangeira	7 732 308	9 387 964	1 655 656 21,41%
Crédito com Recursos Consignados	4 097 469	3 353 180	(744 289) -18,16%
Crédito Bruto (Total)	73 738 642	78 207 207	4 468 565 6,06%
Imparidade de Crédito Acumulada	(6 527 677)	(6 789 518)	(261 841) 4,01%
Crédito a Clientes (Líquido)	67 210 965	71 417 689	4 206 724 6,26%

Qualidade dos Activos e Imparidade

O rácio regulamentar de *Non Performing Loans* (NPL) registou uma ligeira melhoria, tendo passado de 11,02% em 2023 para 10,97% no fecho de 2024. O contexto actual exigiu uma maior prudência do Banco no reforço de imparidades para fazer face ao risco de crédito e ao risco soberano, face ao potencial impacto das tensões pós-eleitorais sobre a qualidade do Crédito e dos Activos Financeiros, resultando numa alocação e reforço de *overlay* para a exposição a Activos Financeiros associados ao risco soberano, nomeadamente Títulos de Dívida Pública, bem como o reforço da imparidade para Crédito directo e com aval do Estado. Neste contexto, o Rácio de Cobertura dos Títulos de Dívida pela respectiva imparidade fixou-se em 5,48% em 2024, comparativamente aos 0,67% registados em 2023.

A Imparidade de Crédito acumulada atingiu MT 6.789,52 milhões no final de Dezembro 2024, o que se traduz num incremento de MT 261,84 milhões face ao alcançado em Dezembro de 2023.

A qualidade dos activos medida pelo rácio de NPL calculado de acordo com os critérios da Autoridade Bancária Europeia (EBA) registou igualmente uma melhoria, passando de 3,84% em 2023 para 2,84% em 2024. A cobertura do NPL por imparidades registou um incremento, passando de 111,51% em 2023 para 142,67% em 2024, decorrente da redução do volume do NPL.

O Custo do Risco calculado considerando apenas o risco de Crédito fixou-se em 1,01% em 2024, contra 0,18% observados em 2023.

Indicadores calculados de acordo com os critérios do Banco de Moçambique (Milhares de Metacais)			
Qualidade de Crédito	Dez-23	Dez-24	Varição
Crédito em Incumprimento (>90 dias)	8 134 560	8 583 935	449 376
Imparidade de Crédito Acumulada	6 527 677	6 789 518	261 841
Rácio do NPL (%)	11,02%	10,97%	(0,05pp)
Cobertura do Crédito Vencido por Imp. (%)	80,25%	79,10%	(1,15pp)

Indicadores calculados de acordo com os critérios da European Banking Authority (EBA) (Milhares de Metacais)			
Qualidade de Crédito	Dez-23	Dez-24	Varição
Crédito em Incumprimento (NPL)	5 854 447	4 758 841	(1 095 606)
Imparidade de Crédito Acumulada	6 527 677	6 789 518	261 841
Rácio do NPL (%)	3,84%	2,84%	(1,00pp)
Cobertura do NPL por Imparidades (%)	111,51%	142,67%	31,170pp
Cobertura do NPL por Imp. + Colaterais (%)	120,58%	134,27%	13,690pp
Rácio do Custo do Risco (%)	0,18%	1,01%	0,830pp

Carteira de Títulos

Em 2024, a Carteira de Títulos do Banco que integra os Activos Financeiros ao Custo Amortizado e os Activos Financeiros ao Justo Valor alcançou o montante de MT 50.274,16 milhões, traduzindo-se num incremento significativo (+14,57%), relativamente aos MT 43.878,97 milhões registados em 2023. Esta evolução foi potenciada pela liquidez disponível e consequente incremento do investimento em Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, dentro dos limites estabelecidos ao nível do *Risk Appetite Framework*, conjugado com a estratégia adoptada pelo Banco para a mitigação do impacto da queda das taxas de juros em 2024 sobre a Margem Financeira. Importa referir que os Activos Financeiros representavam 21,70% do Activo do Banco em Dezembro de 2024, face a 20,91% em 2023.

Conforme referido, em 2024 o Banco reforçou a afectação de imparidades à Carteira de Títulos de Dívida Soberana, reflectindo as perspectivas em torno do ambiente macroeconómico e o potencial downgrade do rating do país que se veio a concretizar em Fevereiro e Março de 2025.

(Milhares de Metacais)			
Activos Financeiros	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Custo Amortizado	39 671 581	42 742 076	3 070 495 7,74%
Bilhetes do Tesouro	22 233 843	27 905 503	5 671 660 25,51%
Obrigações do Tesouro	17 646 413	17 534 020	(112 393) -0,64%
Outros Títulos	61 197	58 920	(2 277) -3,72%
Imparidade (269 872)	(2 756 367)	(2 486 495)	269 872 9,92%
Justo Valor	4 207 387	7 532 079	3 324 693 79,02%
Bilhetes do Tesouro	2 095 486	4 756 851	2 661 364 127,00%
Obrigações do Tesouro	1 889 457	2 500 754	611 296 32,35%
Outros Títulos	244 424	274 475	30 051 12,29%
Imparidade (21 981)	-	21 981	-100%
Total	43 878 968	50 274 155	6 395 188 14,57%

Aplicações em Instituições de Crédito (IC's)

Em 2024, as Aplicações em IC's reduziram de forma significativa na ordem dos 28,23% (MT -6.397,48 milhões), totalizando MT 16.264,39 milhões face aos MT 22.661,87 milhões registados em 2023, o que representa 7,02% sobre o total do Activo (10,80% em Dezembro de 2023). Esta evolução resulta da forte redução das Aplicações em *Reverse Repo* com o BdM, por contrapartida do investimento da liquidez em Activos Financeiros com prazos de *repricing* mais longos, como estratégia do Banco para mitigar o risco de taxa de juro no Balanço, dado o contexto de redução das taxas no mercado.

As Aplicações no Estrangeiro registaram um crescimento na ordem de 60,64% (MT +6.034,67 milhões) alcançando MT 15.986,25 milhões em 2024, comparativamente aos MT 9.951,58 milhões registados em 2023, derivado do incremento da Carteira de Depósitos em Moeda Estrangeira.

(Milhares de Metacais)						
Recursos de Clientes	Dez-23	Dez-24	Varição		Peso sobre o Total	
			Absoluta	Relativa	dez-23	dez-24
Depósitos em MN	131 172 648	143 652 273	12 479 625	9,51%	82,22%	78,29%
À Ordem	88 771 678	98 568 196	9 796 518	11,04%	55,65%	53,72%
A Prazo	41 591 469	44 412 784	2 821 315	6,78%	26,07%	24,21%
Outros Depósitos ¹	252 469	259 381	6 912	2,74%	0,16%	0,14%
Juros a Pagar	557 031	411 911	(145 120)	-26,05%	0,35%	0,22%
Depósitos em ME	28 358 015	39 830 807	11 472 792	40,46%	17,78%	21,71%
À Ordem	12 689 893	16 773 655	4 083 762	32,18%	7,95%	9,14%
A Prazo	15 503 425	22 873 114	7 369 689	47,54%	9,72%	12,47%
Outros Depósitos ¹	29 176	26 517	(2 659)	-9,12%	0,02%	0,01%
Juros a Pagar	135 521	157 521	22 000	16,23%	0,08%	0,09%
Total	159 530 663	183 483 079	23 952 417	15,01%		

¹Inclui: Depósitos com pré-aviso e Outros Depósitos

Depósitos por Moeda e por Produto

No que respeita à estrutura dos Depósitos de Clientes, 62,86% corresponde a Depósitos à Ordem e 36,67% a Depósitos a Prazo. Tanto os Depósitos à Ordem como a Prazo registaram um crescimento significativo equivalentes a 14% (MT +13.880,28 milhões) e 18% (MT +10.191,0 milhões), respectivamente, quando comparados com o período homólogo, contribuindo para reforçar o fluxo de financiamento.

Os Depósitos em Moeda Nacional continuam a dominar a estrutura de Recursos de Clientes ao representarem um peso de 82,22% sobre o total da carteira (Dezembro de 2023: 78,30%) e registaram um crescimento de 9,51%, face ao registado em igual período de 2023. Esta evolução derivou, tanto dos Depósitos à Ordem (+11,04%), quanto dos Depósitos a Prazo em 6,78%.

Num contexto de estabilidade cambial, os Depósitos em Moeda Estrangeira cresceram 40,46%, tanto nos Depósitos à Ordem (+32,18%) como nos Depósitos a Prazo (+47,54%). Importa referir que o peso dos Depósitos em Moeda Estrangeira sobre a estrutura dos Depósitos Totais registou um incremento de 3,92 pp, representando 21,71% em 2024 face a 17,78% atingido em 2023.

(Milhares de Metacais)				
Recursos de Clientes	Dez-23	Dez-24	Varição	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	101 461 571	115 341 852	13 880 280	13,68%
Moeda Nacional	88 771 678	98 568 196	9 796 518	11,04%
Moeda Estrangeira	12 689 893	16 773 655	4 083 762	32,18%
Depósitos a Prazo	57 094 894	67 285 898	10 191 004	17,85%
Moeda Nacional	41 591 469	44 412 784	2 821 315	6,78%
Moeda Estrangeira	15 503 425	22 873 114	7 369 689	47,54%
Outros Depósitos	974 198	855 330	(118 868)	-12,20%
Total	159 530 663	183 483 079	23 952 417	15,01%

Rácio de Transformação

Apesar do contexto desafiador, o BCI tem envidado esforços no sentido de reforçar a sua posição de agente impulsionador

(Milhares de Metacais)			
Aplicações em IC's	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
No País	12 710 752	278 148	-12 432 603 -97,81%
No Banco de Moçambique	12 530 498	100 752	-12 429 746 -99,20%
Em Outras IC's	180 254	177 397	-2 857 -1,59%
No Estrangeiro	9 951 575	15 986 245	6 034 670 60,64%
Imparidade	458	0	-458 -100,00%
Total	22 661 869	16 264 393	-6 397 476 -28,23%

Estrutura de Financiamento

A estrutura de financiamento do Activo do BCI continuou a ser caracterizada, no último ano, pela consolidação da carteira de Depósitos de Clientes como principal fonte de *funding*, perfazendo 79,21%, com os Capitais Próprios a financiarem o Activo em 13,88%.

(Milhares de Metacais)			
Estrutura de Financiamento	Dez-23	Dez-24	Varição
Recursos de Clientes	159 530 663	183 483 079	15,01%
Recursos de Instituições de Crédito	1 220 755	1 244 415	1,94%
Recursos Consignados	4 249 709	3 418 706	-19,55%
Outros Passivos ¹	14 017 745	11 341 318	-19,09%
Capitais Próprios	30 837 364	32 153 832	4,27%
Total	209 856 237	231 641 351	10,38%

¹Inclui: Responsabilidades representadas por Títulos, Outros Passivos Subordinados e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos, Outros Passivos e Provisões

Recursos de Clientes

Os Recursos de Clientes ascenderam a MT 183.483,08 milhões em Dezembro de 2024 face aos MT 159.530,66 milhões registados em 2023, o que representa um incremento significativo de 15,01% (MT +23.952,42 milhões), traduzindo um acréscimo quer dos Depósitos à Ordem, quer dos Depósitos a Prazo. Esta variação reflecte, por um lado, o efeito natural do crescimento do PIB nominal e da base monetária, dado o ciclo expansionista da política monetária e consequente aumento do Crédito à Economia e, por outro, o impacto da angariação de novos clientes, dada a vasta cobertura geográfica da rede retalho do Banco. Deste modo, o Banco manteve a liderança no *ranking* de recursos face à concorrência, com uma quota de mercado de 25,78% em Dezembro de 2024 (25,39%: Dezembro 2023).

Moçambique. Esta evolução do Rácio de Solvabilidade resultou do aumento do Activo Ponderado pelo Risco, fundamentalmente na componente do risco de crédito, impactado pelo aumento das Reservas Obrigatórias, em linha com o incremento da carteira de Depósitos, cuja componente em Moeda Estrangeira é ponderada a 150%.

Por sua vez, Banco continuou a demonstrar uma forte robustez em termos de liquidez, com Rácio de Liquidez muito acima do mínimo regulamentar (25%), ao fixar-se em 41,03% em Dezembro de 2024, (Dezembro de 2023: 43,08%), reflectindo o forte aumento dos Depósitos e a redução do Rácio de Transformação.

(Milhares de Metacais)			
Capitais Próprios	Dez-23	Dez-24	Varição
			Absoluta Relativa
Capital Social	10 000 000	10 000 000	- 0,00%
Reserva Legal	7 448 413	10 000 000	2 551 587 34,26%
Outras Reservas e Resultados Transitados	5 459 807	5 769 946	310 139 5,68%
Reservas de Reavaliação	25 770	622 220	596 450 2314,49%
Acções Próprias	(278 060)	(278 060)	- 0,00%
Resultado do Exercício	8 181 434	6 039 727	(2 141 707) -26,18%
Total	30 837 364	32 153 832	1 316 468 4,27%

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o Decreto-Lei nº 01/2022 – Código Comercial, com a Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro 2020 – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e demais legislação aplicável, atendendo à posição de Fundos Próprios do Banco, bem como ao Rácio de Solvabilidade e de liquidez significativamente acima dos limites prudenciais, assegurando assim uma situação robusta de capital e liquidez no Banco, o Conselho de Administração submeteu à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, no valor de MT 6.039.727.174,76 (seis mil, trinta e nove milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e setenta e quatro metacais e setenta e seis centavos):

- **Reservas Legais (15%):** MT 905.959.076,21 (novecentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setenta e seis metacais e vinte e um centavos);
- **Reservas Livres (15%):** MT 905.959.076,21 (novecentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setenta e seis metacais e vinte e um centavos); e
- **Distribuição de Dividendos (70%):** MT 4.227.809.022,33 (quatro mil, duzentos e vinte e sete milhões, oitocentos e nove mil, vinte e dois metacais e trinta e três centavos).

AGRADECIMENTOS E REFERÊNCIAS

Ao concluir a apresentação da actividade do Banco no exercício de 2024, o Conselho de Administração do BCI expressa o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a consolidação deste projecto, em especial:

- Aos nossos Clientes;
- Às autoridades monetárias e financeiras, pela forma como acompanharam e apoiaram no desenvolvimento da actividade do BCI;
- À Mesa da Assembleia-Geral e ao Conselho Fiscal, pela colaboração manifestada ao longo do exercício;
- Aos nossos Correspondentes;
- Aos nossos Fornecedores; e
- Aos Senhores Accionistas, pelo voto de confiança e pelo apoio e colaboração prestados.

Um especial reconhecimento é devido aos Colaboradores Daqui, pela atitude profissional e dedicação demonstrados no exercício das suas funções, não obstante os contínuos desafios do ambiente macroeconómico no qual o BCI opera, a qual merece os nossos sinceros agradecimentos.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão anual do Banco Comercial e de Investimentos, SA, foi aprovado pelo Conselho de Administração a 27 de Março de 2025 e vai assinado pelos seus membros:

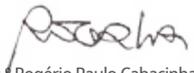

Dr. Carls Agostinho do Rosário
(Presidente)


Dr. José João Guilherme
(Vice-Presidente)

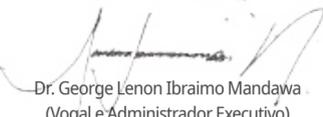

Dr. Francisco Pinto Machado Costa
(Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)


Dr. Pedro Ferraz Corrêa dos Reis
(Vogal e Administrador Executivo)

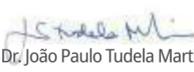

 Dr. Luis Filipe Costa Reis Marques de Aguiar
 (Vogal e Administrador Executivo)


 Eng. Rogério Paulo Cabacina Lam
 (Vogal e Administrador Executivo)

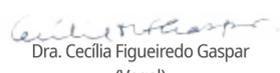

 Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo Bhai
 (Vogal e Administrador Executivo)


 Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa
 (Vogal e Administrador Executivo)


 Dr. Raúl António Correia Saraiva de Almeida
 (Vogal e Administrador Executivo)


 Dr. João Paulo Tudela Martins
 (Vogal)


 Dr. Luis Miguel Gubert Morais Leitão
 (Vogal)


 Dra. Cecília Figueiredo Gaspar
 (Vogal)



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Banco Comercial e de Investimentos, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (respectivamente "o Grupo" e "o Banco") em 31 de Dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., apresentadas nas páginas 130 a 235, que compreendem:

- o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração consolidada e individual dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração consolidada e individual do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração individual das alterações nos capitais próprios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;
- a demonstração consolidada e individual dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024; e
- as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades em termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais**.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Grupo de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
 Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
 T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307015/20, F: (+258) 21 307021/320299, E: mv_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
 Número de matrícula: 101181995 - N.U.T.: 600005516 - Capital Social: 50.000,00 MZ\$

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório e contas 2024".

A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e individuais nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo e do Banco prosseguirem em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Grupo ou o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Grupo e do Banco.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devida a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de

auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo e do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Grupo ou o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades de negócio no Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria ao Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
 Registada sob o nº 11/SAC/OCAM/2014, representada por:


 João Veiga
 Auditor Certificado 70/CA/OCAM/2014
 Maputo, 28 de Março de 2025


CONSELHO FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2024

Aos Senhores Accionistas do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, SA, Moçambique.

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal (CF) do BCI acompanhou a atividade do Banco ao longo do exercício de 2024, verificou a exatidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento rigoroso das políticas e das práticas contabilísticas prosseguidas.

Nos termos da Lei apresenta-se o Relatório relativo à acção fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2024, e emite-se o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício de 2024 do Conselho de Administração (CA) do Banco é apresentado em documento autónomo.

Relatório

O Conselho Fiscal do BCI acompanhou, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas a evolução do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis, com base na informação fornecida pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira, de gestão de riscos, de compliance e de auditoria interna, bem como a fornecida pelos Auditores Externos - PricewaterhouseCoopers (PwC).

O Conselho Fiscal do BCI obteve do CA e das diversas Direções e Serviços do Banco as informações e os esclarecimentos que lhes foram solicitados.

Ao longo do exercício de 2024 o CF reuniu por diversas vezes com a PwC para analisar informações que entendeu esclarecer.

O Conselho Fiscal do BCI realizou os procedimentos necessários para verificar, nos aspetos materialmente relevantes, a adequação e a eficácia da cultura organizacional em vigor na Instituição e dos seus Sistemas de Governo e de Controlo Interno.

Com a colaboração dos Auditores (PwC), o Conselho Fiscal apresentou em devido tempo o Relatório de Autoavaliação sobre os Sistemas de Governo e Controlo Interno.

Ainda no âmbito do Sistema de Controlo Interno do BCI, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e Inspeção, da Direção de Monitorização Interna e da Direção de Compliance, tendo realizado as reuniões e os contactos que se revelaram necessários para uma adequada apreciação das atividades desenvolvidas e para a discussão das informações produzidas por estes Órgãos de Estrutura do Banco.

O CF acompanhou regularmente a execução dos Planos Anuais de Atividades de 2024 da Direção de Auditoria e Inspeção e da Direção da Função Compliance.

Adicionalmente verificou que as recomendações em aberto de Inspeções do Banco de Moçambique têm sido adequadas pelas Direções responsáveis do Banco e estão em processo de resolução. De sublinhar ainda que o CF dedicou uma especial atenção ao acompanhamento da resolução das Deficiências de Controlo Interno.

De referir ainda o impacto negativo na economia moçambicana, e no mundo em geral, da guerra na Ucrânia, que se iniciou no final de fevereiro de 2022, e que ainda perdura, que provocou diversos constrangimentos a nível das cadeias logísticas de abastecimento e uma subida substancial dos preços de muitas matérias primas, e que provocou um impacto negativo no investimento. O conflito no Médio Oriente tem também perturbado o normal funcionamento das economias em várias geografias, inclusive em Moçambique.

O Conselho Fiscal participou em todas as reuniões do Conselho de Administração e manteve contactos permanentes com os membros da Comissão Executiva, bem como reuniu com diversas Direções do Banco para poder acompanhar e aprofundar a respetiva atividade e para poder zelar pela observância da estratégia de gestão, da disciplina financeira e da política de controlo de riscos, avaliando, da forma que considera adequada, a eficácia do Sistema de Controlo Interno do BCI.

Os membros da Comissão Executiva e alguns dos principais Diretores do BCI participaram, sempre que necessário, nas reuniões do Conselho Fiscal, conforme se encontra registado nas respetivas atas.

Durante o ano de 2024 o Conselho Fiscal teve interações com a Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos e também com a Comissão de Auditoria do BCI, tendo assistido à maioria das suas reuniões.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, reportadas a 31 de dezembro de 2024 elaboradas em conformidade com as regras do Banco de Moçambique e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

O ativo total líquido do Banco aumentou 10,4% relativamente ao ano anterior, passando a ser de MT 231.641,4 milhões.

De salientar positivamente em 2024 o aumento do Crédito (líquido) a Clientes (+ 6,3% em relação a 2023; MT 71.417,7 milhões) e o aumento expressivo dos Recursos de Clientes de 15,0%, para MT 183.483,1 milhões.

O aumento do Crédito a Clientes foi muito favoravelmente impactado pelo aumento da carteira de crédito a particulares, em especial a colaboradores do sector público (crédito CEDSIP).

O crescimento dos recursos de clientes verificou-se tanto nos recursos em moeda nacional (+9,5%; + MT 12.479,6 milhões) como, com maior expressão percentual, em moeda estrangeira (+40,5%; + MT 11.472,6 milhões).

Como resultado do acima exposto, o rácio de transformação total reduziu-se de 45,85% em 2023 para 42,26% em final de 2024.

De referir que em 2023 o Banco de Moçambique tinha alterado a sua política de disponibilização de moeda estrangeira, para liquidação das importações petrolíferas, o que reduzia a disponibilidade de divisas do sistema bancário para importações.

Em consequência do desempenho comercial favorável do Banco em 2024, o BCI continua a ser líder de mercado em Moçambique, tendo reforçado a sua posição, com uma quota de mercado de 25,8% nos Depósitos e de 26,9% no Crédito. Em termos de Ativos a quota de mercado é de 22,7%. De referir que serve cerca de 2,4 milhões de Clientes no mercado doméstico.

Em 2024 o resultado líquido reduziu-se 26,2%, de MT 8.181,4 para MT 6.039,7 milhões quando comparado com o ano anterior.

Para este resultado concorreu, em especial, o significativo aumento das imparidades contabilizadas no exercício de 2024, decorrentes da classificação pela Standard & Poor's, já em 21 de março de 2025, do crédito soberano de longo prazo em moeda nacional como "Selective Default", o que resultou, da parte do banco, num ajustamento para as perdas de crédito esperadas para a Dívida Soberana, o qual foi refletido integralmente nas contas a Dezembro 2024.

De referir que o resultado líquido de 2023 incorporou vários eventos extraordinários com impacto positivo no resultado daquele ano, em especial relacionados com recuperações de crédito, o que não se verificou no exercício de 2024.

De sublinhar ainda a manutenção durante todo o ano de 2024 das Reservas Obrigatórias em moeda nacional e moeda estrangeira de 39% e 39,5%, respetivamente, que reduziram o volume disponível de disponibilidades para aplicações geradoras de margem financeira.

De destacar também o desafio operacional que o Banco enfrentou no ano de 2023 e 2024 relativo à migração para a nova plataforma de meios de pagamento (EURONET), decorrente da sua liderança de mercado em meios de pagamento, número de clientes e elevada transaccionalidade. Desafio esse que se encontra significativamente ultrapassado à data de reporte, com a conclusão da migração e a estabilização dos diversos processos.

Em 2024, muito influenciado pelo acima referido, o BCI reforçou significativamente as imparidades e provisões em 127,1%, quando comparadas com o ano anterior, com um montante total de MT 4.280,3 milhões. Este nível de imparidades reflete a prudência da gestão no âmbito da deterioração do contexto económico e do risco país.

O custo do risco de crédito foi em 2024 de 1,01%, o que compara desfavoravelmente com 0,18% registados em 2023, por conta do acima referido.

Os Fundos Próprios, calculados com base no estabelecido pelo Banco de Moçambique, que reflete as Regras de Basileia II, totalizam MT 21.796,6 milhões, mais 13,9% do que no ano anterior.

Apesar do substancial reforço das imparidades, o BCI continua a demonstrar um adequado rácio de solvabilidade - 23,33% no fecho de 2024 face a 24,34% no fecho de 2023. O rácio de liquidez prudencial, calculado conforme a metodologia do Banco de Moçambique, situou-se em 41,03% face aos 43,09% de 2023. Ambos situaram-se significativamente acima dos mínimos regulamentares.

O Conselho Fiscal apreciou, ainda, o Relatório dos Auditores Externos (PwC), relativo às Demonstrações Financeiras do BCI, referentes a 31 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal dedicou especial atenção ao acompanhamento das imparidades do BCI, tendo analisado e discutido, tanto com o Conselho de Administração como com os Auditores Externos, a respetiva adequação e suficiência.

Paroer

De sublinhar que em 31 de Dezembro de 2024 o rácio de solvabilidade do BCI foi de 23,33% e o rácio Core Tier I de 23,95%, evidenciando ambos os indicadores uma situação confortável.

A rentabilidade dos capitais próprios (return on equity) registou um valor de 19,26% no final do exercício de 2024.

Verificou-se uma ligeira deterioração do rácio dos custos operacionais sobre o produto bancário (cost to income).

Faço ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que, relativamente ao exercício de 2024, as Demonstrações Financeiras, tanto individuais como as consolidadas, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições

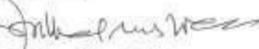
contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Uma nota final para expressar ao Conselho de Administração, aos responsáveis Diretivos e a todos os Colaboradores do Banco com quem o Conselho Fiscal contactou em 2024 um agradecimento por toda a colaboração que lhe foi prestada no exercício da sua acção fiscalizadora.

27 de março de 2025.

O Conselho Fiscal


Frederico Silva Pinto
(Presidente)


José Manuel Nunes Liberato
(Vogal)


Mário Vicente Sitoe
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Notas	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Juros e rendimentos similares	24 742 438 256	24 081 511 968	24 757 832 881	24 105 849 396
Juros e encargos similares	(8 296 321 025)	(8 415 915 167)	(8 293 884 239)	(8 422 830 148)
Margem financeira estrita	16 446 117 231	15 665 596 801	16 463 948 642	15 683 019 248
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	9 007 996	45 368 795	9 007 996	45 368 795
Margem financeira	16 455 125 227	15 710 965 596	16 472 956 638	15 728 388 043
Ganhos/ (perdas) desconhecimento de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	9.3	38 296 470	9 546 174	38 296 470
Rendimentos de instrumentos de capital	9.4	1 684 685	2 963 353	1 684 685
Rendimento de taxas e comissões	9.5	2 589 636 380	3 263 998 933	2 589 636 380
Gastos com taxas e comissões	9.5	(1 104 021 855)	(1 488 256 473)	(1 103 479 896)
Resultados em operações financeiras	9.6	2 661 095 808	2 595 089 236	2 661 095 808
Outros resultados de exploração	9.7	820 686 557	862 214 100	804 510 101
Resultados operacionais	21 462 503 272	20 956 520 919	21 464 700 186	20 940 775 560
Gastos com pessoal	9.8	(5 580 417 819)	(5 144 646 090)	(5 575 871 842)
Outros gastos administrativos	9.9	(3 495 636 755)	(3 027 757 301)	(3 492 865 906)
Imparidade de crédito a clientes e de instituições de crédito	9.10	(3 681 921 704)	(190 460 015)	(3 681 921 704)
Imparidade de outros activos	9.10	(535 451 776)	(1 088 790 129)	(535 451 776)
Depreciações e amortizações	9.20/ 9.21/ 9.22	(828 994 877)	(835 168 069)	(850 885 311)
Provisões líquidas	9.32	(62 951 325)	(605 640 849)	(62 951 325)
Resultados antes de impostos	7 277 129 016	10 064 058 466	7 264 752 322	10 036 782 709
Imposto sobre o rendimento	9.11	(1 226 664 811)	(1 861 781 747)	(1 225 025 147)
Resultado Líquido	6 050 464 205	8 202 276 719	6 039 727 175	8 181 434 088
Resultado consolidado atribuível a:				
Acionistas do banco		6 047 330 477	8 190 867 975	6 039 727 175
Interesses que não controlam		3 133 727	11 408 743	-
Resultado por acção				
Resultado básico por acção	9.12	6,22	8,44	6,21
Resultado diluído por acção	9.12	6,22	8,44	6,21

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Notas	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Resultado Líquido	6 050 464 205	8 202 276 719	6 039 727 175	8 181 434 088
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:				
Resultado de justo valor sobre activos financeiros		596 449 585	88 098 722	596 449 585
Imposto diferido	9.23/ 9.29	(190 863 867)	(28 191 592)	(190 863 867)
	9.34	405 585 718	59 907 130	405 585 718
Itens que não podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganhos e perdas actuariais				
Varição ocorrida no exercício	9.23/ 9.29	(180 065 000)	35 691 000	(180 065 000)
Imposto diferido	9.34	57 620 800	(11 421 120)	57 620 800
		(122 444 200)	24 269 880	(122 444 200)
Rendimento Integral	6 333 605 723	8 286 453 729	6 322 868 693	8 265 611 098
Resultado consolidado atribuível a:				
Acionistas do banco		6 330 471 996	8 275 044 986	6 322 868 693
Interesses que não controlam		3 133 727	11 408 743	-
		6 333 605 723	8 286 453 729	6 322 868 693

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇO CONSOLIDADO E INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Notas	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
ACTIVO				
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	9.13	80 779 080 185	61 667 286 526	80 779 079 379
Disponibilidades sobre instituições de crédito	9.14	532 069 542	2 966 357 802	532 066 144
Aplicações em instituições de crédito	9.15	16 264 393 298	22 661 869 264	16 264 393 298
Activos financeiros ao custo amortizado	9.16	42 742 075 956	39 671 581 100	42 742 075 956
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	9.16	7 532 079 280	4 207 386 684	7 532 079 280
Crédito a clientes	9.17	71 311 187 621	67 088 121 844	71 417 689 145
Investimentos em subsidiárias	9.18	-	-	460 059
Activos não correntes detidos para venda	9.19	1 125 159 832	1 082 141 781	1 125 159 832
Propriedades de Investimentos	9.20	690 991 059	717 773 364	206 731 984
Propriedade e equipamentos e activos sob direito de uso	9.21	6 427 531 025	6 450 922 732	6 416 342 593
Activos intangíveis	9.22	167 570 044	219 191 565	167 570 044
Activos por impostos correntes	9.23	588 183 374	678 682 320	577 290 244
Activos por impostos diferidos	9.23	2 488 755 570	1 146 221 379	2 487 606 923
Outros activos	9.24	1 032 477 662	1 310 393 499	1 392 806 273
TOTAL DO ACTIVO	231 681 554 448	209 867 929 860	231 641 351 154	209 856 236 521
PASSIVO				
Recursos de Bancos Centrais	9.25	32 904 136	89 143 689	32 904 136
Recursos de instituições de crédito	9.26	1 211 511 028	1 131 611 516	1 211 511 028
Recursos de clientes	9.27	183 451 073 077	159 498 656 217	183 483 079 416
Recursos Consignados	9.28	3 418 706 457	4 249 709 152	3 418 706 457
Passivos por impostos diferidos	9.29	244 809 276	62 433 671	244 809 276
Responsabilidades com planos de benefícios definidos	9.30	360 964 000	153 323 000	360 964 000
Outros passivos	9.31	9 469 136 917	12 356 967 023	9 477 215 090
Provisões	9.32	1 258 329 271	1 409 938 376	1 258 329 271
TOTAL DO PASSIVO	199 447 434 162	178 951 782 644	199 487 518 674	179 018 872 108
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital social	9.33	10 000 000 000	10 000 000 000	10 000 000 000
Reservas e resultados transitados	9.34	16 373 694 988	12 915 318 146	16 392 165 505
Acções próprias	9.33	(278 060 200)	(278 060 200)	(278 060 200)
Resultado do exercício		6 050 464 205	8 202 276 720	6 039 727 175
Acionistas do banco		6 047 330 475	8 190 867 974	-
Interesses não controlados		3 133 730	11 408 746	-
Interesses não controlados		88 021 293	76 612 550	-
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	32 234 120 286	30 916 147 216	32 153 832 480	30 837 364 413
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	231 681 554 448	209 867 929 860	231 641 351 154	209 856 236 521

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores Expressos em Metcais

	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldo a 1 Janeiro 2024	10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 449 556 356	5 349 368 565	98 869 428	8 190 867 974	88 021 296	30 916 147 216
Rendimento integral do exercício									
Lucros	-	-	-	-	-	-	6 047 330 475	3 133 727	6 050 464 202
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	405 585 718	-	-	-	-	-	405 585 718
Ganhos e perdas actuariais	9.34	-	-	-	-	(122 444 200)	-	-	(122 444 200)
			405 585 718	-	-	(122 444 200)	6 047 330 475	3 133 727	6 333 605 720
Dividendos aos accionistas (a)	9.34	-	-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	-	(5 006 400 626)
Compra líquida de acções	9.33	-	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	-	(5 006 400 626)
Aplicação do resultado líquido de 2023									
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	2 551 586 623	480 459 092	-	(3 041 277 739)	-	(9 232 024)
Aumento do capital por incorporação das reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			-	2 551 586 623	480 459 092	-	(3 041 277 739)	-	(9 232 024)
Saldo a 31 Dezembro de 2024	10 000 000 000	(278 060 200)	423 109 515	10 001 142 979	5 973 017 266	(23 574 772)	6 047 330 475	91 155 023	32 234 120 286

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

a) O montante de 143.189.609,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2023 relativos a acções próprias.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores Expressos em Metcais

	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldo a 1 Janeiro 2023	10 000 000 000	(278 060 202)	(42 383 333)	5 026 122 783	5 188 973 539	74 599 548	8 089 966 586	76 612 552	28 135 831 473
Rendimento integral do exercício									
Lucros	-	-	-	-	-	-	8 190 867 974	11 408 744	8 202 276 718
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	59 907 130	-	-	-	-	-	59 907 130
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	9.34	-	-	-	-	24 269 880	-	-	24 269 880
			59 907 130	-	-	24 269 880	8 190 867 974	11 408 744	8 286 453 728
Dividendos aos accionistas (a)	9.12	-	-	-	157 234 099	-	(5 654 678 336)	-	(5 497 444 237)
			-	-	157 234 099	-	(5 654 678 336)	-	(5 497 444 237)
Aplicação do resultado líquido de 2022									
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	2 423 433 573	-	-	(2 423 433 573)	-	-
Outros movimentos	-	2	-	-	3 160 927	-	(11 854 677)	-	-
		2	-	2 423 433 573	3 160 927	-	(2 435 288 250)	-	(8 693 748)
Saldo a 31 Dezembro de 2023	10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 449 556 356	5 349 368 565	98 869 428	8 190 867 974	88 021 296	30 916 147 216

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

a) O montante de 157.234.099,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2022 relativos a acções próprias.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores Expressos em Metcais

	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Total
Saldo a 1 Janeiro 2024	10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 448 413 377	5 369 183 922	98 869 428	8 181 434 089	30 837 364 413
Rendimento integral do exercício								
Lucros	-	-	-	-	-	-	6 039 727 175	6 039 727 175
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	405 585 718	-	-	-	-	405 585 718
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	9.34	-	-	-	-	(122 444 200)	-	(122 444 200)
			405 585 718	-	-	(122 444 200)	6 039 727 175	6 322 868 693
Dividendos aos accionistas	9.34	-	-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	(5 006 400 626)
			-	-	143 189 609	-	(5 149 590 235)	(5 006 400 626)
Aplicação do resultado líquido de 2023								
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	2 551 586 623	480 257 231	-	(3 031 843 854)	-
			-	2 551 586 623	480 257 231	-	(3 031 843 854)	-
Saldo a 31 Dezembro de 2024	10 000 000 000	(278 060 200)	423 109 515	10 000 000 000	5 992 630 762	(23 574 772)	6 039 727 175	32 153 832 480

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

a) O montante de 143.189.609,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2023 relativos a acções próprias.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores Expressos em Metcais

	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de planos de benefícios definidos	Resultados do Exercício	Total
Saldo a 1 Janeiro 2023	10 000 000 000	(278 060 202)	(42 383 333)	5 024 979 804	5 211 949 823	74 599 548	8 078 111 909	28 069 197 549
Rendimento integral do exercício								
Lucros	-	-	-	-	-	-	8 181 434 089	8 181 434 089
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	59 907 130	-	-	-	-	59 907 130
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	9.34	-	-	-	-	24 269 880	-	24 269 880
			59 907 130	-	-	24 269 880	8 181 434 089	8 265 611 099
Dividendos aos accionistas (a)	9.12	-	-	-	157 234 099	-	(5 654 678 336)	(5 497 444 237)
Compra líquida de acções	9.33	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	157 234 099	-	(5 654 678 336)	(5 497 444 237)
Aplicação do resultado líquido de 2022								
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	2 423 433 573	-	-	(2 423 433 573)	-
Aumento do capital por incorporação das reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	2	-	-	-	-	-	2
		2	-	2 423 433 573	-	-	(2 423 433 573)	2
Saldo a 31 Dezembro de 2023	10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 448 413 377	5 369 183 922	98 869 428	8 181 434 089	30 837 364 413

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

taxas e comissões referem-se aos custos de transacções e serviços prestados por terceiros, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados ao longo do tempo de vigência dos serviços ou mediante a recepção dos serviços.

Garantias prestadas: Esta comissão resulta das operações de emissão de garantias, onde o Banco se torna garante de obrigações de terceiros e responde pelo risco de crédito resultante. Esta comissão é reconhecida no resultado pelo princípio do acréscimo e diferimento.

Serviços prestados: Compreende diversos serviços que o Banco presta aos seus clientes, sendo de destacar: depósito, custódia de valores e corretagem. Estas comissões são reconhecidas no resultado, imediatamente com a prestação do serviço.

Banca electrónica: Nesta rubrica o Banco regista as comissões provenientes das operações em ATM's, anuidades de cartões, operações em POS's e compras de recargas. Estas comissões são reconhecidas no resultado imediatamente com a prestação do serviço, excepto as anuidades de cartões que são especializadas por 12 meses.

Banca de investimentos: Comissões cobradas no âmbito de assessoria financeira prestada aos clientes no âmbito de montagem e estruturação de operações financeiras. Estas comissões são reconhecidas em resultado mediante prestação do serviço.

7.3 Resultado básico e diluído por acção (IAS 33)

Os resultados básicos por acção são calculados dividindo o resultado atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Os resultados diluídos por acção são calculados ajustando o resultado atribuível a accionistas e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, assumindo a conversão de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras (número médio ponderado de outras acções) à data de relato.

7.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da emissão ou aquisição e reduzido risco de variação de justo valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

7.5 Activos financeiros (IFRS 9)

A classificação dos activos financeiros pode ser efectuada em três categorias, usando diferentes critérios de mensuração (justo valor através de resultados, justo valor através do outro rendimento integral e custo amortizado). A classificação dos activos depende do modelo de negócio no âmbito do qual os activos financeiros são geridos e das características dos fluxos de caixa contratuais. As compras e vendas regulares de activos financeiros são reconhecidas na data da transacção, a qual corresponde à data na qual o Grupo se compromete a comprar ou a vender os activos.

O Banco classifica os activos financeiros da seguinte forma:

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado ("CA") se os seguintes critérios forem cumpridos:

- O activo é mantido com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa contratuais dos activos representam apenas pagamentos exclusivos de capital e juros ("SPPI").

Os activos financeiros incluídos nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e posteriormente mensurados ao custo amortizado. Os rendimentos de juros destes activos são reconhecidos através do método da taxa de juro efectiva. Quaisquer ganhos ou perdas geradas pelo seu desreconhecimento são reconhecidos diretamente em resultados do exercício.

Um activo financeiro é mensurado pelo justo valor através do outro rendimento integral ("JVORI/FVOCI") se os seguintes critérios forem cumpridos:

- O activo é mantido com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais ou para uma futura venda; e
- Os fluxos de caixa contratuais dos activos representam apenas pagamentos exclusivos de capital e juros ("SPPI").

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, e em que não se verifique uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de actividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de JVORI. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento, e está apenas disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de instrumento de capital previsto na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Os activos financeiros incluídos na categoria JVORI são inicialmente reconhecidos e posteriormente mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas no rendimento integral ("RI"), excepto no reconhecimento dos ganhos ou perdas por imparidade, rendimento de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado líquido.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e subsequentemente mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes activos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são reclassificados para resultados.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, por contrapartida de outro rendimento integral, e não reduzem a quantia escriturada do activo financeiro no balanço.

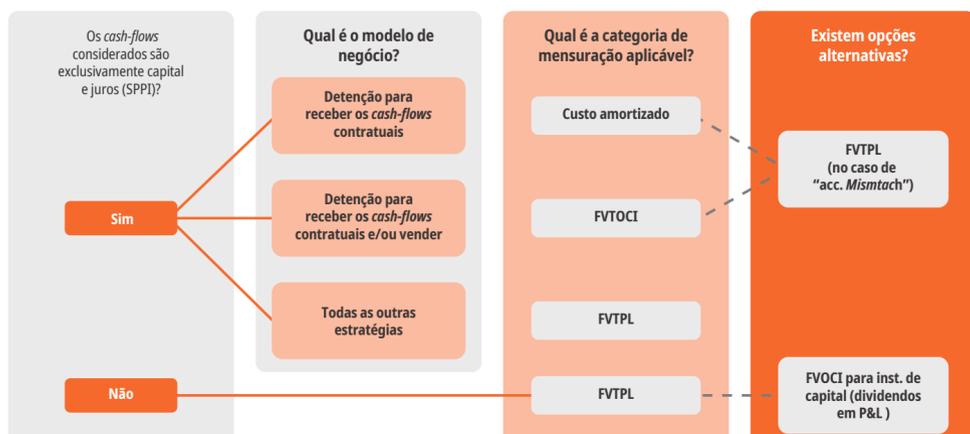
Os juros, prémios ou descontos dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e subsequentemente mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes activos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral e os respectivos ganhos ou perdas relativos a variações de justo valor são transferidos para "resultados transitados" no momento do seu desreconhecimento.

A categoria de Justo Valor Através de Resultados ("JVAR/FVTPL") é a categoria residual. Os activos financeiros devem ser classificados como JVAR se não cumprirem os critérios do JVORI ou do CA. Os activos financeiros incluídos na categoria JVAR devem ser mensurados ao justo valor com todas as alterações reconhecidas no resultado líquido. Os custos de transacção associados a estes activos financeiros são reconhecidos em resultados quando incorridos.

A imagem seguinte representa o processo de classificação, aplicado pelo Banco:



Desreconhecimento e modificação dos activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows*

ou o activo financeiro é transferido e a transferência se qualifica para desreconhecimento. O Banco transfere um activo financeiro se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao

recebimento dos *cash flows* desse activo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, mas assume uma obrigação contratual de entregar esses *cash flows* a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, o banco trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- o Banco não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário excepto aqueles que sejam recebidos do activo original;
- o Banco encontra-se impedido pelos termos do acordo de transferência de vender o activo original; e
- o Banco tenha a obrigação de pagar os *cash flows* recebidos sem atrasos materiais e não seja permitido reinvestir esses *cash flows* até ao seu pagamento.

Modelo de negócio e teste SPPI

O Banco procede à revisão do seu Modelo de Negócio anualmente, o qual preconiza a classificação abaixo:

- Custo amortizado (Detenção para receber os fluxos de caixa contratuais):
 - Aplicação feita com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais;
 - Os fluxos de caixa representam pagamentos de capital e juros;
 - São mensurados pelo valor de registo até ao vencimento.
- Justo valor através de outro rendimento integral (Detenção para receber os fluxos de caixa contratuais e/ou vender):
 - Aplicação feita com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais ou de futura venda;
 - Os fluxos de caixa representam pagamentos de capital e juros;
 - São mensurados, diariamente, pelo preço do justo valor (calculado pela Direcção de Risco da CGD).

A classificação dos títulos é efectuada no momento do seu registo.

De acordo com a IFRS 9, a classificação e mensuração dos activos financeiros depende das características dos *cash flows* contratuais. Desta forma, o Banco determina, para cada activo financeiro, se os *cash flows* contratuais previstos correspondem exclusivamente ao pagamento de capital e juros, conforme definido pela IFRS 9, sobre o capital em dívida, através da realização de teste SPPI. O teste SPPI baseia-se na análise do desempenho (*performance*) e das cláusulas contratuais (*covenants*) do activo financeiro. Para tal, o Banco avalia se as condições contratuais relativas a capital e juros são consistentes com as condições normalmente associadas a um contrato de crédito básico, em que os aspectos mais relevantes são geralmente a componente do rendimento do instrumento financeiro relativo ao valor temporal do dinheiro e o risco de crédito, podendo incluir considerações relativas a risco de liquidez, custos associados ao financiamento da operação e a margem de lucro associada. Desta forma, o Banco verifica se o desempenho dos activos financeiros inclui algum elemento que introduza exposição a riscos ou volatilidades não consistentes com um contrato de crédito básico, incluindo a existência de desfazamentos entre as componentes do rendimento do instrumento (por exemplo, periodicidade do indexante distinta da periodicidade de revisão da taxa de juro paga). Também avalia se os *cash flows* contratuais que poderão ser gerados ao longo da vida do instrumento são exclusivamente pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, caso o activo financeiro inclua alguma condição contratual que possa alterar o prazo ou o montante dos *cash flows* contratuais.

Níveis do justo valor dos activos financeiros

O Banco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos *inputs* utilizados na mensuração:

- **Nível 1:** Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- **Nível 2:** Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com utilização de preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;
- **Nível 3:** Técnicas de valorização utilizando insumos significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

Imparidade de activos financeiros

O Banco procede ao cálculo de imparidade para activos financeiros ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor

através de outro rendimento integral (instrumentos de dívida) em conformidade com a IFRS 9 que estabelece um modelo de cálculo com base em perdas esperadas. A metodologia aplicada pelo Banco encontra-se divulgada na Nota 9.37.

7.6 Locações (IFRS 16)

A IFRS 16 determina que um contrato é ou contém locação se este garante o direito de uso e controle de um activo identificável por um período de tempo em troca de pagamentos de uma retribuição e esse pressuposto afecta apenas o locatário.

Classificação e mensuração

a) Classificação

A norma prevê uma opção de não se classificar como locação os contratos de baixo valor ou com prazo até 1 ano. O Banco optou por classificar como locação apenas os contratos com prazo superior a 1 ano e excluiu da classificação os contratos de arrendamento de espaços para ATM's pelo facto de serem de valor baixo. O prazo utilizado em todas as análises equivale ao número de rendas que deverão ser pagas desde a entrada em vigor até ao final de cada contrato, tendo em consideração a probabilidade de renovação do mesmo dentro do horizonte temporal equivalente a dois Planos Estratégicos do Banco (6 anos).

b) Mensuração

O activo de locação deve ser mensurado inicialmente pelo custo, que inclui: a mensuração inicial do passivo de locação, acrescida de pagamento ou deduzida de incentivos realizados na data de entrada em vigor, ou antes dela, e acrescida de custos directos iniciais e custos estimados para desmontar, remover ou reabilitar o activo no final. Subsequentemente o activo deve ser mensurado pelo custo menos quaisquer depreciações acumuladas e imparidades acumuladas ou deve-se aplicar a IAS 36 Imparidade de Activos para determinar se o activo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada. Os activos de locação do Banco são registados pelo custo.

O passivo de locação deve ser mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação fixos. Estes pagamentos devem ser actualizados à taxa implícita no contrato se for aplicável, ou alternativamente usando a taxa de desconto, que é a taxa que o locatário teria de pagar se solicitasse um empréstimo para adquirir o activo no mesmo mercado, com as mesmas condições (prazo, qualidade do activo, garantias). Subsequentemente o passivo deve ser mensurado pelo aumento do valor de juros e reduzido pelo valor dos pagamentos com o reconhecimento em resultados do exercício da componente de juros.

7.7 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada como altamente provável. Estes activos podem corresponder a activos isolados ou integrados num grupo de activos e passivos a alienar (grupo a alienar) ou sendo parte de uma unidade de negócio que se pretende alienar (operações descontinuadas). Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o activo. Enquadram-se como excepções o seguinte:

a) À data em que se compromete a planear a venda de um activo não corrente (ou grupo para alienação), uma entidade espera razoavelmente que outras entidades (não compradores) imponham condições à transferência do activo (ou grupo para alienação) que prolonguem o período exigido para que a venda seja concluída; e i. As acções necessárias para responder a essas condições não podem ser iniciadas antes de ser obtido um compromisso firme de compra; e ii. Um compromisso firme de compra é altamente provável dentro de um ano.

b) Uma entidade obtém um compromisso firme de compra e, como resultado, o comprador ou outras entidades impõem inesperadamente condições à transferência do activo não corrente (ou grupo para alienação), anteriormente classificado como detido para venda, que irão prolongar o período exigido para que a venda seja concluída; e i. Foram tomadas as acções tempestivas necessárias para responder às condições; e ii. Se espere uma resolução favorável dos factos que condicionam o atraso.

c) Durante o período inicial de um ano, ocorrem circunstâncias que foram anteriormente consideradas improváveis e, como resultado, um activo não corrente

(ou grupo para alienação) anteriormente classificado como detido para venda não é vendido até ao final desse período; e i. Durante o período inicial de um ano, a entidade envidou as acções necessárias para responder à alteração nas circunstâncias; ii. O activo não corrente (ou grupo para alienação) está a ser amplamente publicitado a um preço que é razoável, dada a alteração nas circunstâncias.

Caso algumas destas excepções seja aplicável, poderá o activo permanecer classificado nesta rubrica por um período superior a um ano.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados ou depreciados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica adequada.

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos através da recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação e o valor em dívida é regularizado quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida do valor do crédito.

São também registados nesta rubrica os activos tangíveis do Banco retirados de uso (imóveis e equipamento descontinuados) e que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos de activos tangíveis pelo valor contabilístico (custo de aquisição líquido de depreciações e imparidades acumuladas) na data em que passam a estar detidos para venda e reavaliados posteriormente de forma equivalente aos activos recebidos por recuperação de crédito.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do grupo, os activos não correntes, e/ou grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para serem classificados como detidos para venda, estes activos e/ou grupos para alienação são reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos activos e são mensurados pelo menor entre:

- o valor contabilístico que tinham antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação, caso esses activos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e
- os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

As variações das perdas por imparidade de um activo não corrente detido para venda são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos (Nota 9.10)". Não são reconhecidas mais-valias potenciais nestes activos.

Na data da venda, as mais ou menos valias realizadas nestes activos são registadas em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração (Nota 9.7)".

7.8 Imparidade de activos não financeiros (IAS 36)

Os activos não financeiros, tais como os activos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicam que o valor contabilístico dos activos possa não ser recuperável.

O Banco avalia, à data de cada relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Banco estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda podem basear-se:

- no preço de venda acordado contratualmente numa transacção entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda;
- o preço de mercado se o activo for negociado num mercado activo; ou
- o justo valor calculado com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do activo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, que a entidade espera obter do activo, de acordo com a estratégia e orçamentos da gestão.

Na data de cada balanço, o Banco reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou ter reduzido. Caso exista tal indicação, o Banco estima a quantia recuperável do activo e reverte perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda. Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respectivos activos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

7.9 Propriedades de investimento (IAS 40)

O Banco considera como propriedades de investimento as propriedades (terrenos e edifícios) que são detidas para obter rendas, e/ou para valorização do capital, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo e os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial. Após o reconhecimento inicial, o Banco valoriza as propriedades de investimento de acordo com o modelo do custo seguindo a mesma política contabilística dos activos tangíveis. Os rendimentos provenientes das propriedades de investimentos são reconhecidos na rubrica de "Outros resultados de exploração (Nota 9.7)". A vida útil estimada para as propriedades de investimento é de 10 a 50 anos.

7.10 Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Os custos de manutenção e reparação e outros custos associados ao seu uso são reconhecidos nos resultados do período em que foram incorridos.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, que corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Tipo de activo tangível	Anos de vida útil
Imóveis	50
Obras em edifícios arrendados	10 a 50
Equipamento	4 a 14

O Banco efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Os custos em edifícios alheios são depreciados em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de venda, e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no final da vida útil definida. O Banco reverte as perdas por imparidade nos resultados do período até à produção do valor de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, como se o activo não tivesse sido objecto de imparidade, caso se verifique um aumento subsequente no valor recuperável do activo.

Um *item* do activo tangível deixa de ser reconhecido quando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido nos resultados do período.

7.11 Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regista como activos intangíveis os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso próprio de aplicações informáticas ("software"). Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na IAS 38, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis.

Quando adquiridos individualmente os activos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, podendo os mesmos serem com vida útil definida ou perpétua.

- Para os activos intangíveis com vida útil definida, são deduzidas as amortizações acumuladas do valor de aquisição. As amortizações são registadas numa base sistemática, ao longo da vida útil estimada destes activos normalmente. O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período e as alterações na vida útil esperada são registadas como alterações de estimativa.
- Para os activos intangíveis com vida útil perpetua, são deduzidas as imparidades acumuladas do seu valor de aquisição. As imparidades são registadas, ao abrigo da Norma Internacional de Contabilidade IAS 38 - Activos Intangíveis, um teste anual de imparidade deve ser efectuado sobre estas licenças o que implica comparar a sua quantia recuperável à sua quantia escriturada.

7.12 Passivos financeiros (IAS 32 e IFRS 9)

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos respectivos objectivos e características.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Um passivo financeiro deixa de ser reconhecido quando a respectiva obrigação é satisfeita, cancelada ou expira. Quando o passivo é substituído por outro do mesmo mutuário em condições substancialmente distintas, ou quando as condições de um passivo existente são substancialmente modificadas, tal modificação ou troca é tratada como o reconhecimento de um novo passivo, e consequentemente o desreconhecimento do passivo original, sendo a diferença entre os respectivos montantes reconhecidos nos resultados do período.

Os passivos financeiros apenas são compensados, e o seu valor líquido apresentado no balanço, quando o Banco tem o direito de proceder à sua compensação e pretende liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

7.13 Impostos sobre os lucros (IAS 12)

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto em situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretação e cria provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera pagar às autoridades fiscais. A Autoridade Tributária pode efectuar correcções em sede de imposto sobre o rendimento até 5 anos para trás.

Os impostos retidos na fonte resultantes da taxa liberatória de 20% são reconhecidos como gasto de imposto na Demonstração dos Resultados.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros que resulta de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (a) o reconhecimento

inicial do goodwill; ou (b) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que:

- não resultam de uma concentração de actividades empresariais;
- à data da transacção não afectam o resultado contabilístico ou fiscal; e
- à data da transacção não dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que:

- a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e
- é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

7.14 Benefícios dos empregados (IAS 19)

A responsabilidade com planos de benefícios definidos de reforma relativa aos colaboradores do antigo Banco de Fomento foi incorporada no passivo do Banco ao abrigo da escritura de fusão datada de 4 de Dezembro de 2003.

O extinto Banco de Fomento subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) de 30 de dezembro de 1997, que vigora para o sector bancário, com base no qual os seus colaboradores contratados localmente e as respectivas famílias têm direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

Estas prestações são calculadas em função do tempo de serviço dos colaboradores e da respectiva retribuição à data da reforma e actualizadas com base nas tabelas salariais anexas ao ACT que são revistas anualmente.

No entanto, uma vez que os trabalhadores estão inscritos no Instituto Nacional da Segurança Social, as responsabilidades do Banco consistem no pagamento de complementos das respectivas reformas. À data de 31 de Dezembro de 2024 estes complementos abarcavam 68 colaboradores do antigo Banco de Fomento, conforme a nota 9.30.

O valor das responsabilidades por serviços passados é determinado anualmente, por actuários especializados, utilizando o método da Unidade de Crédito Projectada ("Projected Unit Credit") e pressupostos actuariais considerados adequados. O Banco reconhece na rubrica de Gastos com Pessoal (Nota 9.8) os impactos com os serviços correntes e os custos com juros, calculados pelo actuário em cada exercício.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais são reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de "Reservas de remensuração de planos de benefícios definidos". O Banco não possui um fundo constituído para cobertura das responsabilidades do plano de benefícios definidos. Sendo assim, a responsabilidade é reconhecida directamente no passivo e assumida integralmente com os activos do Banco. Na data da transição, o Banco adoptou a excepção prevista na IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

7.15 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas numa óptica de valor presente, sendo que o efeito de actualização do seu valor temporal é reconhecida como gasto com provisões.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da actividade do Grupo BCI.

7.16 Garantias (IFRS 9)

No decorrer da sua actividade, o Banco concede garantias, cartas de crédito e avais. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e são analisadas periodicamente para determinação do risco de crédito a que o Banco se encontra exposto e reconhecimento de imparidade. Estas garantias são divulgadas como passivos contingentes.

Estas operações são analisadas periodicamente para determinação do risco de crédito a que o Banco se encontra exposto e reconhecimento de imparidade, sendo, para o efeito, sujeitas à metodologia aplicada para a carteira de crédito, com a particularidade de serem utilizados Factores de Conversão em Crédito (CCFs) para o cálculo da exposição em risco.

Para os limites (Linhas não utilizados) são aplicados CCFs resultantes do processo de calibração dos factores de risco

do Modelo de Imparidades e para as restantes operações são utilizados CCFs regulamentares definidos no âmbito do Aviso nº 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

7.17 Acções próprias (IAS 32)

As acções próprias do Banco são deduzidas nos capitais próprios e não são reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer ganhos ou perdas realizadas aquando da venda. As retribuições recebidas são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica de reservas de acções próprias.

7.18 Dividendos de acções ordinárias (IAS 10)

Os dividendos de acções ordinárias são reconhecidos como um passivo e deduzidos aos capitais próprios quando são declarados e já não se encontram à discrição do Banco.

7.19 Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Os Administradores reviram os orçamentos do Banco e as previsões de fluxos de caixa para os próximos três anos e consideraram que o Banco tem a capacidade de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade nas condições económicas actuais e previstas. Estes orçamentos e previsões de fluxos de caixa incluem projecções de impacto no capital, financiamento e necessidades de liquidez do Banco, que se mantiveram todos dentro dos objectivos internos e acima dos requisitos regulamentares.

Com base nesta revisão, e considerando a actual posição financeira e o histórico das transacções rentáveis, os Administradores estão convictos de que o Banco dispõe de recursos adequados para continuar em actividade num futuro previsível e, portanto, o pressuposto da continuidade mantém-se, é aplicável e foi adoptado na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

8. Principais estimativas e interpretações associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e são uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo Banco são analisadas como se segue:

Imparidade de crédito a clientes (nota 9.37)

As perdas por imparidade de crédito a clientes são determinadas de acordo com a metodologia definida na nota 9.37 a. Risco de crédito. Deste modo, a determinação da imparidade de activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão. A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos e forward looking, determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os princípios definidos pela IFRS 9.

Na determinação das perdas por imparidade, o banco efectua os seguintes julgamentos:

✓ Significant Increase in credit risk (SICR)

O Banco avalia a ocorrência de alguma degradação significativa no risco de crédito das exposições, desde a data inicial do seu reconhecimento no balanço. Para o efeito, está em curso a implementação da metodologia do SICR que, baseada nos Modelos de *Rating* e *Scoring*, avaliará a cada data de reporte o nível de degradação da PD (probabilidade de default) desde a data inicial do seu reconhecimento no balanço. O registo de degradação (agravamento) significativa da PD implica a passagem da referida exposição do *Stage* 1 para 2, resultando no aumento do reconhecimento das perdas esperadas.

✓ Forward Looking

No processo de estimação dos factores de risco (PDs, LGDs, BMs e CCFs) o Banco aplica ajustamentos em função da projecção das variáveis macroeconómicas, caso nas análises de regressões se registem impactos materiais face às estimativas anteriores. Esta análise é baseada na definição de 3 cenários macroeconómicos (Base, Favorável e Adverso) e com ponderações distintas.

✓ Definição de *Default*

A cada reporte, o Banco avalia a existência de eventos adicionais que podem implicar a passagem de um cliente e/ou exposição de *Performing* para *Non Performing*, resultando no agravamento das perdas esperadas, pelo agravamento das respectivas PDs (100%) e eventual agravamento da LGD.

Justo valor de instrumentos financeiros (nota 9.39)

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na nota 9.39. Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Benefícios dos empregados (Nota 9.30)

As responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados, caso existam, são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos à mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários quanto ao comportamento futuro das variáveis. Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

Impostos sobre os lucros (Nota 9.11)

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual pode ser revisto em função do posicionamento e interpretação das Autoridades Fiscais.

Imparidade de activos não financeiros

Os imóveis em uso registados na rubrica de Propriedades e equipamentos, e os imóveis registados em Activos Não Correntes Detidos para Venda estão sujeitos a perdas por imparidade conforme referido na nota 7.8.

Para os imóveis em uso, a cada data de relato, o Conselho de Administração verifica se existem indicadores de imparidade tendo por base a rentabilidade das agências. Nos casos em que as agências não são rentáveis é calculado o justo valor dos activos tendo por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão, as condições de mercado em que actuam e determinados pressupostos ou julgamentos.

Para os Activos Não Correntes Detidos para Venda é efectuado o cálculo do justo valor dos activos tendo por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão,

Juros e rendimentos similares

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Juros de disponibilidades	-	852 218	-	852 145
Juros de aplicações em instituições de crédito	1 765 521 837	2 769 237 113	1 765 521 837	2 769 237 113
Juros de crédito a clientes	14 411 304 891	13 430 253 331	14 426 699 516	13 454 590 832
Juros de activos financeiros	8 565 611 528	7 881 169 306	8 565 611 528	7 881 169 306
	24 742 438 256	24 081 511 968	24 757 832 881	24 105 849 396

Juros e encargos similares

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Juros de recursos de Bancos Centrais	5 521 505	245 052 050	5 521 505	245 052 050
Juros de recursos de outras instituições de crédito	95 676 499	102 014 643	89 856 712	102 014 649
Juros de depósitos de clientes	7 806 270 020	7 569 747 189	7 806 270 020	7 569 747 189
Juros de recursos consignados	363 123 792	459 061 069	363 123 792	459 061 069
Outros juros e encargos similares	25 729 209	40 040 216	29 112 210	46 955 191
	8 296 321 025	8 415 915 167	8 293 884 239	8 422 830 148
	16 446 117 231	15 665 596 801	16 463 948 642	15 683 019 248

A rubrica de juros de activos financeiros encontrava-se decomposta da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Juros de activos financeiros				
Activos financeiros ao custo amortizado	7 396 703 582	6 882 253 046	7 396 703 582	6 882 253 046
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	1 168 907 946	998 916 260	1 168 907 946	998 916 260
	8 565 611 528	7 881 169 306	8 565 611 528	7 881 169 306

9.2 Comissões líquidas associadas ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado				
De crédito a clientes	96 983 726	104 984 732	96 983 726	104 984 732
	96 983 726	104 984 732	96 983 726	104 984 732
Comissões pagas associadas ao custo amortizado				
De outras operações	87 975 730	59 615 937	87 975 730	59 615 937
	87 975 730	59 615 937	87 975 730	59 615 937
	9 007 996	45 368 795	9 007 996	45 368 795

9.3 Ganhos/ (perdas) de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Ganhos	40 119 711	21 066 399	40 119 711	21 066 399
Perdas	(1 823 241)	(11 520 225)	(1 823 241)	(11 520 225)
	38 296 470	9 546 174	38 296 470	9 546 174

O montante de 1.684.685,00 MT (2023: 2.963.353,00 MT) na rubrica de rendimentos de instrumentos de capital é referente aos dividendos recebidos da Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE), por contas das acções detidas pelo Banco.

9.5 Rendimento líquido de taxas e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Rendimentos de taxas e comissões				
Por garantias prestadas	337 500 850	346 076 342	337 500 850	346 076 342
Por serviços prestados	375 346 473	542 963 548	375 346 473	542 963 548
Por operações realizadas por conta de terceiros	107 101 060	91 858 497	107 101 060	91 858 497
Banca Electrónica	1 203 173 252	1 566 456 059	1 203 173 252	1 566 456 059
Outros rendimentos de comissões	566 514 745	716 644 487	566 514 745	716 644 487
	2 589 636 380	3 263 998 933	2 589 636 380	3 263 998 933
Gastos com taxas e comissões				
Por serviços prestados por terceiros	4 413 981	6 015 762	3 872 022	6 003 226
Banca Electrónica	802 468 508	1 207 870 040	802 468 508	1 207 870 040
Comissões de correspondentes	91 537 514	61 758 403	91 537 514	61 758 403
Outros gastos com comissões	205 601 852	212 612 268	205 601 852	212 612 268
	1 104 021 855	1 488 256 473	1 103 479 896	1 488 243 937
	1 485 614 525	1 775 742 460	1 486 156 484	1 775 754 996

as condições de mercado em que actuam e determinados pressupostos ou julgamentos.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam ter como resultado um nível diferente de imparidade destes activos.

Provisões e passivos contingentes

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respectiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos fluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontra disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

9. Outras notas às contas consolidadas e individuais

9.1 Margem financeira estrita

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Juros e rendimentos similares	-	852 218	-	852 145
Juros de disponibilidades	1 765 521 837	2 769 237 113	1 765 521 837	2 769 237 113
Juros de aplicações em instituições de crédito	14 411 304 891	13 430 253 331	14 426 699 516	13 454 590 832
Juros de crédito a clientes	8 565 611 528	7 881 169 306	8 565 611 528	7 881 169 306
Juros de activos financeiros	24 742 438 256	24 081 511 968	24 757 832 881	24 105 849 396
Juros e encargos similares	5 521 505	245 052 050	5 521 505	245 052 050
Juros de recursos de Bancos Centrais	95 676 499	102 014 643	89 856 712	102 014 649
Juros de recursos de outras instituições de crédito	7 806 270 020	7 569 747 189	7 806 270 020	7 569 747 189
Juros de depósitos de clientes	363 123 792	459 061 069	363 123 792	459 061 069
Juros de recursos consignados	25 729 209	40 040 216	29 112 210	46 955 191
Outros juros e encargos similares	8 296 321 025	8 415 915 167	8 293 884 239	8 422 830 148
	16 446 117 231	15 665 596 801	16 463 948 642	15 683 019 248

É de todos. É aqui.



9.6 Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Ganhos em operações financeiras				
Operações cambiais	127 406 303 081	143 501 786 072	127 406 303 081	143 501 786 072
Outras Operações	152 814 453	98 553 006	152 814 453	98 553 006
	127 559 117 534	143 600 339 078	127 559 117 534	143 600 339 078
Perdas em operações financeiras				
Operações cambiais	124 895 063 392	141 004 291 085	124 895 063 392	141 004 291 085
Outras Operações	2 958 334	958 757	2 958 334	958 757
	124 898 021 726	141 005 249 842	124 898 021 726	141 005 249 518
Resultados Líquidos em operações financeiras	2 661 095 808	2 595 089 236	2 661 095 808	2 595 089 560

9.7 Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Outros rendimentos de exploração				
Custos com expediente	209 703 503	277 861 443	209 703 503	277 861 443
Emissão de extractos,cheques	10 806 002	13 807 892	10 806 002	13 807 892
Livro de cheque/caderneta poupança	151 068 469	178 280 011	151 068 469	178 280 011
Prestação de serviços diversos	124 307	-	124 307	-
Reembolso de custos	114 238 240	141 332 596	114 238 240	141 332 596
Outros rendimentos operacionais	859 718 872	847 838 019	839 474 578	807 514 858
	1 345 659 393	1 459 119 961	1 325 415 099	1 418 796 800
Outros gastos de exploração				
Quotizações e donativos	21 276 212	7 158 219	21 276 212	7 158 219
Impostos e taxas	11 901 121	14 020 780	8 401 249	11 048 780
Perdas em outros activos tangíveis	17 706 308	81 659 803	17 706 308	81 659 803
Encerramento de contas	218 704 032	227 960 694	218 704 032	227 960 694
Outros gastos operacionais	255 385 163	266 106 365	254 817 197	261 935 870
	524 972 836	596 905 861	520 904 998	589 763 366
Outros resultados de exploração	820 686 557	862 214 100	804 510 101	829 033 434

Outros rendimentos operacionais - o montante de 839.474.578,00 MT (2023: 807.514.858,00 MT) na linha de 'Outros rendimentos operacionais', inclui os proveitos gerados pelas propriedades de investimento no valor de 43.909.563,00 MT (2023: 44.423.102,00 MT) e as recuperações de juros incobráveis

e juros de mora na ordem de 326.832.609,00 MT (2023: 373.365.455,00 MT).

9.8 Gastos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Remuneração dos Órgãos de gestão e fiscalização	279 899 070	280 375 536	279 899 070	280 375 536
Remuneração dos empregados	4 647 084 832	4 264 814 632	4 643 579 574	4 261 761 824
Encargos Sociais Obrigatórios	198 252 706	181 704 729	198 088 744	181 550 879
Encargos Sociais facultativos	327 936 135	292 530 014	327 936 135	292 530 014
Responsabilidades com planos de benefícios definidos	29 743 000	29 519 311	29 743 000	29 519 311
Outros gastos com pessoal	97 502 076	95 701 868	96 625 319	94 908 413
	5 580 417 819	5 144 646 090	5 575 871 842	5 140 645 977

Nos períodos em análise, a rubrica de remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco:

- 189.807.178,00 MT (2023: 180.076.699,00 MT) relativos a remunerações mensais; e
- 90.091.892,00 MT (2023: 100.298.838,00 MT) relativos a outras remunerações.

O valor da contribuição do Banco para a segurança social ascende a 186.917.876,00 MT (2023: 170.323.056,00 MT).

As responsabilidades com planos de benefícios definidos representam um encargo do Banco e consubstanciam o reforço das responsabilidades por serviços passados.

O montante de Responsabilidades com pensões é composto por (i) custos com serviço corrente de 3.504.000,00 MT (2023: 2.060.000,00 MT) e (ii) custos com juros de 26.239.000,00 MT (2023: 27.459.000,00 MT).

Efectivos

Nos exercícios 2024 e 2023, o número de efectivos, em média e no final do período, eram os seguintes:

	Dez-24		Dez-23	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Quadros superiores	137	132	128	131
Outros quadros	1 519	1 490	1 412	1 464
Administrativos	1 074	1 070	1 143	1 107
Outros colaboradores	44	48	35	32
	2 774	2 740	2 718	2 734

9.9 Outros gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Fornecimentos de terceiros				
Água, energia e combustíveis	216 112 124	211 652 872	215 927 301	211 613 465
Material de consumo corrente	140 351 699	196 790 844	140 351 699	196 790 844
Outros fornecimentos de terceiros	47 173 871	22 538 687	47 173 871	22 538 687
	403 637 694	430 982 403	403 452 871	430 942 996
Serviços de terceiros				
Informática	528 786 338	379 707 002	528 749 797	379 650 411
Deslocações, estadias e representações	103 290 829	90 200 263	103 290 829	90 200 263
Publicidade e edição de publicações	131 704 622	58 785 195	131 704 622	58 785 195
Conservação e reparação	329 475 882	353 574 226	328 767 621	353 574 226
Serviços de consultoria	610 724 692	336 319 920	609 822 112	334 887 062
Serviços de limpeza	65 123 126	60 771 959	65 105 193	60 771 959
Rendas e alugueres	80 622 030	72 133 117	80 437 030	71 957 082
Comunicações e custos com expediente	612 245 533	686 398 657	612 245 533	686 398 657
Segurança e Vigilância	165 992 833	147 708 999	165 992 833	147 708 999
Transferência de fundos	110 540 034	106 650 054	110 540 034	106 650 054
Formação	76 986 585	26 582 389	76 986 585	26 582 389
Seguros	58 186 557	57 977 190	58 186 557	57 977 190
Recrutamento	5 131 286	536 342	5 131 286	536 342
Banco de dados	43 057 027	40 427 816	43 057 027	40 427 816
Outros Serviços de Terceiros	170 131 687	179 001 769	169 395 976	178 744 287
	3 091 999 061	2 596 774 898	3 089 413 035	2 594 851 932
	3 495 636 755	3 027 757 301	3 492 865 906	3 025 794 928

Os auditores externos não prestaram ao Banco nenhum serviço susceptível de gerar situações que configurem conflitos de interesse ou prejuízo para a qualidade do trabalho de auditoria, nomeadamente, em áreas relacionadas com tecnologia de informação financeira, auditoria interna, avaliações, defesa em justiça e recrutamento, entre outros.

O montante de 80.437.030,00 MT (2023: 71.957.082,00 MT), registado na rubrica de "Rendas e alugueres" inclui os valores de

locações de curto prazo e locações de baixo valor, que ascende a 30.971.121,00 MT (2023: 34.880.359,00 MT).

Tipo de locação	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Locações de baixo valor	8.893.235	9.299.770	8 893 235	9 299 770
Locações de curto prazo	22.077.886	25.580.589	22 077 886	25 580 589
	30.971.121	34.880.359	30 971 121	34 880 359

9.10 Imparidade de activos

O movimento da imparidade do Grupo durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2023	Constituições/Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2024	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	6 527 676 975	12 681 732 978	(11 575 963 494)	(1 040 529 282)	196 600 415	6 789 517 592	(336 456 537)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	457 637	185 594	(572 931)	-	4 147	74 447	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	269 871 509	2 530 776 345	(40 901 343)	-	(3 379 604)	2 756 366 907	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	21 981 075	423 121 092	-	-	-	445 102 167	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)	152 150 095	103 108 140	(78 549 592)	-	-	176 708 643	-
Imóveis em uso							
Imparidade de activos não corrente detidos para venda (Nota 9.19)	1 370 660 698	163 315 714	(774 310)	(523 986)	-	1 532 678 116	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	-	-	-	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	17 365 912	8 346 806	-	-	-	25 712 718	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	1 259 751 456	518 583 889	(178 578 871)	(37 758 859)	-	1 561 997 615	-
	9 663 079 183	16 429 170 558	(11 875 340 541)	(1 078 812 127)	193 224 958	13 331 322 031	(336 456 537)

	Saldo em 31.12.2022	Constituições/Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2023	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	7 568 598 044	6 043 734 286	(4 275 967 987)	(3 095 860 059)	287 172 691	6 527 676 975	(1 635 018 874)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	563 895	618 846	(755 938)	-	30 834	457 637	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	231 892 573	47 702 725	(11 834 118)	-	2 110 329	269 871 509	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral		-	21 981 075	-	-	21 981 075	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)	97 493 245	55 138 586	(481 736)	-	-	152 150 095	-
Imóveis em uso							
Imparidade de activos não corrente detidos para venda (Nota 9.19)	1 226 703 799	253 818 167	(28 538 252)	(81 323 016)	-	1 370 660 698	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	-	-	-	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	17 172 070	193 842	-	-	-	17 365 912	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	741 740 617	850 441 861	(41 782 339)	(290 648 683)	-	1 259 751 456	-
	9 927 328 069	7 273 629 388	(4 359 360 370)	(3 467 831 758)	289 313 854	9 663 079 183	(1 635 018 874)

O movimento da imparidade do Banco durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2023	Constituições/Reforços	Reversões	Utilizações	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2024	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.17)	6 527 676 975	12 681 732 978	(11 575 963 494)	(1 040 529 282)	196 600 415	6 789 517 592	(336 456 537)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.15)	457 637	185 594	(572 931)	-	4 147	74 447	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.16)							
Activos financeiros ao custo amortizado	269 871 509	2 530 776 345	(40 901 343)	-	(3 379 604)	2 756 366 907	-
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	21 981 075	423 121 092	-	-	-	445 102 167	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.21)	152 150 095	103 108 140	(78 549 592)	-	-	176 708 643	-
Imóveis em uso							
Imparidade de activos não corrente detidos para venda (Nota 9.19)	1 370 660 698	163 315 714	(774 310)	(523 986)	-	1 532 678 116	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.20)	43 163 826	-	-	-	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.22)	17 365 912	8 346 806	-	-	-	25 712 718	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.24)	1 255 145 166	518 583 889	(178 578 871)	(37 758 859)	-	1 557 391 325	-
	9 658 472 893	16 429 170 558	(11 875 340 541)	(1 078 812 127)	193 224 958	13 326 715 741	(336 456 537)

	Saldo em 31.12.2022	Constituições/Reforços
--	---------------------	------------------------

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Impostos:				
Imposto corrente				
Estimativa do imposto	620 355 422	658 184 620	618 619 758	651 680 917
Imposto retido (Taxa liberatória 20%)	1 900 532 770	2 010 711 634	1 900 532 770	2 010 711 634
Imposto relativo a exercícios anteriores	-	293 076 524	-	293 046 524
	2 520 888 192	2 961 972 778	2 519 152 528	2 955 439 075
	(1 294 223 381)	(1 100 191 031)	(1 294 127 381)	(1 100 090 454)
Imposto diferido (9.24/ 9.30)	1 226 664 811	1 861 781 747	1 225 025 147	1 855 348 621

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 é evidenciada como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Resultado Antes do Imposto (RAI)	7 277 129 016	10 064 058 466	7 264 752 322	10 036 782 709
Imposto à taxa nominal (32%)	2 328 681 285	3 220 498 709	2 324 720 743	3 211 770 467
Correções fiscais				
Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	1 622 743 999	691 535 991	1 622 743 999	691 535 991
Imparidades de activos tangíveis de investimento	52 013 249	72 089 573	52 013 249	72 089 573
Outros não fiscalmente aceites	237 316 863	167 123 096	239 541 742	169 347 636
Reposições de provisões tributadas	(318 762 494)	(88 033 272)	(318 762 494)	(88 033 272)
Juros líquidos sobre BT, OT e permutas de liquidez	(3 301 637 481)	(3 405 029 477)	(3 301 637 481)	(3 405 029 477)
	620 355 422	658 184 620	618 619 758	651 680 917
Imposto corrente	1 900 532 770	2 010 711 634	1 900 532 770	2 010 711 634
Imposto relativo a exercícios anteriores	-	293 076 524	-	293 046 524
	2 520 888 192	2 961 972 778	2 519 152 528	2 955 439 075
Taxa efectiva de imposto	34,64%	29,43%	34,68%	29,45%

9.12 Resultado básico e diluído por acção

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Resultado do Exercício (A)	6 050 464 205	8 202 276 719	6 039 727 175	8 181 434 088
Número total de acções (B)	1 000 000 000	1 000 000 000	1 000 000 000	1 000 000 000
Número de acções próprias (C)	27 806 020	27 806 020	27 806 020	27 806 020
Número médio de acções excluindo as acções próprias (B-C)	972 193 980	972 193 980	972 193 980	972 193 980
Resultado básico por acção [A/(B-C)]	6,22	8,44	6,21	8,42
Resultado diluído por acção [A/(B-C)]	6,22	8,44	6,21	8,42

O resultado básico e diluído por acção é obtido através da divisão do resultado do exercício pelo número médio de acções (número total de acções excluindo as acções próprias). No exercício findo não existiam instrumentos convertíveis pelo que o resultado diluído é o mesmo que o resultado básico e diluído por acção.

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Caixa	5 692 859 387	6 530 179 557	5 692 858 581	6 530 178 751
Depósitos no Banco de Moçambique	75 086 220 798	55 137 106 969	75 086 220 798	55 137 106 969
	80 779 080 185	61 667 286 526	80 779 079 379	61 667 285 720

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição de reservas obrigatórias. O regime em vigor à data de 31 de dezembro de 2024, previsto no Aviso n.º 08/GBM/2019 do Banco de Moçambique, determina a manutenção de depósitos em moeda nacional junto do Banco Central, a um coeficiente de 39,00%, e de 39,50% em moeda estrangeira, sobre o saldo

médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. Estes depósitos obrigatórios não são remunerados.

9.14 Disponibilidades sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Depósitos à ordem e outras disponibilidades				
Em instituições de crédito no país	3 398	3 398	-	-
Em instituições de crédito no estrangeiro	472 116 948	2 683 751 885	472 116 948	2 683 751 885
	472 120 346	2 683 755 283	472 116 948	2 683 751 885
Cheques a cobrar				
Em instituições de crédito no país	31 957 550	253 625 730	31 957 550	253 625 730
Em instituições de crédito no estrangeiro	27 991 646	28 976 789	27 991 646	28 976 789
	59 949 196	282 602 519	59 949 196	282 602 519
	532 069 542	2 966 357 802	532 066 144	2 966 354 404

9.15 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Aplicações em instituições de crédito no país				
Mercado monetário interbancário	100 000 252	12 500 000 400	100 000 252	12 500 000 400
Empréstimos - curto prazo	886 819	853 346	886 819	853 346
Empréstimos - médio e longo prazo	7 148 297	10 065 650	7 148 297	10 065 650
Depósitos	169 361 500	169 335 000	169 361 500	169 335 000
Juros a receber	751 503	30 497 452	751 503	30 497 452
	278 148 371	12 710 751 848	278 148 371	12 710 751 848
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Aplicações a muito curto prazo	1 278 200 000	-	1 278 200 000	-
Depósitos	14 691 528 000	9 939 512 000	14 691 528 000	9 939 512 000
Juros a receber	16 591 374	12 063 053	16 591 374	12 063 053
	15 986 319 374	9 951 575 053	15 986 319 374	9 951 575 053
Imparidade (Nota 9.10)	(74 447)	(457 637)	(74 447)	(457 637)
	16 264 393 298	22 661 869 264	16 264 393 298	22 661 869 264

À data do balanço, o perfil da maturidade das aplicações em instituições de crédito era o seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Até 1 mês	16 257 319 391	22 652 261 193	16 257 319 391	22 652 261 193
Entre 1 e 3 meses	222 891	-	222 891	-
Entre 3 meses e 1 ano	923 940	-	923 940	-
Entre 1 e 3 anos	-	2 627 574	-	2 627 574
Superior a 3 anos	6 001 523	7 438 134	6 001 523	7 438 134
	16 264 467 745	22 662 326 901	16 264 467 745	22 662 326 901
Imparidade (Nota 9.10)	(74 447)	(457 637)	(74 447)	(457 637)
	16 264 393 298	22 661 869 264	16 264 393 298	22 661 869 264

Abaixo segue o resumo das taxas médias ponderadas a data de 31/12/2024 de remuneração de aplicações em instituições de crédito por tipologia de aplicação (%):

Aplicações em IC no país	Dez-24	Dez-23
Depósitos	7,10	8,13
Empréstimos - curto prazo	39,34	39,41
Empréstimos - médio e longo prazo	19,83	24,39
Mercado monetário interbancário	13,11	17,25
Aplicações em IC no estrangeiro		
Depósitos	4,41	5,39

9.16 Activos financeiros ao custo amortizado / ao justo valor através de outro rendimento integral

De acordo com a IFRS 9, o Banco classifica a sua carteira de títulos em dois grupos:

- ✓ Activos financeiros ao custo amortizado; e
- ✓ Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

No exercício em análise a rubrica dos activos financeiros ao custo amortizado apresenta o seguinte detalhe para o Grupo e para o Banco:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Instrumentos de dívida				
Emitido por entidades nacionais				
Obrigações do Tesouro	16 551 958 300	16 771 650 488	16 551 958 300	16 771 650 488
Bilhetes do Tesouro	25 932 044 525	21 263 249 530	25 932 044 525	21 263 249 530
Emitido por entidades estrangeiras				
Obrigações FAST FERRY	47 059 219	49 778 917	47 059 219	49 778 917
	42 531 062 044	38 084 678 935	42 531 062 044	38 084 678 935
Juros a receber	2 967 380 819	1 856 773 674	2 967 380 819	1 856 773 674
Imparidade (Nota 9.10)	(2 756 366 907)	(269 871 509)	(2 756 366 907)	(269 871 509)
	42 742 075 956	39 671 581 100	42 742 075 956	39 671 581 100

No exercício em análise, a rubrica dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresenta o seguinte detalhe para o Grupo e para o Banco:

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Instrumentos de dívida				
Emitido por entidades nacionais				
Obrigações do Tesouro	2 211 430 687	1 765 648 806	2 211 430 687	1 765 648 806
Bilhetes do Tesouro	4 432 630 044	1 932 824 557	4 432 630 044	1 932 824 557
	6 644 060 731	3 698 473 363	6 644 060 731	3 698 473 363
Outros títulos (acções)				
EMOSE	254 157 780	254 157 780	254 157 780	254 157 780
SIMO	97 164 366	97 164 366	97 164 366	97 164 366
GCI	233 699	233 699	233 699	233 699
	351 555 845	351 555 845	351 555 845	351 555 845
Justo valor	59 238 545	(92 108 871)	59 238 545	(92 108 871)
Juros a receber	477 224 159	271 447 422	477 224 159	271 447 422
Imparidade (Nota 9.10)	-	(21 981 075)	-	(21 981 075)
	7 532 079 280	4 207 386 684	7 532 079 280	4 207 386 684

Em relação aos instrumentos de capital, a sua composição é a seguinte:

Acções da EMOSE - o Banco detém 12.707.889 acções da EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2024 se cifrava em 63.539.445,00 MT, tendo estas acções gerado um dividendo ao Banco na ordem de 1.684.685,00 MT (2023: 2.963.353,00 MT).

Acções da SIMO - o Banco detém 971.643 acções da SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2024 se cifrava em 13.541.377,00 MT (2023: 53.572.147,00 MT).

Acções da GCI - o Banco detém 18.899 acções da GCI - Sociedade Gestora de Capital de Risco, empresa do Grupo, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2024 se cifrava em 233.699,00 MT, igual valor a 31/12/2023. Esta empresa encontra-se com actividade suspensa e em processo de dissolução.

Na tabela abaixo seguem as taxas médias ponderadas de remuneração de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro em 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
OT	16.10%	18.74%
BT	16.43%	18.50%

Para efeitos de cálculo de imparidades, os instrumentos financeiros de dívida encontram-se classificados no *Stage 1* em 2023, e em 2024 encontravam-se classificados em *Stage 2* (Bilhetes do Tesouro) e *Stage 3* (Obrigações do Tesouro).

Os movimentos ocorridos nos activos financeiros do Grupo e do Banco durante os exercícios em análise foram os seguintes:

	Dez-23	Adições	Deduções	Variação JV	Diferença cambial	Dez-24
Activos financeiros ao custo amortizado						
Obrigações do Tesouro	17 646 412 687	9 090 018 823	(9 202 411 705)	-	-	17 534 019 805
Bilhetes do Tesouro	22 233 842 706	37 277 595 443	(31 605 935 422)	-	-	27 905 502 727
Obrigações Fast Ferry	61 197 216	2 007 845	(941 185)	-	(3 343 545)	58 920 331
	39 941 452 609	46 369 622 111	(40 809 288 312)	-	(3 343 545)	45 498 442 863
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações do Tesouro	1 889 457 249	1 144 747 854	(669 270 681)	135 819 228	-	2 500 753 650
Bilhetes do Tesouro	2 095 486 329	15 542 063 956	(12 866 177 026)	(14 522 654)	-	4 756 850 605
Bilhetes do Tesouro	244 424 181	-	-	30 050 844	-	274 475 025
Outros títulos (acções)	4 229 367 759	16 686 811 810	(13 535 447 707)	151 347 418	-	7 532 079 280
	44 170 820 368	63 056 433 921	(54 344 736 019)	151 347 418	(3 343 545)	53 030 522 143

	Dez-22	Adições	Deduções	Variação JV
--	--------	---------	----------	-------------

Em termos de maturidade residual, os activos financeiros distribuem-se do seguinte modo:

Activos financeiros ao custo amortizado

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Maturidade de 1 mês	1 685 189 458	1 393 214 075	1 685 189 458	1 393 214 075
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	18 625 841 719	15 659 013 931	18 625 841 719	15 659 013 931
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	9 351 988 935	8 218 531 253	9 351 988 935	8 218 531 253
Maturidade superior a 12 meses	15 835 422 751	14 670 693 350	15 835 422 751	14 670 693 350
	45 498 442 863	39 941 452 609	45 498 442 863	39 941 452 609
Imparidade (Nota 9.10)	(2 756 366 907)	(269 871 509)	(2 756 366 907)	(269 871 509)
	42 742 075 956	39 671 581 100	42 742 075 956	39 671 581 100

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Maturidade de 1 mês	265 231 705	311 113 525	265 231 705	311 113 525
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	2 912 747 202	1 409 726 379	2 912 747 202	1 409 726 379
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	1 653 793 872	627 704 859	1 653 793 872	627 704 859
Maturidade superior a 12 meses	2 700 306 501	1 880 822 996	2 700 306 501	1 880 822 996
	7 532 079 280	4 229 367 759	7 532 079 280	4 229 367 759
Imparidade (Nota 9.10)	-	(21 981 075)	-	(21 981 075)
	7 532 079 280	4 207 386 684	7 532 079 280	4 207 386 684

9.17 Crédito a clientes

Em termos consolidados, o crédito a clientes apresenta-se como segue:

	Grupo			Banco		
	Dez-24			Dez-23		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Crédito vincendo						
Empresas						
Empréstimos	3 242 146 232	6 886 423 307	10 128 569 539	6 387 961 371	10 195 539 609	16 583 500 980
Créditos em conta corrente	1 968 247 283	2 023 962 303	3 992 209 586	1 266 753 139	1 099 812 043	2 366 565 182
Locação financeira - mobiliário	316 069 358	-	316 069 358	511 072 161	-	511 072 161
Locação financeira - imobiliário	1 972 035 517	-	1 972 035 517	2 386 993 835	-	2 386 993 835
Cartões de crédito	132 203 752	-	132 203 752	139 149 743	-	139 149 743
Desconto de letras e livranças	226 593 241	47 932 500	274 525 741	187 974 159	19 553 400	207 527 559
Descobertos bancários	1 313 995 762	5 164 848	1 319 160 610	1 734 972 268	85 855	1 735 058 123
	9 171 291 146	8 963 482 958	18 134 774 104	12 614 876 676	11 314 990 907	23 929 867 583
Particulares						
Habituação	1 413 563 580	97 427 159	1 510 990 739	1 507 670 297	106 205 113	1 613 875 410
Consumo	39 953 190 378	6 168 444	39 959 358 822	33 294 089 624	9 025 879	33 303 115 503
Outros créditos	567 812 823	-	567 812 823	715 436 905	-	715 436 905
	41 934 566 782	103 595 603	42 038 162 385	35 517 196 826	115 230 992	35 632 427 818
	51 105 857 928	9 067 078 561	60 172 936 489	48 132 073 502	11 430 221 899	59 562 295 401
Juros a receber, líquidos de rendimentos diferidos	812 405 361	85 289 805	897 695 166	791 564 822	116 304 350	907 869 172
			61 070 631 655			60 470 164 573
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(36 380 627)	(13 349 169)	(49 729 796)	(57 115 566)	(19 655 381)	(76 770 947)
Crédito e juros vencidos	13 478 592 872	3 601 210 482	17 079 803 354	12 920 359 269	302 045 925	13 222 405 194
Imparidade (Nota 9.10)	-	(6 789 517 592)	(6 789 517 592)	-	(6 527 676 976)	(6 527 676 976)
			71 311 187 621			67 088 121 844

Em termos individuais, o crédito a clientes apresenta-se como segue:

	Banco			Banco		
	Dez-24			Dez-23		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Crédito vincendo						
Empresas						
Empréstimos	3 242 146 232	6 886 423 307	10 128 569 539	6 387 961 371	10 195 539 609	16 583 500 980
Créditos em conta corrente	2 073 616 353	2 023 962 303	4 097 578 656	1 388 427 308	1 099 812 043	2 488 239 351
Locação financeira - mobiliário	316 069 358	-	316 069 358	511 072 161	-	511 072 161
Locação financeira - imobiliário	1 972 035 517	-	1 972 035 517	2 386 993 835	-	2 386 993 835
Cartões de crédito	132 203 752	-	132 203 752	139 149 743	-	139 149 743
Desconto de letras e livranças	226 593 241	47 932 500	274 525 741	187 974 159	19 553 400	207 527 559
Descobertos bancários	1 313 995 762	5 164 848	1 319 160 610	1 734 972 268	85 855	1 735 058 123
	9 276 660 216	8 963 482 958	18 240 143 174	12 736 550 845	11 314 990 907	24 051 541 752
Particulares						
Habituação	1 413 563 580	97 427 159	1 510 990 739	1 507 670 297	106 205 113	1 613 875 410
Consumo	39 953 190 378	6 168 444	39 959 358 822	33 294 089 624	9 025 879	33 303 115 503
Outros créditos	567 812 823	-	567 812 823	715 436 905	-	715 436 905
	41 934 566 782	103 595 603	42 038 162 385	35 517 196 826	115 230 992	35 632 427 818
	51 211 226 998	9 067 078 561	60 278 305 559	48 253 747 671	11 430 221 899	59 683 969 570
Juros a receber, líquidos de rendimentos diferidos	813 537 815	85 289 805	898 827 620	792 733 653	116 304 350	909 038 003
			61 177 133 179			60 593 007 573
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(36 380 627)	(13 349 169)	(49 729 796)	(57 115 566)	(19 655 381)	(76 770 947)
Crédito e juros vencidos	13 478 592 872	3 601 210 482	17 079 803 354	12 920 359 269	302 045 925	13 222 405 194
Imparidade (Nota 9.10)	-	(6 789 517 592)	(6 789 517 592)	-	(6 527 676 976)	(6 527 676 976)
			71 417 689 145			67 210 964 844

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a estrutura sectorial da carteira de crédito do Banco era a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Agricultura e Pescas	383 025 467	1 042 250 491	383 025 467	1 042 250 491
Indústria	3 150 770 127	1 378 648 672	3 150 770 127	1 378 648 672
Energia	1 771 017 116	1 769 392 850	1 771 017 116	1 769 392 850
Construção	3 786 171 202	4 413 719 380	3 786 171 202	4 413 719 380
Hotelaria e Turismo	774 703 561	1 017 528 704	774 703 561	1 017 528 704
Comércio e Serviços	5 303 813 084	6 892 105 567	5 303 813 084	6 892 105 567
Transportes	10 103 607 904	10 567 927 575	10 103 607 904	10 567 927 575
Instituições Financeiras não monetárias	117 829 039	135 304 680	117 829 039	135 304 680
Particulares	44 972 855 704	39 377 105 964	44 972 855 704	39 377 105 964
Outros	6 888 946 640	6 190 716 711	6 994 315 710	6 312 390 881
	77 252 739 843	72 784 700 595	77 358 108 913	72 906 374 764
Juros a receber, líquidos de rendimentos diferidos	897 695 166	907 869 172	898 827 620	909 038 003
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(49 729 796)	(76 770 947)	(49 729 796)	(76 770 947)
Imparidade (Nota 9.10)	(6 789 517 592)	(6 527 676 976)	(6 789 517 592)	(6 527 676 976)
	71 789 139 321	67 088 121 844	71 895 640 845	67 210 964 844

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a maturidade residual do crédito vincendo incluindo os juros já decorridos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Até três meses	3 912 328 617	1 866 044 128	4 018 830 141	1 988 887 128
Superior a três meses e inferior a um ano	5 085 173 163	5 586 434 946	5 085 173 163	5 586 434 946
Superior a um ano e inferior a cinco anos	33 477 892 015	34 283 216 439	33 477 892 015	34 283 216 439
Superior a cinco anos	18 488 504 564	18 628 717 265	18 488 504 564	18 628 717 265
	60 963 898 358	60 364 412 779	61 070 399 882	60 487 255 779

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a maturidade residual do crédito vencido incluindo os juros já decorridos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Até três meses	927 246 509	899 774 684	927 246 509	899 774 684
Superior a três meses e inferior a um ano	347 023 095	269 058 839	347 023 095	269 058 839
Superior a um ano e inferior a cinco anos	8 142 100 452	3 523 195 525	8 142 100 452	3 523 195 525
Superior a cinco anos	7 770 166 594	8 636 127 940	7 770 166 594	8 636 127 940
	17 186 536 651	13 328 156 988	17 186 536 651	13 328 156 988

No mesmo período, a antiguidade do crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Até três meses	8 553 105 554	5 170 846 843	8 553 105 554	5 170 846 843
De três a seis meses	1 660 366 310	293 587 638	1 660 366 310	293 587 638
De seis meses a um ano	352 762 537	546 660 129	352 762 537	546 660 129
De um a três anos	1 347 367 539	1 167 464 555	1 347 367 539	1 167 464 555
Mais de três anos	5 166 201 414	6 043 846 029	5 166 201 414	6 043 846 029
	17 079 803 354	13 222 405 194	17 079 803 354	13 222 405 194

9.18 Investimentos em subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a informação financeira das subsidiárias apresenta os seguintes dados:

	Tipo	Grupo		Banco	
		31-Dez-24	31-Dez-23	31-Dez-24	31-Dez-23
		Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)
BPI MOÇAMBIQUE	Subsidiária	100,00%	59	100,00%	59
IMOBCL, Lda	Subsidiária	10,00%	460 000	10,00%	460 000
		460 059	460 059	460 059	460 059
Imparidade					
		460 059	460 059	460 059	460 059
Ajustamentos de consolidação		(460 059)	(460 059)	-	-
		-	-	460 059	460 059

Os ajustamentos de consolidação acima mencionados referem-se à anulação dos saldos intragrupo entre o BCI e IMOBCL, dado que a BPI Moçambique e a GCI se encontram sem actividade (esta última com actividade suspensa na Autoridade Tributária inclusive).

Apesar da participação do Banco na IMOBCL ser de 10%, o Banco detém o controlo desta entidade, através da exposição e detenção de direitos sobre os retornos variáveis por via do seu relacionamento e capacidade de afectar esses retornos através do poder que exerce o que, de acordo com a IFRS 10, obriga a consolidar esta entidade pelo método integral e a considerá-la como subsidiária.

Abaixo apresenta-se uma breve descrição das empresas subsidiárias:

IMOBCL, Limitada é uma sociedade limitada, constituída em 28 de fevereiro de 1997, com sede social na Avenida 25 de Setembro, nº1465, Maputo, Moçambique. O objecto principal da IMOBCL é a gestão de investimentos imobiliários, em todas as suas modalidades, nomeadamente, a realização de urbanizações, loteamento e empreendimentos imobiliários, a compra, venda, construção, manutenção e restauração de imóveis, administração e exploração de quaisquer bens imobiliários, a medição e comercialização imobiliária e a realização de estudos, consultoria e prestação de serviços conexos.

9.19 Activos Não Correntes Detidos para Venda

Nesta rubrica encontram-se registados os imóveis que foram obtidos por recuperação de crédito, nas

Os Activos Não Correntes detidos para Venda por categoria apresentam-se conforme a tabela abaixo:

Exercício 2024:					
Tipologia	Quantidade	Saldo Valor Bruto	Saldo Imparidade	Saldo Valor Actual	Saldo Valor Actual
Agrícola	1	17 671 000	(6 768 800)	10 902 200	
Edifício comercial	5	397 485 802	(194 195 378)	203 290 424	
Edifício Multifuncional	17	874 939 111	(469 708 751)	405 230 360	
Fábrica	4	421 920 458	(335 156 208)	86 764 250	
Habitação	24	261 285 570	(146 740 163)	114 545 407	
Hoteleiro	3	549 346 543	(320 147 351)	229 199 192	
Padaria	1	5 222 000	(4 122 000)	1 100 000	
Unidade Hospitalar	1	129 967 464	(55 839 465)	74 127 999	
Total	56	2 657 837 948	(1 532 678 116)	1 125 159 832	

O apuramento do justo valor dos activos não corrente detidos para venda é feito por empresas especializadas as quais emitem relatórios de avaliação dos imóveis registados nesta categoria, sendo que para este efeito as empresas utilizam o método de rendimento. O justo valor para este tipo de imóveis é classificado em termos de hierarquia no nível 3.

Valor Bruto			
Início do período			
Alienações e abates			
Reclassificações			
Depreciação acumulada			
Início do período			
Depreciação do período			
Alienações e abates			
Reclassificações			
Imparidade (Nota 9.10)			
Quantia escriturada			

O Banco detém uma carteira de propriedades de investimento mensurada ao custo, cujo justo valor à data de 31 de Dezembro de 2024, se cifrou em MT 384.626.133,00 MT (2023: 376.704.737,00 MT) para o Banco, tendo estes imóveis gerado proveitos de rendas na ordem de 43.909.563,00 MT (2023: 44.423.102,00 MT). Os rendimentos provenientes destas propriedades encontram-se registados na rubrica Outros Resultados de Exploração (Nota 9.7).

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Imóveis em uso	5 856 413 574	5 726 260 195	5 849 593 526	5 719 440 147
Activos do direito de uso	435 675 238	1 032 716 161	449 005 168	1 179 877 156
Equipamento				
Mobiliário e material	460 363 653	452 123 909	459 781 355	451 541 611
Maquinas e ferramentas	181 609 687	154 959 554	181 609 687	154 959 554
Equipamento informático	2 198 135 547	2 125 011 116	2 195 399 835	2 122 275 404
Instalações interiores	12 320 903	12 320 903	12 320 903	12 320 903
Veículos	530 330 552	500 455 210	519 390 260	489 514 918
Equipamento de segurança	426 169 028	353 314 977	426 169 028	353 314 977
Outros equipamentos	1 778 103 888	1 684 693 309	1 776 435 712	1 683 025 133
Outros activos tangíveis	12 564 881	12 564 881	12 564 881	12 564 881
Activos em curso	844 649 456	656 891 216	821 259 533	594 212 087
Total	12 736 336 407	12 711 311 43	12 703 529 888	12 773 046 771
Depreciação acumulada	(6 132 096 739)	(6 108 238 604)	(6 110 478 652)	(6 203 316 411)
Imparidade acumulada (Nota 9.10)	(176 708 643)	(152 150 095)	(176 708 643)	(152 150 095)
	6 427 531 025	6 450 922 732	6 416 342 593	6 417 580 265

O movimento ocorrido nas propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Activos do direito de uso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2023	5 889 320 023	4 793 623 445	12 564 881	409 672 448	1 175 674 747	12 280 855 544
Aquisições	-	-	-	863 833 121	-	863 833 121
Alienações e abates	(394 034 290)	(57 875 735)	-	-	-	(451 910 025)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	95 065 512	(935 555)	-	67 361 420	(90 475 111)	71 016 266
Transferências	135 908 950	548 066 823	-	(683 975 773)	-	-
31 de Dezembro de 2023	5 726 260 195	5 282 878 978	12 564 881	656 891 216	1 032 716 161	12 711 311 431
Aquisições	-	1 602 080	-	994 159 855	-	995 761 935
Alienações e abates	(20 600 855)	(112 341 129)	-	-	-	(132 941 984)
Reavaliações	-	-	-	-	128 870 742	128 870 742
Reclassificações	(6 827 342)	(1 602 077)	-	(135 210 777)	(725 911 665)	(869 551 861)
Transferências	157 581 576	416 495 406	-	(671 190 838)	-	(97 113 856)
31 de Dezembro de 2024	5 856 413 574	5 587 033 258	12 564 881	844 649 456	435 675 238	12 736 336 407
Depreciação e imparidade acumulada						
1 de Janeiro de 2023	1 332 317 280	3 728 090 835	-	21 736 034	624 169 329	5 706 313 478
Depreciação do exercício	126 732 534	433 976 865	-	-	185 547 521	746 256 920
Imparidade do período	54 656 850	-	-	-	-	54 656 850
Alienações e abates	(93 570 866)	(49 672 216)	-	-	-	(143 243 082)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	5 483 994	(2 986 389)	-	-	(53 609 597)	(51 111 992)
Transferências	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	1 425 619 792	4 109 409 095	-	21 736 034	703 623 778	6 260 388 699
Depreciação do exercício	121 821 508	464 735 049	-	-	182 793 288	769 349 845
Imparidade do período	24 558 548	-	-	-	-	24 558 548
Alienações e abates	(3 643 529)	(34 530 230)	-	-	-	(38 173 759)
Reavaliações	-	-	-	-	130 053 313	130 053 313
Reclassificações	1 435 393	(70 907 486)	-	-	(767 899 171)	(837 371 264)
Transferências	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	1 569 791 712	4 468 706 428	-	21 736 034	248 571 208	6 308 805 382
Valor Líquido						
31 de Dezembro de 2024	4 286 621 862	1 118 326 830	12 564 881	822 913 422	177 268 642	6 427 531 025
31 de Dezembro de 2023	4 300 640 403	1 173 469 883	12 564 881	635 155 182	329 092 383	6 450 922 732

Exercício 2023:

Tipologia	Quantidade	Saldo Valor Bruto	Saldo Imparidade	Saldo Valor Actual
Agrícola	1	17 671 000	(5 091 550)	12 579 450
Edifício comercial	3	338 487 028	(188 563 310)	149 923 718
Edifício Multifuncional	5	478 529 158	(131 195 028)	347 334 130
Fábrica	4	914 036 139	(717 348 179)	196 687 960
Habitação	25	308 181 771	(152 774 008)	155 407 763
Hoteleiro	2	215 679 793	(115 887 662)	99 792 131
Padaria	1	5 222 000	(2 804 000)	2 418 000
Restauração	1	1 059 629	-	1 059 629
Terreno - urbano	1	43 968 497	(43 968 497)	-
Armazém	1	129 967 464	(13 028 464)	116 939 000
Total	44	2 452 802 479	(1 370 660 698)	1 082 141 781

9.20 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento apresentou a seguinte evolução, relativa a valores brutos e depreciações, nos anos findos em 31 Dezembro de 2024 e 2023:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
863 838 154	1 390 351 045	309 826 346	795 368 746	
-	(514 877 891)	-	(473 907 400)	
(8 131 795)	(11 635 000)	(8 131 795)	(11 635 000)	
855 706 359	863 838 154	301 694 551	309 826 346	
102 900 964	189 965 357	44 117 628	137 807 063	
21 108 068	49 478 275	10 138 671	37 731 922	
-	(8 768 618)	-	(3 647 307)	
(2 457 558)	(127 774 050)	(2 457 558)	(127 774 050)	
121 551 474	102 900 964	51 798 741	44 117 628	
(43 163 826)	(43 163 826)	(43 163 826)	(43 163 826)	
690 991 059	717 773 364	206 731 984	222 544 892	

9.21 Propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Imóveis em uso	5 856 413 574	5 726 260 195	5 849 593 526	5 719 440 147
Activos do direito de uso	435 675 238	1 032 716 161	449 005 168	1 179 877 156
Equipamento				
Mobiliário e material	460 363 653	452 123 909	459 781 355	451 541 611
Maquinas e ferramentas	181 609 687	154 959 554	181 609 687	154 959 554
Equipamento informático	2 198 135 547	2 125 011 116	2 195 399 835	2 122 275 404
Instalações interiores	12 320 903	12 320 903	12 320 903	12 320 903
Veículos	530 330 552	500 455 210	519 390 260	489 514 918
Equipamento de segurança	426 169 028	353 314 977	426 169 028	353 314 977
Outros equipamentos	1 778 103 888	1 684 693 309	1 776 435 712	1 683 025 133
Outros activos tangíveis	12 564 881	12 564 881	12 564 881	12 564 881
Activos em curso	844 649 456	656 891 216	821 259 533	594 212 087
Total	12 736 336 407	12 711 311 43	12 703 529 888	12 773 046 771
Depreciação acumulada	(6 132 096 739)	(6 108 238 604)	(6 110 478 652)	(6 203 316 411)
Imparidade acumulada (Nota 9.10)	(176 708 643)	(152 150 095)	(176 708 643)	(152 150 095)
	6 427 531 025	6 450 922 732	6 416 342 593	6 417 580 265

O movimento ocorrido nas propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Activos do direito de uso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2023	5 882 499 975	4 777 696 967	12 564 881	346 993 319	1 322 835 742	12 342 590 884
Aquisições	-	-	-	863 833 121	-	863 833 121
Alienações e abates	(394 034 290)	(57 875 735)	-	-	-	(451 910 025)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	95 065 512	(935 555)	-	67 361 420	(90 475 111)	71 016 266
Transferências	135 908 950	548 066 823	-	(683 975 773)	-	-
31 de Dezembro de 2023	5 719 440 147	5 266 952 500	12 564 881	594 212 087	1 179 877 156	12 773 046 771
Aquisições	-	1 602 080	-	994 159 855	-	995 761 935
Alienações e abates	(20 600 855)	(112 341 129)	-	-	-	(132 941 984)
Reavaliações	-	-	-	-	(4 960 323)	(4 960 323)
Reclassificações	(6 827 342)	(1 602 077)	-	(95 921 571)	(725 911 665)	(830 262 655)
Transferências	157 581 576	416 495 406	-	(671 190 838)	-	(97 113 856)
31 de Dezembro de 2024	5 849 593 526	5 571 106 780	12 564 881	821 259 533	449 005 168	12 703 529 888
Depreciação e imparidade acumulada						
1 de Janeiro de 2023	1 335 799 680	3 723 873 597	-	-	712 465 926	5 772 139 203
Depreciação do exercício	126 732 534	433 976 747	-	-	214 979 720	775 509 001
Imparidade do período	54 656 850	-	-	-	-	54 656 850
Alienações e abates	(93 570 866)	(49 672 215)	-	-	-	(143 243 081)
Reavaliações	-	-	-	-		

O movimento ocorrido nos activos intangíveis do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Sistema automático de tratamento de dados	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Custo				
1 de Janeiro de 2023	770 555 884	423 823 634	225 953 466	1 420 332 984
Aquisições	-	-	103 648 748	103 648 748
Reclassificações	35 774 785	1 634 253	(184 693 418)	(147 284 380)
Transferências	3 820 160	-	(3 820 160)	-
31 de Dezembro de 2023	810 150 829	425 457 887	141 088 636	1 376 697 352
Aquisições	-	-	50 077 101	50 077 101
Reclassificações	54 162 204	-	(85 631 508)	(31 469 304)
Transferências	5 611 612	-	(5 611 612)	-
31 de Dezembro de 2024	869 924 645	425 457 887	99 922 617	1 395 305 149
Amortização e imparidade				
1 de Janeiro de 2023	688 013 003	419 062 276	-	1 107 075 279
Amortização do período	36 761 798	2 658 232	-	39 420 030
Imparidade (Nota 9.8)	193 842	-	-	193 842
Reclassificações	10 816 636	-	-	10 816 636
31 de Dezembro de 2023	735 785 279	421 720 508	-	1 157 505 787
Amortização do período	37 439 680	1 097 284	-	38 536 964
Imparidade (Nota 9.10)	8 346 806	-	-	8 346 806
Reclassificações	23 345 548	-	-	23 345 548
31 de Dezembro de 2024	804 917 313	422 817 792	-	1 227 735 105
Valor Líquido				
31 de Dezembro de 2024	65 007 332	2 640 095	99 922 617	167 570 044
31 de Dezembro de 2023	74 365 550	3 737 379	141 088 636	219 191 565

Nos exercícios em análise, os activos intangíveis em curso referem-se, essencialmente, a custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas e projectos de desenvolvimento que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

O Banco detém 2 activos intangíveis com vida perpétua à data de 31 Dezembro 2024. Procedeu-se ao teste de imparidade anual de acordo com os pressupostos estabelecidos na norma contabilística, tendo-se concluído o seguinte:

- Um dos activos encontrava-se em imparidade, o que levou a que fosse reforçada a imparidade na ordem de

8.346.806,00 MT, mantendo-se este em activo intangível com vida útil perpétua;

- Para o activo remanescente, concluiu-se que o mesmo não se encontrava em imparidade e continuava a reunir condições para ser classificado como activo intangível com vida útil perpétua.

9.23 Activos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Activos por impostos correntes				
IRPC a recuperar	588 183 374	678 682 320	577 290 244	671 114 526
Activos por impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	2 488 755 570	1 146 221 379	2 487 606 923	1 144 347 004
	3 076 938 944	1 824 903 699	3 064 897 167	1 815 461 530

A decomposição dos activos por impostos correntes do Grupo e Banco foi a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Activos por impostos correntes				
Retenções de impostos	43 859 479	36 234 003	43 524 627	35 899 151
Pagamento por conta	1 170 953 019	1 300 402 937	1 152 385 375	1 286 896 293
Pagamento especial por conta	230 000	230 000	-	-
Estimativa de imposto apagar	(626 859 124)	(658 184 620)	(618 619 758)	(651 680 918)
	588 183 374	678 682 320	577 290 244	671 114 526

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo					
	Dez-23	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-24
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	496 453 508	-	281 523 525	-	-	777 977 033
Imparidade de activos tangíveis	510 244 119	(6 554 078)	101 020 937	-	-	604 710 978
Justo valor de activos financeiros	42 318 378	-	-	(8 488 261)	-	33 830 117
Imparidade de activos financeiros	95 330 999,00	(7 010 877)	925 147 873	-	-	1 013 467 995
Remensuração de planos de benefícios definidos	-	-	-	57 620 800	-	57 620 800
Prejuízos fiscais	1 874 375	-	(725 728)	-	-	1 148 647
	1 146 221 379	(13 564 955)	1 306 966 607	-	49 132 539	2 488 755 570

	Dez-22	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-23
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	-	-	496 453 508	-	-	496 453 508
Imparidade de activos tangíveis	-	-	510 244 119	-	-	510 244 119
Justo valor de activos financeiros	60 162 094	-	-	(17 843 716)	-	42 318 378
Imparidade de activos financeiros	-	-	93 392 827	1 938 172	-	95 330 999
Remensuração de planos de benefícios definidos	27 795 520	-	-	(27 795 520)	-	-
Prejuízos fiscais	1 890 265	-	100 577	-	(116 467)	1 874 375
	89 847 879	-	1 100 191 031	1 938 172	(45 755 703)	1 146 221 379

Para o cálculo do imposto diferido o grupo aplicou a taxa de imposto de 32%.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Banco					
	Dez-23	Por resultados		Por capitais próprios		Dez-24
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	496 453 508	-	281 523 525	-	-	777 977 033
Imparidade de activos tangíveis	510 244 119	(6 554 078)	101 020 937	-	-	604 710 978
Justo valor de activos financeiros	42 318 378	-	-	(8 488 261)	-	33 830 117
Imparidade de activos financeiros	95 330 999	(7 010 877)	925 147 873	-	-	1 013 467 995
Remensuração de planos de benefícios definidos	-	-	-	57 620 800	-	57 620 800
	1 144 347 004	(13 564 955)	1 307 692 335	-	49 132 539	2 487 606 923

	Dez-22	Por resultados		Por capitais próprios		Dez-23
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	-	-	496 453 508	-	-	496 453 508
Imparidade de activos tangíveis	-	-	510 244 119	-	-	510 244 119
Justo valor de activos financeiros	60 162 094	-	-	(17 843 716)	-	42 318 378
Imparidade de activos financeiros	-	-	93 392 827	1 938 172,00	-	95 330 999
Remensuração de planos de benefícios definidos	27 795 520	-	-	(27 795 520)	-	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
	87 957 614	-	1 100 090 454	1 938 172	(45 639 236)	1 144 347 004

Para o cálculo do imposto diferido o grupo aplicou a taxa de imposto de 32%.

9.24 Outros Activos

A rubrica de outros activos tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Devedores e outras aplicações				
Devedores empresas do grupo (Nota 9.36)	377.000	-	379.686.938	418.649.808
Outros devedores residentes	1.405.989.312	1.448.685.653	1.384.474.531	1.436.634.415
Devedores não residentes	137.540.264	145.855.448	136.620.264	144.935.448
	1.543.906.576	1.594.541.101	1.900.781.733	2.000.219.671
Rendimentos a receber				
Outros rendimentos a receber	46.719.964	47.037.727	46.719.964	47.037.727
	46.719.964	47.037.727	46.719.964	47.037.727
Despesas com encargos diferidos				
Rendas	4.165.451	14.374.764	4.017.615	8.115.818
Seguros	1.874.143	43.384.600	1.874.143	43.384.600
Outras Despesas com encargos diferidos	415.941.274	336.987.671	415.941.274	336.987.671
	421.980.868	394.747.035	421.833.032	388.488.089
Outras contas de regularização				
Operações cambiais	-	396.017	-	396.017
Contas de compensação	265.486.185	268.372.661	265.486.185	268.372.661
Outras contas internas	316.381.684	265.050.414	315.376.684	264.045.414
	581.867.869	533.819.092	580.862.869	532.814.092
Imparidade (Nota 9.10)	(1.561.997.615)	(1.259.751.456)	(1.557.391.325)	(1.255.145.166)
	1.032.477.662	1.310.393.499	1.392.806.273	1.713.414.413

Outros devedores residentes – nesta rubrica, o Banco regista os imóveis que recebeu em dação, mas que ainda não se encontram disponíveis para venda por se encontrarem sob processos administrativos ou legais de registo de propriedade, bem como devedores de processos em contencioso e cauções pagas.

Outros rendimentos a receber – o Banco regista na rubrica de Outros rendimentos a receber os valores das operações com clientes, quer por prestação de serviços, quer por via de locação.

Outras despesas com encargos diferidos – nesta rubrica, o Banco regista outras despesas com encargos diferidos,

nomeadamente os valores das facturas cujo custo é referente a mais de um período (mês), de modo a reconhecer o custo no período ao qual o mesmo se refere.

Outras contas de regularização e contas de compensação – nesta rubrica, o Banco regista os saldos associados aos fluxos de compensação do sistema de pagamentos de cartões e outras operações em suspenso por regularizar.

9.25 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Recursos de Bancos Centrais				
Empréstimos	32 822 081	88 938 852	32 822 081	88 938 852
Juros a pagar	82 055	204 837	82 055	204 837
	32 904 136	89 143 689	32 904 136	89 143 689

9.26 Recursos de Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Recursos de instituições de crédito no país				
Depósitos	409 947 238	388 941 393	409 947 238	388 941 393
Juros a pagar	75 182	162 725	75 182	162 725
	410 022 420	389 104 118	410 022 420	389 104 118
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos	789 150 568	739 111 439	789 150 568	739 111 439
Juros a pagar	12 338 040	3 395 959	12 338 040	3 395 959
	801 488 608	742 507 398	801 488 608	742 507 398
	1 211 511 028	1 131 611 516	1 211 511 028	1 131 611 516

Na tabela abaixo seguem as taxas médias ponderadas de remuneração de Recursos de Outras Instituições de Crédito em 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
Depósitos a prazo	6,91%	9,13%

9.27 Recursos de Clientes

O Grupo tem a seguinte composição para esta rubrica:

	Dez-24			Dez-23		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Depósitos a ordem	98 536 189 911	16 773 655 298	115 309 845 209	88 739 671 854	12 689 893 073	101 429 564 927
Depósitos com pré-aviso	41 342 665	26 295 702	67 638 367	40 299 769	28 587 298	68 887 067
Depósitos a prazo	44 412 783 740	22 873 114 280	67 285 898 020	41 591 468 867	15 503 424 851	57 094 893 718
Cheques e ordens a pagar	218 038 580	220 923	218 259 503	212 169 517	588 740	212 758 257
	143 208 354 896	39 673 286 203	182 881 641 099	130 583 610 007	28 222 493 962	158 806 103 969
Juros a pagar	411 911 370	157 520 608	569 431 978	557 031 333	135 520 915	692 552 248
	143 620 266 266	39 830 806 811	183 451 073 077	131 140 641 340	28 358 014 877	159 498 656 217

O Banco tem a seguinte composição para esta rubrica:

	Dez-24			Dez-23		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional		

Os depósitos a prazo que estão a garantir operações de crédito de clientes no exercício findo a 31 de Dezembro de 2024 ascendem ao montante de 2.589.014.938,00 MT (2023: 2.821.157.209,00 MT).

Na tabela abaixo constam as taxas médias ponderadas de remuneração de Recursos de Clientes em 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
Depósitos à ordem	1,32%	2,49%
Depósitos a prazo	6,99%	8,93%

A maturidade residual das operações a prazo, incluindo os depósitos com pré-aviso, apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Ate 1 mes	30 690 439 306	26 349 280 240	30 690 439 306	26 349 280 240
Entre 1 e 3 meses	26 938 769 185	17 173 819 228	26 938 769 185	17 173 819 228
Entre 3 meses e 1 ano	9 183 131 979	13 003 644 317	9 183 131 979	13 003 644 317
Entre 1 e 3 anos	183 821 795	263 270 916	183 821 795	263 270 916
Superior 3 anos	357 374 122	373 766 084	357 374 122	373 766 084
	67 353 536 387	57 163 780 785	67 353 536 387	57 163 780 785

A distribuição dos recursos de cliente (depósitos a ordem, a prazo e com pré-aviso) apresentava a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Tipos de clientes				
Empresas	116 267 129 012	98 871 876 888	116 299 135 351	98 903 883 227
Particulares	66 396 252 584	59 721 468 824	66 396 252 584	59 721 468 824
	182 663 381 596	158 593 345 712	182 695 387 935	158 625 352 051

9.28 Recursos consignados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
USAID	8 199 324	12 631 089	8 199 324	12 631 089
Direcção Nacional do Tesouro	18 512 866	95 031 881	18 512 866	95 031 881
ANE/Fundo de Estradas	3 353 179 847	4 097 469 208	3 353 179 847	4 097 469 208
Outros	15 656 950	13 683 004	15 656 950	13 683 004
	3 395 548 987	4 218 815 182	3 395 548 987	4 218 815 182
Juros a pagar	23 157 470	30 893 970	23 157 470	30 893 970
	3 418 706 457	4 249 709 152	3 418 706 457	4 249 709 152

Os Recursos consignados ANE/Fundo de Estradas referem-se a fundos para financiamento do desenvolvimento de infraestruturas sob gestão da Administração Nacional de Estradas. Os mesmos foram concedidos no âmbito de um Acordo celebrado entre o Governo de Portugal e o Governo de Moçambique, tendo os desembolsos sido efectuados directamente pela CGD, na qualidade de representante do Governo de Portugal, para pagamento das facturas das construtoras que efectuaram as obras nas suas contas domiciliadas nessa instituição, e sendo os reembolsos deste financiamento efectuados directamente pelo Governo de Moçambique à CGD. O BCI é um mero intermediário, com funções de garantir a gestão operacional do Acordo em Moçambique, não tendo consequentemente qualquer receita associada aos recursos ou ao financiamento, nem qualquer exposição a risco de crédito nesta operação. Pelos serviços prestados, o banco auferiu uma comissão de intermediação estabelecida no Acordo.

9.29 Passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Passivos por impostos correntes				
IRPC a pagar	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	244 809 276	62 433 671	244 809 276	62 433 671
	244 809 276	62 433 671	244 809 276	62 433 671

O montante de impostos diferidos por diferenças temporárias decorre da aplicação do IRPC sobre a reserva de reavaliação de justo valor da carteira de activos financeiros e as responsabilidades de planos de benefícios definidos.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo					
	Dez-23	Por resultados		Por capitais próprios		Dez-24
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	50 564 871	-	-	-	182 375 605	232 940 476
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	11 868 800	-	-	-	-	11 868 800
	62 433 671	-	-	-	182 375 605	244 809 276

	Grupo					
	Dez-22	Por resultados		Por capitais próprios		Dez-23
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	40 216 995	-	-	-	10 347 876	50 564 871
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	28 243 200	-	-	(16 374 400)	-	11 868 800
	68 460 195	-	-	(16 374 400)	10 347 876	62 433 671

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Banco					
	Dez-23	Por resultados		Por capitais próprios		Dez-24
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	50 564 871	-	-	-	182 375 605	232 940 476
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	11 868 800	-	-	-	-	11 868 800
	62 433 671	-	-	-	182 375 605	244 809 276

	Banco					
	Dez-22	Por resultados		Por capitais próprios		Dez-23
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	40 216 995	-	-	-	10 347 876	50 564 871
Remensuração de ganhos e perdas actuariais	28 243 200	-	-	(16 374 400)	-	11 868 800
	68 460 195	-	-	(16 374 400)	10 347 876	62 433 671

Para o cálculo do imposto diferido, o Grupo aplicou a taxa de imposto de 32%.

número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma.

9.30 Responsabilidades com planos de benefícios definidos

Ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário, que havia sido subscrito pelo extinto Banco de Fomento, os colaboradores contratados localmente e as suas famílias têm o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. O quadro abaixo mostra o

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Número de Participantes				
População Activa	54	55	54	55
População Reformada	14	9	14	9
	68	64	68	64

De acordo com a política contabilística adoptada pelo Banco, a responsabilidade por pensões de reforma dos colaboradores, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como se segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Responsabilidades com serviços passados	164 588 000	64 521 000	164 588 000	64 521 000
Responsabilidades com reformados	196 376 000	88 802 000	196 376 000	88 802 000
Responsabilidades com pensionistas	-	-	-	-
Responsabilidades por serviços totais	360 964 000	153 323 000	360 964 000	153 323 000
Custo do ano	29 743 000	29 519 000	29 743 000	29 519 000

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos na IAS 19 e são analisados como se segue:

	Dez-24	Dez-23
Taxa de crescimento salarial	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	13,50%	17,25%
Tábua de mortalidade	TV - 73/77	TV - 73/77
Idade normal de reforma		
Homens	60	60
Mulheres	55	55

Aos trabalhadores do Banco abrangidos por este plano de pensões será atribuído um complemento de pensão que é calculado com base na aplicação do esquema de benefícios do

ACT do Sector Bancário deduzido das prestações que venham a receber do Instituto Nacional da Segurança Social.

O plano de pensões não possui fundo constituído e, portanto, toda a responsabilidade calculada é integralmente assumida com base nos Activos do Banco.

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define uma quantia do benefício de pensões que um empregado terá direito a receber aquando da data da sua reforma, dependendo de um ou mais factores como a idade, anos de serviço e salário.

A taxa média de idade dos colaboradores que beneficiam deste complemento de pensão é de 49,5 anos e o cálculo da pensão poderá ser calculado por mais 11,9 anos.

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Responsabilidade em 01 de Janeiro	153 323 000	161 841 000	153 323 000	161 841 000
Custo com serviço corrente	3 504 000	2 060 000	3 504 000	2 060 000
Custo com juros	26 239 000	27 459 000	26 239 000	27 459 000
Ganhos/perdas actuariais nas responsabilidades (Ganho) / Perda de benefícios	87 726 000	(28 605 000)	87 726 000	(28 605 000)
Pensões pagas pelo Banco	(9 434 000)	(7 086 000)	(9 434 000)	(7 086 000)
Alteração da taxa de desconto	-	(2 346 000)	-	(2 346 000)
Alteração da taxa de desconto	99 606 000	-	99 606 000	-
Responsabilidade em 31 de Dezembro	360 964 000	153 323 000	360 964 000	153 323 000

De acordo com o estudo actuarial o montante de reconhecimento de perda bruto é de 180.065.000,00 MT (2023: 35.691.000,00 MT ganho).

Análise de sensibilidade

De acordo com os pressupostos utilizados, um aumento da taxa de desconto reduz o passivo, e uma redução da taxa de desconto aumenta o passivo, conforme a tabela abaixo:

Taxa de desconto	Dez-24		Dez-23	
	(Ganhos) / Perdas actuarial		(Ganhos) / Perdas actuarial	
	Valor	%	Valor	%
Aumento 1.0%	(32 209 869)	-8,9%	(12 558 215)	-8,2%
Diminuição 1.0%	37 786 189	10,5%	14 533 821	9,5%
Aumento 2.5%	(72 235 606)	-20,0%	(28 401 568)	-18,5%
Diminuição 2.5%	107 863 903	29,9%	40 979 595	26,7%
Aumento 5.0%	(122 717 935)	-34,0%	(48 801 845)	-31,8%
Diminuição 5.0%	277 124 953	76,8%	102 610 246	66,9%

9.31 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Credores				
Credores accionistas (Nota 9.36)	3 684 161 185	4 946 157 489	3 684 161 185	4 946 157 489
Fornecedores	235 474 031	250 506 764	235 474 031	250 506 764
Passivos de locação (IFRS 16)	210 198 352	375 243 950	222 657 144	415 308 184
Outros credores	471 327 146	18 477 392	471 327 146	18 477 392
Impostos retidos	252 056 063	226 769 385	251 336 199	226 098 566
	4 853 216 777	5 817 154 980	4 864 955 705	5 856 548 395
Encargos a pagar				
Gastos com pessoal	546 409 218	470 332 204	546 409 218	470 332 204
Rendas	22 437 357	13 121 089	21 011 357	11 956 150
Outros encargos a pagar	1 210 156 388	990 241 622	1 207 921 633	987 096 271
	1 779 002 963	1 473 694 915	1 775 342 208	1 469 384 625
Rendimentos diferidos				
Outros rendimentos diferidos	231 481 730	118 416 763	231 481 730	118 416 763
	231 481 730	118 416 763	231 481 730	118 416 763
Outras contas de regularização				
Operações cambiais	2 889 572	-	2 889 572	-
Contas de compensação	602 424 865	687 568 691	602 424 865	687 568 691
Outras contas Internas	2 000 121 010	4 260 131 674	2 000 121 010	4 260 131 674
	2 605 435 447	4 947 700 365	2 605 435 447	4 947 700 365
	9 469 136 917	12 356 967 023	9 477 215 090	12 392 050 148

A rubrica de Outros passivos inclui, fundamentalmente:

- Credores accionistas: montante de dividendos líquidos de imposto, devidamente aprovados, em processo de pagamento aos accionistas do Banco;
- Passivo de locação: montante actualizado do passivo de locação (movimentos ocorridos durante o período);

- Gastos com pessoal: fundamentalmente composto pelo montante do subsídio de férias a pagar no ano seguinte;
- Outros encargos a pagar: encargos a pagar relativos aos serviços prestados por diversos fornecedores.

A decomposição do passivo de locação por período de vencimento, apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Até 1 ano	72 199 326	201 352 138	76 474 777	241 416 372
De 1 a 5 anos	136 122 968	168 454 233	144 306 309	168 454 233
Superior a 5 anos	1 876 058	5 437 579	1 876 058	5 437 579
	210 198 352	375 243 950	222 657 144	415 308 184

9.32 Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Provisões para garantias e compromissos				
Em 1 de Janeiro	107 429 883	93 455 360	107 429 883	93 455 360
Reforço líquido da provisão no período	(52 705 939)	14 078 065	(52 705 939)	14 078 065
Ajustamentos	(321 260)	(103 542)	(321 260)	(103 542)
	54 402 684	107 429 883	54 402 684	107 429 883
Provisões para operações qualificadas				
Em 1 de Janeiro	12 929 655	12 929 655	12 929 655	12 929 655
	12 929 655	12 929 655	12 929 655	12 929 655
Provisões diversas				
Em 1 de Janeiro	1 289 578 839	1 127 772 383	1 289 578 838	1 127 772 382
Reforço líquido da provisão no período	115 657 264	591 562 784	115 657 264	591 562 784
Utilizações	(206 382 547)	(434 784 761)	(206 382 547)	(434 784 761)
Ajustamentos	(7 856 623)	5 028 433	(7 856 623)	5 028 433
	1 190 996 933	1 289 578 839	1 190 996 932	1 289 578 838
	1 258 329 271	1 409 938 376	1 258 329 271	1 409 938 376

Provisões para garantias e compromissos:

Em 31/12/2024, o Banco tinha constituído o montante de 54.402.684,00 MT de imparidades respeitantes a Garantias Prestadas, Créditos Documentários de Importação e Linhas de Crédito não Utilizadas, cuja exposição no momento de default (EAD) é apurada através de aplicação de Credit Conversion Factor (CCF).

Provisões para operações qualificadas:

O montante de 12.929.655,00 MT é respeitante às provisões constituídas no âmbito da due diligence realizada aquando do processo de fusão por incorporação do Banco de Fomento no BCI (30.11.2003). Neste processo, foram identificadas nas carteiras de crédito dos dois Bancos algumas operações com divergência

quanto ao grau da sua cobrabilidade, o que exigiu o conforto de ambas as partes. Os saldos atuais da conta de Provisões representam o potencial reembolso aos accionistas em virtude das recuperações registadas neste grupo de clientes.

Provisões diversas:

As provisões diversas à data de 31/12/2024 eram compostas maioritariamente por provisões para processos jurídicos nos quais o Banco é parte, que se encontram em curso no Tribunais.

9.33 Capital social

A actual estrutura accionista do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A. decompõe-se da seguinte forma:

	Dez-24			Dez-23		
	Nº de acções	%	Valor	Nº de acções	%	Valor
Accionista						
PARBANCA, SGPS, S.A.	510 000 000	51,00%	5 100 000 000	510 000 000	51,00%	5 100 000 000
BPI	356 731 952	35,67%	3 567 319 520	356 731 952	35,67%	3 567 319 520
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	105 074 967	10,51%	1 050 749 670	105 074 967	10,51%	1 050 749 670
BCI (Acções Próprias)	27 806 020	2,78%	278 060 200	27 806 020	2,78%	278 060 200
Outros	387 061	0,04%	3 870 610	387 061	0,04%	3 870 610
	1 000 000 000	100%	10 000 000 000	1 000 000 000	100%	10 000 000 000

As contas do BCI são consolidadas ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., entidade que controla o Banco.

9.34 Reservas e resultados transitados

O movimento ocorrido no Grupo durante o período em análise foi o seguinte:

	Reserva Legal	Reservas de Justo valor	Resultados transitados	Outras Reservas	Ganhos e perdas actuariais	Total
Saldo 1 de Janeiro 2023	5 026 122 783	(42 383 333)	(25 626 007)	5 214 599 546	74 599 548	10 247 312 537
Retenção de resultados 2022	2 423 433 573	-	3 160 927	157 234 099	-	2 583 828 599
Outras transacções	-	59 907 130	-	-	24 269 880	84 177 010
Saldo 31 de Dezembro 2023	7 449 556 356	17 523 797	(22 465 080)	5 371 833 645	98 869 428	12 915 318 146
Saldo 1 de Janeiro 2024	7 449 556 356	17 523 797	(22 465 080)	5 371 833 645	98 869 428	12 915 318 146
Retenção de resultados 2023	2 551 586 623	-	201 861	623 446 840	-	3 175 235 324
Outras transacções	-	405 585 718	-	-	(122 444 200)	283 141 518
Saldo 31 de Dezembro 2024	10 001 142 979	423 109 515	(22 263 219)	5 995 280 485	(23 574 772)	16 373 694 988

O movimento ocorrido no Banco durante o período em análise foi o seguinte:

	Reserva Legal	Reservas de Justo valor	Resultados transitados	Outras Reservas	Ganhos e perdas actuariais	Total
Saldo 1 de Janeiro 2023	5 024 979 804	(42 383 333)	-	5 211 949 823	74 599 548	10 269 145 842
Retenção de resultados 2022	2 423 433 573	-	-	157 234 099	-	2 580 667 672
Outras transacções	-	59 907 130	-	-	24 269 880	84 177 010
Saldo 31 de Dezembro 2023	7 448 413 377	17 523 797	-	5 369 183 922	98 869 428	12 933 990 524
Saldo 1 de Janeiro 2024	7 448 413 377	17 523 797	-	5 369 183 922	98 869 428	12 933 990 524
Retenção de resultados 2023	2 551 586 623	-	-	623 446 840	-	3 175 033 463
Outras transacções	-	405 585 718	-	-	(122 444 200)	283 141 518
Saldo 31 de Dezembro 2024	10 000 000 000	423 109 515	-	5 992 630 762	(23 574 772)	16 392 165 505

Não existem restrições estatutárias à distribuição de Reservas Livres e/ou Resultados Transitados.

A proposta de aplicação de resultados de 2023 previa uma distribuição de dividendos que se encontra detalhada no quadro abaixo:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Dividendos declarados e pagos:				
Accionistas maioritários	6 266 403 720	549 525 553	6 266 403 720	549 525 553
Accionistas minoritários	1 993 206	1 380 312	1 993 206	1 380 312
	6 268 396 926	550 905 865	6 268 396 926	550 905 865
Dividendos declarados e não pagos:				
Accionistas maioritários (Nota 9.32)	3 683 733 675	4 945 729 979	3 683 733 675	4 945 729 979
Accionistas minoritários ¹ (Nota 9.32)	427 510	427 510	427 510	427 510
	3 827 350 794	5 103 391 588	3 827 350 794	5 103 391 588

¹Dividendos de Accionistas falecidos, com processo de habilitação de herdeiros em curso.

A proposta de aplicação do resultado de 2024, aprovada em Assembleia Geral, encontra-se especificada no Relatório de Gestão. Os dividendos relativos às acções próprias não podem ser distribuídos ao detentor das acções no âmbito do art.º 367 do Decreto-Lei 01/2022 - Código Comercial, e são reconhecidos nas demonstrações financeiras na rubrica de reservas de acções próprias.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 o Banco detinha as seguintes reservas:

Reserva legal: a reserva legal é de carácter obrigatório, de acordo com a Lei 15/2020 (Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), e é composta por uma parcela do lucro líquido do exercício. A 31 de Dezembro de 2024 o banco deve constituir o valor de 15% do resultado líquido em Reserva Legal, em conformidade com os critérios descritos na Lei 15/2020, dado que o valor total da Reserva Legal iguala o montante do Capital integralmente subscrito;

Reserva de justo valor: a reserva de justo valor regista a variação acumulada líquida de imposto diferido dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;

Responsabilidade com planos de benefícios definidos (Reserva actuarial): a responsabilidade com planos de benefícios definidos

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Passivos contingentes				
Garantias Financeiras	12 467 484 103	12 912 437 453	12 549 587 615	12 994 540 965
Cartas de créditos	2 121 281 310	1 661 689 845	2 121 281 310	1 661 689 845
Linhas de crédito não utilizados	7 416 286 138	8 165 670 340	7 416 286 138	8 165 670 340
	22 005 051 551	22 739 797 638	22 087 155 063	22 821 901 150

Activos financeiros abatidos por cash flows:

	Dez-24	Dez-23
Créditos abatidos com <i>cash flows</i> expirados	3 690 168 254	6 242 967 458
Créditos abatidos com <i>cash flows</i> ainda não expirados	2 638 283 100	2 016 126 992
Total	6 328 451 353	8 259 094 450

As cartas de crédito ou créditos documentários comprometem o Banco a efectuar pagamentos por conta dos seus clientes caso ocorra uma situação específica, geralmente relacionada com a importação ou exportação de bens. As garantias e os créditos documentários, pela sua natureza, encontram-se expostos a risco de crédito semelhante.

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
	Activo			
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	132 873 729	-	-	132.873.729
Aplicações em instituições de crédito (ii)	1 760 888 600	-	-	1.760.888.600
Crédito a clientes (iii)	-	106.501.524	12.326.241	118.827.765
Outros activos	668 942	379.686.938	-	380.355.880
	1 894 431 271	486.188.462	12.326.241	2.392.945.974
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	783 528 290	-	-	783.528.290
Recursos consignados (v)	3 353 179 847	-	-	3.353.179.847
Recursos de clientes	1 456	32.006.281	168.961.898	200.969.635
Outros passivos	3 712 278 176	3.772.308	-	3.716.050.484
	7 848 987 769	35.778.589	168.961.898	8.053.728.256
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	143 443 214	15.345.713	60.378.360	219.167.287
Rendimento de taxas e comissões	-	-	395.598	395.598
	143 443 214	15.345.713	60.773.958	219.562.885
Custos				
Juros e encargos similares	361 578 245	2.773.683	4.443.943	368.795.871
Gastos com taxas e comissões	30 910 795	-	14.367	30.925.162
	392 489 040	2.773.683	4.458.310	399.721.033
Extrapatrimoniais				
Garantias Recebidas	68 142 371	180.000.000	1.081.844.819	1.329.987.190
Garantias Prestadas	2 827 026 661	-	333.856	2.827.360.517
Compromissos com Terceiros	134 064	-	-	134.064
	2 895 303 096	180.000.000	1.082.178.675	4.157.481.771

Crédito a Pessoal Chave inclui Crédito a Habitação, Consumo, Cartões de crédito, Garantias Prestadas, Créditos Documentários e outros créditos do Balanço.

O Crédito concedido a pessoal chave do Banco está de acordo com as condições aprovadas para todos os colaboradores, tanto em termos de prazo como de taxas. O Crédito encontra-se a taxas bonificadas em função do prazo e da finalidade do mútuo, podendo ser fixas ou indexadas à Prime Rate do sistema, dependendo da sua tipologia e em conformidade com a política interna do Banco aplicável a todos os financiamentos a colaboradores.

- Os valores das disponibilidades em outras instituições de crédito correspondem a depósitos à ordem junto do Grupo CGD, no montante de 132.873.729,00 MT (equivalentes a USD 2.079.076,00);
- O montante de 1.760.888.600,00 MT das aplicações em instituições de crédito corresponde à cedência do Banco feita à Caixa Geral de Depósitos;
- O crédito concedido às subsidiárias corresponde ao crédito em conta corrente à IMOBICI, incluindo juros corridos, no valor de 106.501.524,00 MT;
- Os recursos de instituições de crédito dizem respeito a

Reserva actuarial: compreende a variação actuarial em planos de pensão ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário, que havia sido subscrito pelo extinto Banco de Fomento;

Reservas livres: as reservas livres são aquelas que não têm uma utilização pré-estabelecida pelos accionistas, são constituídas quando os accionistas deliberam nesse sentido e podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos, para investimentos e para distribuição aos accionistas; e

Reservas de acções próprias: a reserva de acções próprias regista o montante de dividendos que remuneraram as acções próprias do Banco.

9.35 Rubricas extrapatrimoniais

De forma a satisfazer as necessidades dos seus clientes, o Banco assume diversos compromissos e tem passivos contingentes. Apesar das obrigações associadas poderem não ser reconhecidas no balanço, possuem um risco de crédito inerente e, portanto, constituem uma parte do risco a que o Banco se encontra exposto.

Os passivos contingentes globais do Grupo e do Banco apresentam-se da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Passivos contingentes				
Garantias Financeiras	12 467 484 103	12 912 437 453	12 549 587 615	12 994 540 965
Cartas de créditos	2 121 281 310	1 661 689 845	2 121 281 310	1 661 689 845
Linhas de crédito não utilizados	7 416 286 138	8 165 670 340	7 416 286 138	8 165 670 340
	22 005 051 551	22 739 797 638	22 087 155 063	22 821 901 150

9.36 Partes Relacionadas

Nos termos da IAS 24, são entidades relacionadas aquelas nas quais o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira (Associadas e Subsidiárias) e aquelas que exercem influência significativa sobre a gestão do Banco (Pessoal chave: Membros do Conselho de Administração e Directores Centrais).

Com as entidades relacionadas ocorrem diversas transacções bancárias, depósitos, garantias e outras operações, realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções realizadas durante o ano com as entidades relacionadas e os respectivos saldos em 31 de Dezembro de 2024 eram as seguintes:

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
	Activo			
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	132 873 729	-	-	132.873.729
Aplicações em instituições de crédito (ii)	1 760 888 600	-	-	1.760.888.600
Crédito a clientes (iii)	-	106.501.524	12.326.241	118.827.765
Outros activos	668 942	379.686.938	-	380.355.880
	1 894 431 271	486.188.462	12.326.241	2.392.945.974
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	783 528 290	-	-	783.528.290
Recursos consignados (v)	3 353 179 847	-	-	3.353.179.847
Recursos de clientes	1 456	32.006.281	168.961.898	200.969.635
Outros passivos	3 712 278 176	3.772.308	-	3.716.050.484
	7 848 987 769	35.778.589	168.961.898	

Nos períodos em análise, a rubrica de remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco:

- 189.807.178,00 MT (2023: 180.076.699,00 MT) relativos a remunerações mensais; e
- 90.091.892,00 MT (2023: 100.298.838,00 MT) relativos a outras remunerações.

O valor da contribuição do Banco em 2024 para a segurança social ascendia a 186.917.876,00 MT (2023: 170.323.056,00 MT).

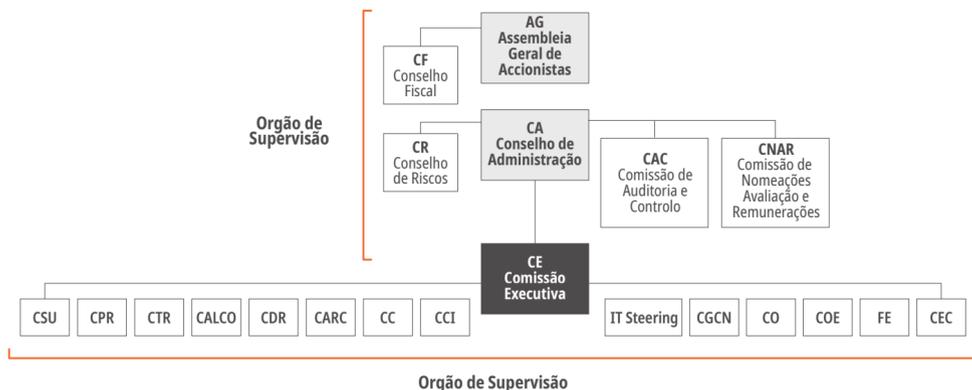
Em 31 de Dezembro de 2023, o montante global dos activos, passivos, gastos e rendimentos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas e membros chave da Gestão tinha a seguinte composição:

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo				
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	187.022.484	-	-	187.022.484
Aplicações em instituições de crédito (ii)	1.727.225.466	-	-	1.727.225.466
Crédito a clientes (iii)	-	122.843.000	583.207.920	706.050.920
Outros activos	-	418.649.808	-	418.649.808
	1.914.247.950	541.492.808	583.207.920	3.038.948.678
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	733.489.160	-	-	733.489.160
Recursos consignados (v)	4.097.469.208	-	-	4.097.469.208
Recursos de clientes	1.455	32.006.281	115.054.603	147.062.339
Outros passivos	5.528.037.530	40.294.234	-	5.568.331.764
	10.358.997.353	72.300.515	115.054.603	10.546.352.471
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	59.184.525	24.337.495	55.182.169	138.704.189
Rendimento de taxas e comissões	-	-	304.258	304.258
	59.184.525	24.337.495	55.486.427	139.008.447
Custos				
Juros e encargos similares	434.736.710	6.914.975	3.706.783	445.358.468
Gastos com taxas e comissões	1.006.575	-	13.206	1.019.781
	435.743.285	6.914.975	3.719.989	446.378.249
Extrapatrimoniais				
Garantias Recebidas	72.168.863	262.103.512	907.493.091	1.241.765.466
Garantias Prestadas	1.916.314.741	-	16.428	1.916.331.169
Compromissos com Terceiros	72.177.727	-	-	72.177.727
	2.060.661.331	262.103.512	907.509.519	3.230.274.362

Abaixo a listagem das entidades relacionadas com o Grupo BCI:

Entidades:	
Caixa Participações SGPS, S.A	Accionista
Caixa Geral de Depósitos, S.A	Accionista
Banco BPI, S.A	Accionista
BPI Moçambique, Sociedade de Investimento, S.A	Associada
IMOBICI, Limitada	Associada

Para uma melhor separação entre as funções de supervisão e de gestão, como recomendam as boas práticas, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Riscos e a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações e a Comissão de Riscos dependem directamente do Conselho de Administração, sendo que os restantes Comitês e Comissões dependem da Comissão Executiva, conforme organograma abaixo:



LEGENDA

CSU	Comité de Sustentabilidade
CPR	Comité de Produtos
CALCO	Comité de Gestão de Capital Activos e Passivos
CDR	Conselho Delegado de Rating
CARC	Comité de Acompanhamento de Risco de Crédito
CC	Conselho de Crédito
CCI	Comité de Custos e Investimentos

LEGENDA

IT Steering	Comité de Sistemas
CGCN	Comité Geral de Continuidade de Negócio
CO	Comité Operacional
COE	Conselho de Operações com o Estrangeiro
FE	Fórum Estratégico
CEC	Comité de Experiência do Cliente

a. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e/ou no capital devido à incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros perante o Banco.

O BCI tem estabelecido um sistema de identificação, avaliação e controlo de risco da sua carteira que abrange todos os segmentos de cliente e é activo, tanto no momento de concessão de crédito, como na monitorização do risco ao longo da vida das operações.

Dada a natureza da actividade bancária, o Risco de Crédito reveste-se de uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A análise específica das operações de crédito segue os princípios e procedimentos estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito para fixar o perfil de risco, essencialmente através da avaliação, entre outros, dos seguintes indicadores:

- Limites de exposição ao Risco de Crédito, capacidade actual de endividamento e avaliação da capacidade previsional de reembolso da dívida com base nos *cash-flows*.

No caso dos clientes particulares, o limite de crédito e a avaliação da capacidade previsional de reembolso da dívida é baseado, entre outros aspectos, no cálculo da taxa de esforço ou da estimativa do valor dos rendimentos/património dos proponentes, fiadores e/ou avalistas.

- Incidentes e incumprimentos, penhoras ou dívidas ao fisco e a segurança social;
- Valor, robustez e liquidez das garantias reais e/ou pessoais para a cobertura do crédito e a consequente mitigação do risco associado em caso de execução por incumprimento.

Estão definidos três níveis essenciais de competências (Conselho de Crédito, Conselho Delegado de Crédito e Instâncias Delegadas) para a aprovação de operações de crédito, consoante esta competência seja originária ou delegada.

Pretende-se com a descentralização das decisões de aprovação de crédito assegurar maior celeridade e eficácia do processo de análise e concessão de crédito, acautelando o risco.

Determina o nível de competência de aprovação de crédito:

9.37 Gestão de Risco

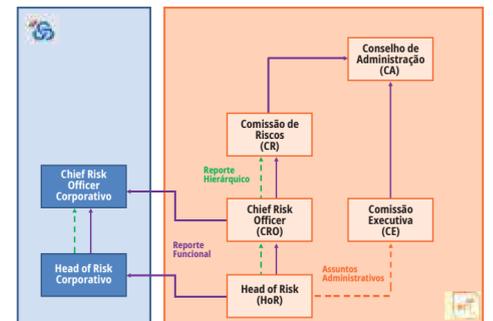
O Conselho de Administração (CA) garante que o sistema de gestão de risco implementado, bem como os processos e medidas destinadas a assegurar que os limites de risco definidos são cumpridos, e são adequados para o correcto desenvolvimento da estratégia do negócio, tendo em conta o perfil e a dimensão do Banco. De acordo com as melhores práticas, e para assegurar o controlo dos riscos incorridos, o Banco tem formalizado o seu apetite pelo risco, aprovado pelo Conselho de Administração através de dois documentos (o Framework de Apetência pelo Risco – Risk Appetite Framework - e a Declaração de Apetência pelo Risco – Risk Appetite Statement) que identificam os riscos relevantes, definem as métricas para a sua avaliação e indicam os limites, os níveis de tolerância para o seu controlo e os respectivos triggers de recuperação.

A gestão do risco constitui para o BCI uma actividade de elevada importância, para a qual se encontram definidos, nas Políticas de Gestão de Risco e no seu Programa de Gestão de Riscos, os princípios orientadores, a estrutura organizativa, as suas responsabilidades e o sistema de avaliação e monitorização. O perfil de risco do Banco é prudente, quer pelas características do modelo de governança da instituição e dos seus principais accionistas financeiros (CGD e BPI), quer pela sua dimensão e antiguidade, quer ainda pela própria exigência regulamentar da supervisão interna e externa. A política de gestão de riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os capitais próprios, sustentabilidade e rentabilidade. Neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos riscos assumem especial relevância.

A função de gestão dos riscos do BCI enquadra-se no modelo base de organização da função corporativa de risco do Grupo CGD e pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria e garantir solidez e eficácia ao sistema de identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez e taxa de juro do balanço) e não financeiros (estratégia e negócio, operacional, IT, reputacional, climático/ambiental, compliance, entre outros) a que o Banco está ou poderá vir a estar exposto.

O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco do BCI é o "Chief Risk Officer" ("CRO"), que reporta hierárquica e funcionalmente à Comissão de Riscos do BCI e ao CRO da CGD e tem total independência em relação à Comissão Executiva. O

CRO é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do Banco e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância aos riscos definidos.



O controlo e acompanhamento dos riscos é efectuado por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco (DGR), sob a responsabilidade directa do "Head of Risk" (HoR). A Direcção de Gestão de Risco desenvolve funções na área da gestão e do controlo dos riscos do Banco, com objectivos de estabilidade, solvabilidade e solidez financeira, garantindo as funções de identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, controlo e reporte dos riscos a que o Banco se encontra exposto e das inter-relações existentes entre eles, por forma a assegurar a coerente integração dos seus contributos parcelares, que aqueles se mantêm ao nível da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração e que não afectarão significativamente a situação financeira da instituição, assegurando continuamente o cumprimento e conformidade com as normas externas e requisitos legais e regulatórios nestas matérias. A DGR coordena a realização de exercícios transversais, no âmbito de processos regulatórios ou enquadrados em iniciativas internas, controla e promove a resolução das recomendações identificadas interna e externamente, contribuindo para a eficácia do Sistema de Controlo Interno, e dissemina e melhora a cultura de risco por todo o Banco, aumentando a eficácia e eficiência na gestão de risco.

- O Limite Acumulado por Cliente/Grupo;
- A verificação de condições de exclusão da Delegação de Competências (por exemplo, existência de crédito irregular, crédito correlacionado).

Posteriormente, o Banco mantém vigilância constante sobre o comportamento da evolução da carteira (por área geográfica, sector de actividade, segmento de Crédito, contraparte, moeda e maturidade), e sobre os resultados e rendibilidades alcançadas face aos riscos assumidos.

Regularmente, são também analisados os créditos problemáticos, o grau da sua cobertura por imparidades/provisões, a evolução dos créditos abatidos ao activo (write-offs) e as recuperações.

Durante o ano, a procura pela melhoria contínua dos processos e procedimentos internos, e pelas melhores práticas e ferramentas para a identificação, avaliação, gestão e controlo do Risco de Crédito, manteve-se como um dos principais objectivos para elevar a qualidade da carteira de crédito do Banco e consequentemente reduzir as probabilidades de perda por incumprimento. Desta forma, foram calibrados os modelos de imparidade em uso, o modelo de rating, a central de balanços, os modelos de *scoring*, bem como a solução de gestão de crédito vencido.

Adicionalmente, no âmbito da Gestão e Controlo do Risco de Crédito e do cumprimento da apetência pelo risco da instituição, foram actualizados os vários normativos inerentes e procedeu-

se a um acompanhamento contínuo da evolução da carteira, com particular enfoque na análise da Concentração do Crédito (cliente/grupo, produto, maturidade, prazo residual, sector de actividade e região), Crédito Correlacionado (accionistas, empresas participadas e do Grupo, e colaboradores) e Crédito em Grandes Riscos (Créditos a Clientes/grupos com exposição igual ou superior a 10% do valor dos Fundos Próprios do Banco), e Crédito em default (NPL/NPE).

Riscos relacionados com o crédito

O BCI coloca Créditos por Assinatura à disposição dos seus Clientes (garantias bancárias e créditos documentários), os quais representam uma obrigação do Banco perante os beneficiários. Estes produtos expõem o Banco a riscos semelhantes aos dos empréstimos por desembolso concedidos e são mitigados através de processos semelhantes.

Exposição máxima ao risco de crédito sem tomar em consideração quaisquer garantias

O quadro abaixo apresenta a exposição máxima ao Risco de Crédito por produto e por sector de actividade. A exposição máxima é apresentada em valores brutos, não tomando em consideração os possíveis efeitos de quaisquer garantias/colaterais.

A exposição máxima, por activo financeiro, em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	80 779 080 185	61 667 286 526	80 779 079 379	61 667 285 720
Disponibilidades sobre instituições de crédito	532 069 542	2 966 357 802	532 066 144	2 966 354 404
Activos financeiros ao custo amortizado	42 742 075 956	39 671 581 100	42 742 075 956	39 671 581 100
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	7 532 079 280	4 207 386 684	7 532 079 280	4 207 386 684
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	22 661 869 264	16 264 393 298	22 661 869 264
Crédito a clientes – Banca de Retalho				
Créditos hipotecários	1 617 154 420	1 732 704 587	1 617 154 420	1 732 704 587
Vendas a prestações e locações financeiras	42 599 907 983	36 631 531 510	42 599 907 983	36 631 531 510
Créditos - Cartão	444 781 235	467 256 876	444 781 235	467 256 876
Outros Créditos e adiantamentos	5 579 609 636	7 103 385 996	5 579 609 636	7 103 385 996
Crédito a clientes - Banca Empresarial e de Investimentos				
Créditos a Grandes Empresas	27 011 286 569	26 849 821 626	27 116 655 639	26 971 495 795
Juros corridos	897 695 166	907 869 172	898 827 620	909 038 003
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:				
- Linhas de crédito não utilizadas	5 422 802 433	5 881 935 807	5 422 802 433	5 881 935 807
- Cartas de crédito	1 430 585 921	1 033 986 252	1 430 585 921	1 033 986 252
- Garantias financeiras	12 250 404 643	12 414 442 672	12 250 404 643	12 414 442 672
	245 103 926 267	224 197 415 874	245 210 423 587	224 320 254

O quadro acima representa o pior cenário de exposição do Grupo e do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro de 2024 e 2023. Relativamente aos activos apresentados no balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor bruto contabilístico, excepto quanto aos itens extrapatrimoniais ao valor nominal, aos quais são aplicados rácios de conversão e outros tratamentos.

O Banco está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de crédito a clientes e dos investimentos em subsidiárias, com base no seguinte:

- Os empréstimos hipotecários e as locações financeiras são suportados por garantias robustas e com valor.

- As grandes empresas têm gestores que acompanham o desempenho, a evolução do negócio dos clientes e outros factores que permitem identificar atempadamente indícios de potenciais incumprimentos.

No conjunto dos activos financeiros, 61,31% (2023: 55,05%) foram emitidos pelo Banco de Moçambique e 37,89% (2023: 44,00%) emitidos pelo Governo de Moçambique, incluindo instrumentos emitidos e/ou garantidos pelo Tesouro.

Garantias e/ou colaterais

Para fazer face ao risco de crédito, o Banco pode aceitar Garantias e/ou Colaterais cujo tipo e valor depende da avaliação do risco de crédito da contraparte.

Estas garantias e/ou colaterais são susceptíveis a desvalorização durante o ciclo de vida do crédito associado, registando-se desta forma uma degradação do seu nível de cobertura. Para acompanhamento do grau de cobertura, devem ser efectuadas avaliações frequentes (por avaliadores independentes), à luz do

Aviso 11/GBM/2013 (máximo de 3 em 3 anos) ou quando o Banco assim o entender.

A tabela abaixo, apresenta os principais tipos de colaterais:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Activos contingentes				
Aval e/ou fiança dos sócios/accionistas e/ou terceiros	10 783 184 836	24 515 266 780	10 783 184 836	24 695 266 780
Carta conforto das empresas-mãe	3 709 001 712	12 393 559 942	3 709 001 712	12 393 559 942
Consignação de rendimentos	55 833 869 029	47 159 335 204	55 833 869 029	47 159 335 204
Garantias prestadas pelo Estado	18 004 618 069	20 020 301 999	18 004 618 069	20 020 301 999
Garantias prestadas por outras instituições de crédito	155 110 244	671 473 843	155 110 244	671 473 843
Hipotecas sobre habitações próprias	8 044 083 233	11 700 241 671	8 044 083 233	11 700 241 671
Hipotecas sobre imóveis industriais e/ou comerciais	15 805 957 910	21 334 562 569	15 805 957 910	21 334 562 569
Outros	24 158 661 480	8 881 644 335	158 661 480	8 881 644 335
Penhor de acções/equipamentos/valores mobiliários	140 000 000	322 571 983	140 000 000	322 571 983
Penhor de depósitos junto do BCI e/ou juntos dos accionistas financeiros (CGD/BPI)	3 021 795 681	5 339 100 198	3 021 795 681	5 339 100 198
	139 656 282 194	152 338 058 524	139 656 282 194	152 518 058 524

Qualidade do crédito por classe de activo

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo o seu valor recuperável reduzido, a menos que haja informação a indicar o contrário. Relativamente a 31 de Dezembro de 2024, o valor era de 8.553.105.553,00 MT (2023: 5.170.846.843,00 MT).

O quadro abaixo representa a qualidade do crédito por classe de activo do Grupo:

Produto	Quantia Escriturada Bruta Colectiva	Quantia Escriturada Bruta Individual	Total Quantia Escriturada	Garantias Líquidas - Colectiva	Garantias Líquidas - Individual	Total Garantias Líquidas	Exposição Colectiva líquida	Exposição Individual líquida	Exposição total líquida
Empréstimos hipotecários	1 586 927 123	30 227 297	1 617 154 420	48 881 532	-	48 881 532	1 538 045 592	30 227 297	1 568 272 889
Vendas a prestações e locações financeiras	42 551 240 031	48 667 952	42 599 907 983	218 826 017	-	218 826 017	42 332 414 014	48 667 952	42 381 081 966
Cartões de Crédito	444 781 235	-	444 781 235	15 990 763	-	15 990 763	428 790 473	-	428 790 473
Outros empréstimos e adiantamentos	4 006 091 881	1 460 113 569	5 466 205 450	672 113 608	-	672 113 608	3 333 978 273	1 460 113 569	4 794 091 842
Empréstimos a grandes empresas	25 496 041 103	1 628 649 652	27 124 690 755	11 936 499 472	1 605 211 267	13 541 710 739	13 559 541 631	23 438 384	13 582 980 016
Total	74 085 081 374	3 167 658 469	77 252 739 843	12 892 311 391	1 605 211 267	14 497 522 658	61 192 769 983	1 562 447 202	62 755 217 185
Juros a receber	883 985 546	13 709 620	897 695 166	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro 2024	74 969 066 919	3 181 368 090	78 150 435 009	12 892 311 391	1 605 211 267,17	14 497 522 658	62 076 755 529	1 576 156 822	63 652 912 351
Em 31 de Dezembro 2023	67 139 928 137	6 552 641 630	73 692 569 767	15 545 166 299	-	15 545 166 299	51 594 761 839	6 552 641 630	58 147 403 468

O quadro abaixo representa a qualidade do crédito por classe de activo do Banco:

Produto	Quantia Escriturada Bruta Colectiva	Quantia Escriturada Bruta Individual	Total Quantia Escriturada	Garantias Líquidas - Colectiva	Garantias Líquidas - Individual	Total Garantias Líquidas	Exposição Colectiva líquida	Exposição Individual líquida	Exposição total líquida
Empréstimos hipotecários	1 586 927 123	30 227 297	1 732 704 587	48 881 532	-	48 881 532	1 538 045 592	30 227 297	1 568 272 889
Vendas a prestações e locações financeiras	42 551 240 031	48 667 952	36 631 531 510	218 826 017	-	218 826 017	42 332 414 014	48 667 952	42 381 081 966
Cartões de Crédito	444 781 235	-	467 256 876	15 990 763	-	15 990 763	428 790 473	-	428 790 473
Outros empréstimos e adiantamentos	4 111 460 951	1 460 113 569	7 102 102 269	672 113 608	-	672 113 608	3 439 347 343	1 460 113 569	4 899 460 912
Empréstimos a grandes empresas	25 496 041 103	1 628 649 652	26 972 513 909	11 936 499 472	1 605 211 267	13 541 710 739	13 559 541 631	23 438 384	13 582 980 016
Total	74 190 450 444	3 167 658 469	72 906 109 151	12 892 311 391	1 605 211 267	14 497 522 658	61 298 139 053	1 562 447 202	62 860 586 255
Juros a receber	885 118 000	13 709 620	898 827 620	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro 2024	75 075 568 443	3 181 368 090	78 256 936 533	12 892 311 391	1 605 211 267,17	14 497 522 658	62 183 257 053	1 576 156 822	63 759 413 875
Em 31 de Dezembro 2023	67 262 771 137	6 552 641 630	73 815 412 767	15 545 166 299	-	15 545 166 299	51 717 604 839	6 552 641 630	58 270 246 468

Decomposição do crédito vencido

Em 31 de Dezembro de 2024, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte composição por classe de incumprimento de acordo com as regras do Banco de Moçambique (Aviso nº 16/GBM/2013), segundo as quais a exposição integral da operação é classificada como vencida se pelo menos uma prestação de capital e/ou juros registar atrasos a partir de um (1) dia²:

	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito Vencido						
Valor Bruto	8 553 105 554	1 660 366 310	352 762 537	1 347 367 539	5 166 201 414	17 079 803 354
Imparidade	(301 981 210)	(807 280 637)	(223 324 439)	(1 109 907 514)	(562 517 702)	(3 005 011 502)
	8 251 124 344	853 085 674	129 438 098	237 460 025	4 603 683 712	14 074 791 852

Não estão incluídas provisões para crédito de cobrança duvidosa e para o risco do país.

Em 31 de Dezembro de 2023, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte composição por classe de incumprimento:

	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito Vencido						
Valor Bruto	5 170 846 843	293 587 638	546 660 129	1 167 464 555	6 043 846 029	13 222 405 194
Imparidade	(545 865 165)	(149 510 198)	(296 239 261)	(816 061 283)	(1 648 205 990)	(3 455 881 898)
	4 624 981 678	144 077 441	250 420 868	351 403 271	4 395 640 039	9 766 523 297

Não estão incluídas provisões para crédito de cobrança duvidosa e para o risco do país.

Imparidade

O modelo de imparidade do crédito, desenvolvido pelo BCI no âmbito da IFRS 9, permite mensurar as perdas esperadas (imparidade) segundo a qualidade do crédito dos mutuários, o segmento de risco em que se encontram classificados e atendendo ao nível dos colaterais existentes, mediante a afectação dos créditos aos seguintes macro segmentos:

- Stage 1** - Crédito em cumprimento, sem indícios de degradação significativa do risco de crédito;
- Stage 2** - Crédito sem incumprimento, mas em que foram identificados critérios de degradação significativa do risco de crédito. Neste segmento estão incluídas as

reestruturações por dificuldades financeiras do cliente que não tenham activado critérios de incumprimento;

- Stage 3** - Crédito em incumprimento (default).

Os factores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito (PD a 12 meses, PD lifetime, LGD, Maturidade Comportamental e Credit Conversion Factor) são actualizados anualmente e são objecto de backtesting e de ajustamentos point-in-time para garantir que reflectem adequadamente as condições de mercado.

Os cenários macroeconómicos que suportam a vertente forward-looking dos factores de risco são actualizados também anualmente, considerando as projecções macroeconómicas mais recentes disponibilizadas pela CGD em conjugação com as disponibilizadas por Outras Instituições (por exemplo, pelo FMI, Banco Mundial e Banco de Moçambique). No cálculo de imparidade são considerados três cenários macroeconómicos (favorável, central e adverso) cuja ponderação é definida pelo Gabinete de Estudos da CGD/BCI.

Cenário Base: 60%

Cenário Favorável: 20%

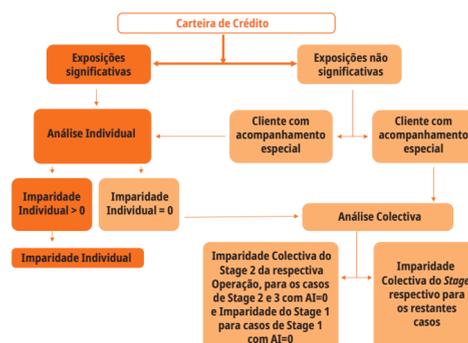
Cenário Adverso: 20%

O modelo de imparidade do crédito mantém os conceitos de imparidade colectiva e de imparidade individual, conforme descritos em baixo:

- Análise Colectiva de Imparidade** - para as exposições consideradas individualmente não significativas determina-se a perda esperada por subsegmentos de risco, que englobam activos com características de risco similares (segmento de crédito, tipo de crédito ou finalidade, histórico de comportamento de pagamento, entre outras);
- Análise Individual de Imparidade** - nos clientes com exposições consideradas individualmente significativas é efectuada uma avaliação individual. O processo envolve as áreas comerciais do Banco, a Direcção de Análise de Crédito, Direcção de Recuperação de Crédito e Direcção de Gestão de Risco, com uma validação final pelo Conselho de Crédito.

Avaliação de imparidade

De acordo com IFRS 9, todos os créditos devem ser submetidos à avaliação de imparidade. O esquema abaixo sintetiza o processo de cálculo de imparidades no BCI.



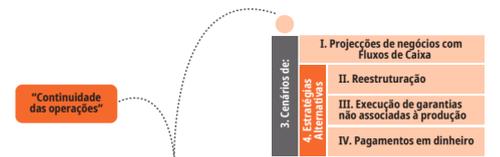
Análise Individual

O Banco determina a imparidade individual adequada para cada crédito com exposição significativa numa base individual através da avaliação de diversos factores, tais como, a evolução financeira histórica da contraparte, o seu plano de negócio futuro, a capacidade de melhoria do seu desempenho económico após o surgimento de alguma dificuldade económica, a existência de outras fontes de suporte financeiro e o valor realizável de garantias/colaterais recebidas.

Em termos de metodologia de análise individual de imparidade, o BCI observa as seguintes dimensões:

- Abordagem Going Concern** (empresa em actividade, não sendo previsível a sua liquidação) - o devedor irá continuar a gerar fluxos de caixa operacionais que podem ser utilizados para o reembolso da dívida a todos os credores. Adicionalmente, o colateral pode ser considerado na medida em que não influencie os fluxos de caixa operacionais. Esta abordagem é considerada mais provável se os fluxos de caixa futuros do devedor são materiais e podem ser estimados de forma fiável e/ou se o nível de colateralização da exposição é limitado.

De forma resumida, a imagem abaixo evidencia as quatro estratégias possíveis nesta abordagem:



- Abordagem Gone Concern** (empresa em liquidação ou com risco de liquidação) - o colateral é executado e cessam os fluxos de caixa operacionais da entidade.

De forma resumida, a imagem abaixo sintetiza as estratégias possíveis:



No cenário de execução de garantias, o analista responsável pela análise individual deve estimar os parâmetros abaixo para apurar os fluxos de caixa que cobrirão o valor em dívida:

- Tempo de reposição;
- Valor futuro esperado;
- Tempo adicional para vender;
- Desconto da venda; e
- Custos incorridos.

As fichas de análise individual têm uma validade anual para exposições classificadas no Nível 1 (Stage 1), semestral e trimestral para exposições classificadas nos Níveis 2 e 3 (Stage 2 e 3), respectivamente, não invalidando a sua actualização pontual desde que existam eventos de perda ou alterações significativas na envolvente do cliente que assim o determinem.

No contexto da avaliação individual de imparidade dos clientes com grande exposição, a análise está centrada, essencialmente, nas seguintes dimensões:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Banco;
- Avaliação da situação económico-financeira actual e prospectiva;
- Perspectivas sobre a evolução da actividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos no sistema financeiro;

² Nos casos de reestruturação sem o pagamento de juros/capital vencidos e/ou reforço de garantias, a contagem dos dias de atraso não deve ser interrompida.

- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento do cliente.

Para as exposições significativas avaliadas individualmente em que não foram identificadas situações objectivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma imparidade colectiva em conformidade com os factores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

Análise colectiva

O Banco efectua a avaliação da imparidade colectiva para todos os créditos que não tenham individualmente exposição significativa, bem como para créditos com exposição significativa para os quais não existe prova objectiva de imparidade individual.

A avaliação é efectuada mediante a desagregação dos créditos em segmentos homogéneos de risco. O cálculo da *Expected Credit Loss* (ECL) através de análise colectiva tem por base parâmetros de risco como *Credit Conversion Factor* (CCF), Probabilidade de *Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e Maturidade Comportamental (BM) e pressupõe uma projecção de fluxos de caixa associados ao contrato para cálculo da exposição em determinado período.

Probabilidade de default

A Probabilidade de *Default* (PD) é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. De acordo com a metodologia desenvolvida para cálculo de ECL, a probabilidade de incumprimento associada a uma operação deve ser estimada seguindo duas abordagens distintas: estimação da PD *Lifetime* considerando a vida útil da operação e estimação da PD a 12 meses. Ambas as estimativas de PD representam a probabilidade de a operação de crédito entrar em incumprimento até à maturidade da operação ou ao período de tempo considerado para cálculo. A PD *Lifetime*, estimada ao longo da maturidade, é aplicável apenas a operações em que se verifique uma deterioração significativa do risco de crédito associado (e consideradas em *Stage 2*), enquanto a PD a 12 meses é aplicada a operações identificadas em *Stage 1*.

As curvas de PDs são calculadas com base nas informações históricas das operações de crédito do Banco (7,5 anos).

O comportamento dos créditos no passado e as taxas de incumprimento observadas (ODR's - *Observed Default Rates*), ajustadas com base nas previsões macroeconómicas (*forward looking*), são aspectos utilizados para estimar o desempenho futuro das operações com características semelhantes, ou seja, do mesmo segmento de risco.

Actualmente, o Banco tem definido os seguintes segmentos:

- Instituições Financeiras, Sector Público, Empresas do Grupo e Institucionais
- Grandes e Médias empresas
- Pequenos Negócios
- Consumo
- Habitação
- Cartões de Crédito
- Descobertos
- Outros Créditos

As características dos contratos são configuradas pelo Banco e servem como parâmetros para segmentar a carteira de crédito. Recorrendo a métodos estatísticos, o Banco calcula as curvas de PDs para cada segmento e nível de imparidade.

Loss Given default

A *Loss Given Default* (LGD), ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Banco

espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de incumprimento, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.

Todos os créditos com pelo menos um incumprimento observado, dentro do período histórico seleccionado, são utilizados para o cálculo estatístico da LGD. No caso das LGDs, o objecto do estudo estatístico não é o próprio crédito, mas sim cada estado de incumprimento, o que significa que cada entrada “nova” no estado de incumprimento é considerada como uma nova observação. Assim, as observações tomadas em consideração para o cálculo de LGDs serão o número de entradas e reentradas em incumprimento para cada empréstimo de todo o portfólio. Importa referir que esta estimação é alvo da incorporação da componente de *forward looking* e sujeita ao exercício de *backtesting*.

A metodologia de cálculo das LGDs baseia-se na identificação de estratégias de recuperação após a observação do incumprimento. Para cada uma das estratégias de recuperação e para cada segmento será calculada uma LGD, com base nos seguintes parâmetros:

- Probabilidade da estratégia – representa a probabilidade de um crédito que está em incumprimento atingir um determinado perfil de recuperação. Para o cálculo da probabilidade são utilizados dados históricos de incumprimentos observados (7,5 anos) ponderados pela exposição em caso de incumprimento;
- Perda por estratégia – representa a perda esperada para uma estratégia específica. Para o cálculo da probabilidade são utilizados dados históricos de recuperações observadas (7,5 anos) ponderados pela exposição em caso de incumprimento.

Adicionalmente a metodologia actual de LGD pode ser dividida em dois tipos de LGD:

- LGD *cash* - corresponde à LGD baseada nas probabilidades de perda observadas para esse segmento, uma vez que as perdas são calculadas com base na diferença entre o montante em dívida de cada mês após a data de incumprimento;
- LGD colateral - LGD apurada com base no cálculo do montante futuro que se espera vir a recuperar através do colateral, actualizado para o momento actual.

Credit Conversion Factor

O *Credit Conversion Factor* (CCF), ou factor de conversão de crédito, representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao default. A metodologia desenvolvida pelo Banco é aplicada a operações com limites de utilização de crédito revolving, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.

Behavioural Maturity

Behavioural Maturity (BM), ou maturidade comportamental, pretende identificar o período durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida (e.g. Créditos Revolving). Desta forma, a metodologia definida pressupõe que a maturidade comportamental seja estimada para os seguintes tipos de crédito: Descobertos, Contas Correntes e Cartões de Crédito. Os factores de risco são actualizados anualmente com base em informação histórica.

A imparidade de acordo com o modelo pode ser verificada abaixo:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Imparidade patrimonial				
- Imparidade individual	2 108 856 295	1 741 993 186	2 108 856 295	1 741 993 186
- Imparidade colectiva	4 680 661 297	4 785 683 790	4 680 661 297	4 785 683 790
	6 789 517 592	6 527 676 976	6 789 517 592	6 527 676 976
Imparidade extrapatrimonial				
	54 402 681	107 429 883	54 402 681	107 429 883
	54 402 681	107 429 883	54 402 681	107 429 883

A imparidade Colectiva a 31 de Dezembro de 2024 inclui o saldo de *Overlays* de 2.317.548.757,00 MT (2023: 1.376.409.779,00 MT).

O Banco mantém um saldo de *Overlays* nas suas contas para fazer face à potencial degradação do risco da carteira de crédito no actual contexto económico, com base na análise de sensibilidade efectuada sobre a potencial migração para *Stage 2* de créditos com *rating* entre 1/10 a 4/10, e para *Stage 3* no caso de créditos com *rating* entre 5/10 a 10/10, classificados nos sectores de actividade que foram mais gravemente impactados pelas manifestações associadas à tensão pós-eleitoral. O *overlay*

inclui igualmente uma cobertura adicional para Títulos de Dívida Soberana e Crédito Directo e com aval do Estado, como resultado do potencial *downgrade* de 3 notches no rating do país por parte da Moody's, após a materialização do *downgrade* para “*Selective Default*” para a Dívida Soberana em moeda nacional pela Standard&Poor's a 21 de Março 2025, conforme detalhado na secção “Exposição à Dívida Soberana” mais adiante.

A análise do crédito bruto a clientes por classe apresenta-se como se segue, para o Banco:

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2024

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	1 623 665 028	1 499 297 127	24 072 905	100 294 997
<i>Do qual reestruturado</i>	41 890 847	-	-	41 890 847
Crédito ao consumo	42 969 292 923	40 341 323 504	1 509 711 658	1 118 257 761
<i>Do qual reestruturado</i>	300 840 000	-	42 858 927	257 981 074
Outros créditos a particulares	759 235 198	551 830 685	89 219 577	118 184 937
<i>Do qual reestruturado</i>	68 646 285	-	24 972 422	43 673 863
Total de crédito a particulares	45 352 193 149	42 392 451 315	1 623 004 139	1 336 737 695
Crédito a grandes e médias empresas	24 298 471 626	14 863 259 734	6 092 230 568	3 342 981 323
<i>Do qual reestruturado</i>	5 988 401 011	-	5 381 000 304	607 400 706
Crédito a pequenos negócios	411 154 733	198 861 118	124 380 483	87 913 132
<i>Do qual reestruturado</i>	47 817 450	-	6 157 774	41 659 676
Crédito a Institucionais	8 195 117 025	381 862 305	7 813 254 720	-
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	32 904 743 384	15 443 983 157	14 029 865 771	3 430 894 456
Total	78 256 936 533	57 836 434 472	15 652 869 911	4 767 632 150

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2023

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	1 740 686 475	1 590 130 786	37 757 075	112 798 613
<i>Do qual reestruturado</i>	52 813 520	-	4 208 480	48 605 040
Crédito ao consumo	36 952 928 453	33 459 294 989	2 426 838 929	1 066 794 536
<i>Do qual reestruturado</i>	580 931 705	-	294 006 555	286 925 150
Outros créditos a particulares	1 022 740 581	722 470 171	109 960 146	190 310 264
<i>Do qual reestruturado</i>	110 662 621	-	27 520 289	83 142 331
Total de crédito a particulares	39 716 355 509	35 771 895 946	2 574 556 151	1 369 903 413
Crédito a grandes e médias empresas	24 699 155 395	14 125 320 005	6 232 175 882	4 341 659 508
<i>Do qual reestruturado</i>	6 776 774 094	-	5 685 179 770	1 091 594 324
Crédito a pequenos negócios	466 057 785	265 405 764	71 543 184	129 108 836
<i>Do qual reestruturado</i>	75 392 190	-	22 936 714	52 455 476
Crédito a Institucionais	8 933 844 077	6 961 889 002	1 958 681 642	13 273 434
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	34 099 057 258	21 352 614 771	8 262 400 708	4 484 041 779
Total	73 815 412 767	57 124 510 717	10 836 956 858	5 853 945 192

As imparidades por classe apresentam-se como segue:

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2024

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	92 845 647	4 857 020	2 720 629	85 267 998
<i>Do qual reestruturado</i>	41 885 690	-	-	41 885 690
Crédito ao consumo	1 473 129 154	637 230 739	49 343 607	786 554 808
<i>Do qual reestruturado</i>	209 307 096	-	1 709 252	207 597 844
Outros créditos a particulares	122 013 090	6 597 163	12 025 801	103 390 126
<i>Do qual reestruturado</i>	41 465 837	-	4 231 114	37 234 722
Total de crédito a particulares	1 687 987 891	648 684 922	64 090 037	975 212 932
Crédito a grandes e médias empresas	4 127 595 978	97 225 236	1 744 183 901	2 286 186 841
<i>Do qual reestruturado</i>	715 390 802	-	128 474 895	586 915 907
Crédito a pequenos negócios	85 981 390	3 241 037	4 011 696	78 728 657
<i>Do qual reestruturado</i>	41 079 447	-	583 631	40 495 816
Crédito a Institucionais	887 952 333	2 364 492	885 587 841	-
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	5 101 529 701	102 830 765	2 633 783 438	2 364 915 499
Total	6 789 517 592	751 515 687	2 697 873 475	3 340 128 431

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2023

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	71 157 634	10 205 760	4 257 435	56 694 439
<i>Do qual reestruturado</i>	27 301 700	-	620 130	26 681 569
Crédito ao consumo	1 454 055 396	680 263 852	83 573 687	690 217 857
<i>Do qual reestruturado</i>	216 896 200	-	11 545 996	205 350 204
Outros créditos a particulares	172 672 858	11 094 671	14 318 924	147 259 263
<i>Do qual reestruturado</i>	74 536 305	-	3 966 877	70 569 428
Total de crédito a particulares	1 697 885 887	701 564 283	102 150 045	894 171 559
Crédito a grandes e médias empresas	4 614 495 308	134 840 891	2 382 748 603	2 096 905 814
<i>Do qual reestruturado</i>	1 940 256 650	-	964 105 680	976 150 970
Crédito a pequenos negócios	121 915 866	3 346 318	9 067 758	109 501 790
<i>Do qual reestruturado</i>	48 199 538	-	2 818 197	45 381 341
Crédito a Institucionais	93 379 914	32 797 295	60 435 799	146 819
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	4 829 791 088	170 984 504	2 452 252 161	2 206 554 423
Total	6 527 676 976	872 548 787	2 554 402 206	3 100 725 983

Crédito a cliente por sector, no *stage 3*, apresenta-se como segue:

Sector	Dez-24		Dez-23	
	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3
Agricultura	21 331 942	18 731 815	410 232 114	116 557 698
Comércio e serviços	2 165 024 751	1 213 065 941	2 465 207 161	804 410 113
Construções	25 495 555	19 561 610	61 125 238	48 023 000
Ensino e educação	412 934 288	351 759 069	459 626 845	281 112 854
Hotelaria e Turismo	151 099 380	145 683 237	318 891 065	287 054 517
Industria	321 675 446	301 384 183	234 552 178	212 009 514
Outros sectores empresariais	292 313 328	276 768 893	518 267 158	444 326 490
Particulares	1 336 166 565	974 906 190	1 369 304 721	893 949 583
Transportes	41 590 896	38 267 493	16 738 711	13 282 215
Total	4 767 632 150	3 340 128 431	5 853 945 192	3 100 725 983

Crédito a cliente por produtos, no *stage 3*, apresenta-se como se segue:

Sector	Dez-24		Dez-23	
	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3
Cartões de crédito	29 435 926	23 469 857	34 923 403	26 923 623
Contas Correntes Caucionadas	272 521 992	269 469 807	322 050 177	263 224 362
Crédito Geral/Financiamento	1 817 288 204	898 562 845	2 392 145 393	540 343 479
Crédito de rendas	2 438 986 074	1 984 412 761	2 992 039 048	2 204 635 135
Descobertos	86 464 326	60 162 804	61 122 345	42 819 963
Livranças	1 204 062	819 695	25 632 759	15 499 162
Leasing	121 731 567	103 230 661	26 032 066	7 280 258
Total	4 767 632 150	3 340 128 431	5 853 945 192	3 100 725 983

Crédito a cliente por colateral, no *stage 3*, apresenta-se como se segue:

Sector	Dez-24			Dez-23		
	Crédito - Stage 3	Colateral	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Colateral	Imparidades Stage 3
Aval (outros)	131 731 620	167 116 983	124 472 747	168 474 463	293 129 135	147 578 902
Aval do Estado	1 607 416 902	3 868 744 346	690 923 427	1 737 016 961	3 932 038 958	198 724 355
Hipotecas de Imóveis	1 518 168 589	1 420 735 257	1 384 058 327	2 159 707 411	2 535 774 010	1 440 275 926
Outras Garantias	1 025 838 513	1 303 528 121	707 437 495	1 038 646 487	1 513 325 785	673 092 539
Penhor de depósitos no BCI	5 090 674	4 560 625	564 763	2 478 028	4 222 105	81 836
Penhor de Equipamentos	-	-	-	201 611 460	14 656 028	200 872 364
Sem garantia	479 385 852	38 456 099	432 671 671	546 010 383	70 653 907	440 100 061
Total	4 767 632 150	6 803 141 431	3 340 128 431	5 853 945 192	8 363 799 928	3 100 725 983

Valores recuperados por Colaterais

Tipo de Colateral	Dez-24	Dez-23
Hipotecas de Imóveis	37 009 428	3 500 000
Penhor de depósitos no BCI	94 875 000	39 051 057

A transferência entre stages apresenta-se como segue:

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Saldo no início do período	6 527 676 976	872 548 787	2 554 402 206	3 100 725 983
Stage 1				
Transferência do Stage 2 para 1	(48 109 975)	14 571 278	(62 681 253)	-
Transferência do Stage 3 para 1	(131 734 069)	2 439 548	-	(134 173 616)
Stage 2				
Transferência do Stage 1 para 2	55 563 905	(47 635 293)	103 199 198	-
Transferência do Stage 3 para 2	(99 929 832)	-	13 807 609	(113 737 442)
Stage 3				
Transferência do Stage 1 para 3	317 665 176	(9 230 318)	-	326 895 494
Transferência do Stage 2 para 3	150 093 118	-	(16 769 280)	166 862 398
Créditos abatidos	(1 040 529 282)	-	-	(1 040 529 282)
Aumento e diminuição de imparidades	1 058 821 575	(81 178 314)	105 914 993	1 034 084 896
Saldo no fim do período	6 789 517 592	751 515 687	2 697 873 475	3 340 128 431

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro 2023

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Saldo no início do período	7 568 598 045	1 054 842 844	2 014 797 539	4 498 957 661
Stage 1				
Transferência do Stage 2 para 1	(137 153 076)	12 730 878	(149 883 955)	-
Transferência do Stage 3 para 1	(17 945 473)	327 472	-	(18 272 945)
Stage 2				
Transferência do Stage 1 para 2	8 431 219	(135 058 879)	143 490 098	-
Transferência do Stage 3 para 2	(47 948 777)	-	10 367 590	(58 316 367)
Stage 3				
Transferência do Stage 1 para 3	491 477 887	(9 210 877)	-	500 688 765
Transferência do Stage 2 para 3	322 488 967	-	(59 740 710)	382 229 678
Créditos abatidos	(3 095 860 059)	-	-	(3 095 860 059)
Aumento e diminuição de imparidades	1 435 588 242	(51 082 652)	595 371 644	891 299 250
Saldo no fim do período	6 527 676 976	872 548 787	2 554 402 206	3 100 725 983

Análise de sensibilidade

Com o objectivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas no cálculo da imparidade são realizadas as seguintes análises de sensibilidade relativamente à Imparidade Colectiva:

- Aumento de 5% nas curvas PD;
- Aumento de 5% nas curvas LGD.

	Cenário Aprovado	Cenário Aumento PD	Cenário Aumento da LGD
Imparidade Consolidada	6 843 920 258	6 884 280 561	6 966 305 234
Impactos	-	40 360 303	82 024 673
Impacto total		122 384 975	

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de crédito a clientes no Banco:

	Banco					Total
	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos cartões	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	
Crédito vencido						
Saldo no início do ano	47 303 796	584 272 306	16 921 971	243 364 384	2 564 019 441	3 455 881 898
Contas fechadas com imparidade	-	-	-	-	1 429 770 315	1 429 770 315
Imparidade líquida do exercício	28 250 001	72 499 315	(1 028 095)	(77 753 417)	(1 902 608 515)	(1 880 640 711)
Em 31 de Dezembro de 2024	75 553 797	656 771 621	15 893 876	165 610 967	2 091 181 241	3 005 011 502
Crédito vincendo						
Saldo no início do ano	23 509 987	869 669 193	14 646 234	19 656 135	2 144 313 529	3 071 795 078
Imparidade líquida do exercício	(6 218 138)	(53 311 659)	(3 440 718)	(4 372 028)	780 053 555	712 711 012
Em 31 de Dezembro de 2024	17 291 850	816 357 533	11 205 516	15 284 107	2 924 367 085	3 784 506 090
	92 845 647	1 473 129 154	27 099 392	180 895 074	5 015 548 326	6 789 517 592

Modelos de Rating

O Banco dispõe de Modelos de notação de risco para o segmento de empresas não financeiras, com o objectivo de avaliar a capacidade creditícia de determinado cliente, através da atribuição de uma classificação de risco associada à probabilidade de o cliente entrar em incumprimento no horizonte temporal de 12 meses.

Assim, e tendo em consideração a informação financeira disponível, o modelo é misto, considerando o desenvolvimento e integração de duas componentes individuais – heurística e estatística.



Adicionalmente, existe uma componente complementar qualitativa, baseada no preenchimento de um questionário de análise qualitativa que, ainda que não seja integrado no *rating* final atribuído pelo modelo, é aplicado como informação complementar de suporte à decisão final da notação de *rating* atribuída pelo modelo misto.

Para o efeito, a carteira de clientes de empresas não financeiras é discriminada em 3 segmentos:

- ✓ Grandes Empresas,
- ✓ Médias Empresas, e
- ✓ Pequenos Negócios.

Exposição (crédito patrimonial e extrapatrimonial) por notação de *rating*:

Rating (Mscale)	PD (Mscale)	31 de Dezembro de 2024				
		Segmento (MZN)			Total	%
		GE	ME	PN		
1	0,54%	9 733 787 144	228 823 932	117 727 670	10 080 338 746	25,01%
2	1,12%	12 558 854 062	556 153 185	-	13 115 007 247	32,53%
3	2,30%	-	-	44 544 482	44 544 482	0,11%
4	4,67%	3 460 932 705	779 746 681	-	4 240 679 386	10,52%
5	9,24%	2 486 236 221	335 666 376	236 965 773	3 058 868 370	7,59%
6	17,48%	906 286 156	155 251 726	34 820 702	1 096 358 584	2,72%
7	30,60%	-	42 267 875	10 604 820	52 872 695	0,13%
8	47,85%	4 799 358 500	338 529 366	-	5 137 887 866	12,75%
9	65,62%	-	-	10 259 137	10 259 137	0,03%
10	79,89%	-	-	8 426 089	8 426 089	0,02%
D	N/A	2 688 695 241	671 470 930	105 115 737	3 465 281 908	8,60%
Total		36 634 150 029	3 107 910 071	568 464 410	40 310 524 510	100,0%

Rating (Mscale)	PD (Mscale)	31 de Dezembro de 2023				
		Segmento (MZN)			Total	%
		GE	ME	PN		
1	0,54%	12 099 298 736,00	588 501 278,00	80 436 408,00	12 768 236 421,00	30,40%
2	1,12%	6 106 703 770,00	564 841 591,00	-	6 671 545 361,00	15,90%
3	2,30%	-	-	36 755 774,00	36 755 774,00	0,10%
4	4,67%	8 794 947 532,00	858 989 704,00	-	9 653 937 236,00	23,00%
5	9,24%	868 486 733,00	223 439 686,00	44 447 407,00	1 136 373 826,00	2,70%
6	17,48%	566 814 504,00	556 703 955,00	26 375 638,00	1 149 894 097,00	2,70%
7	30,60%	445 603 477,00	137 220 366,00	213 463 213,00	796 287 056,00	1,90%
8	47,85%	5 068 938 627,00	136 678 562,00	-	5 205 617 189,00	12,40%
9	65,62%	-	-	12 117 922,00	12 117 922,00	0,00%
10	79,89%	-	-	2 154 585,00	2 154 585,00	0,00%
D	N/A	3 571 225 014,00	880 168 738,00	145 210 398,00	4 596 604 150,00	10,90%
Total		37 522 018 392,00	3 946 543 880,00	560 961 345,00	42 029 523 618,00	100,0%

Exposição à Dívida Soberana

Enquadramento

A perturbação pós-eleitoral impactou negativamente na colecta fiscal e consequentemente na liquidez disponível do Governo de Moçambique. De facto, a interrupção das actividades económicas e as limitações nas cobranças fiscais vieram a agravar a situação orçamental e os atrasos no pagamento de dívida soberana.

Como consequência, algumas das agências de *rating* que cobrem a realidade moçambicana, vieram a reduzir a classificação de crédito soberano em moeda local em Moçambique, bem como alterar o *outlook* da mesma, destacando-se a Standard & Poors (S&P) que baixou o *Rating* do País nesta moeda para o *Selective Default* (SD) e o *outlook* para negativo.

Uma classificação SD é atribuída quando a S&P verifica que o devedor incumpriu numa emissão específica ou numa classe de obrigações, mas continuará a cumprir as suas obrigações de pagamento sobre outras emissões ou classes de obrigações, em tempo útil.

Este enquadramento veio a determinar por parte do Banco uma abordagem mais conservadora do que a adoptada em anos anteriores para o risco de crédito soberano.

Composição da exposição soberana:

A exposição (patrimonial e/ou extrapatrimonial) ao Estado moçambicano, a 31 de Dezembro de 2024 apresentava a seguinte tipologia:

- ✓ Crédito directo ao Estado;
- ✓ Crédito com aval do Estado;
- ✓ Obrigações do Tesouro; e
- ✓ Bilhetes do Tesouro.

Classificação dos Instrumentos financeiros:

A maior parte da exposição soberana tem por base o modelo de negócio do Banco enquadrado nas IFRS 9 como *hold to collect*, sendo por isso mensurada ao custo amortizado, representando 88% da exposição. Os restantes 12% das obrigações e bilhetes do tesouro são geridos tendo por base o modelo de negócio *hold to collect and sale*, estando por isso mensuradas ao justo valor sendo as respetivas variações contabilizadas em outro rendimento integral.

Avaliação do aumento significativo do risco de crédito (*staging*):
Para avaliar o potencial aumento significativo do risco de crédito desta exposição, o Banco segue os mesmos critérios da restante carteira de ativos financeiros.

Em linhas gerais, o aumento significativo do risco de crédito desta carteira tem em conta os eventos de risco registados pela contraparte e/ou na operação, tanto quantitativos como qualitativos, como por exemplo:

- ✓ Operações reestruturadas por dificuldades financeiras que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- ✓ Operações com atrasos superiores a 30 dias;
- ✓ Operações com indicador de insolvência activo que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- ✓ Atrasos no pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social;
- ✓ Cliente com eventual necessidade de alterações contratuais por dificuldades financeiras face ao aumento dos preços da energia;
- ✓ Clientes que apresentem uma degradação significativa do risco de crédito, avaliada através da comparação PD *Lifetime Forward Looking* da operação à data de relato face à PD *Lifetime Forward Looking* à data de reconhecimento inicial.

Não obstante a ausência dos eventos acima mencionados para a maior parte da carteira soberana, o *downgrade* do *Rating* S&P para SD, determinou que, a 31 de Dezembro de 2024, o Banco adoptasse uma perspectiva mais conservadora. Mantendo a Moody's como referência, a abordagem utilizada pelo Banco foi a seguinte:

- a) a exposição do BCI a:
 - a.1) OTs foi classificada em *stage 3*;
 - a.2) BTs foi classificada em *stage 2*;
 - a.3) crédito directo ao Estado ou avalizada por este migrou toda para *stage 2* se o *stage* em que se encontrasse fosse inferior;
- b) para todas as exposições classificadas em *stage 2* para cálculo da perda de crédito esperada considerou-se uma PD *lifetime* associada ao *rating* do país;
- c) No que respeita às exposições em *stage 3*, o cálculo da perda de crédito esperada teve por base o valor recuperável considerando diferentes cenários de recuperação.

Da exposição classificada em *stage 3*, parte significativa (92%) correspondia a carteira de Obrigações do Tesouro, títulos com evento que contribuiu para a classificação em SD pela S&P.

Decorrente do *downgrade* pela S&P, o banco implementou como medida conservadora a classificação da restante carteira soberana em *stage 2*, da qual 81% corresponde a Bilhetes do Tesouro.

Apuramento das perdas esperadas de crédito:

Conforme referido, no cálculo das perdas esperadas de crédito da exposição soberana a 31 de Dezembro de 2024 foi utilizada uma metodologia diferenciada da restante carteira, considerando entre outros factores, o *rating* da Moody's equiparado ao *rating* atribuído pela S&P, assim como se adoptou uma PD *life time*.

Resumo da exposição soberana e detalhe da imparidade total registada por *stage*, para os exercícios apresentados:

Tipo de exposição	Stage	Dez.23			Dez.24			Variação	
		Exposição	Imparidade	Cobertura	Exposição	Imparidade	Cobertura	Exposição	Imparidade
Crédito Directo	1	2 361 101 380	27 203 536	1,2%	0	0	0,0%	-2 361 101 380	-27 203 536
	2	1 006 750 130	11 691 421	1,2%	3 649 927 351	285 563 973	7,8%	2 643 177 221	273 872 552
	3	13 268 761	146 109	1,1%	0	0	0,0%	-13 268 761	-146 109
	Subtotal	3 381 120 271	39 041 066	1,2%	3 649 927 351	285 563 973	7,8%	268 807 080	246 522 907
Crédito com Aval do Estado	1	12 276 616	1 701 730	13,9%	0	0	0,0%	-12 276 616	-1 701 730
	2	5 025 168 951	907 431 854	18,1%	4 604 513 555	801 638 627	17,4%	-420 655 396	-105 793 227
	3	1 737 016 961	198 724 355	11,4%	1 607 416 902	690 923 427	43,0%	-129 600 059	492 199 072
	Subtotal	6 774 462 528	1 107 857 938	16,4%	6 211 930 457	1 492 562 054	24,0%	-562 532 071	384 704 115
Crédito + Avalizado (Estado)	10 155 582 799	1 146 899 004	11,3%	9 861 857 808	1 778 126 027	18,0%	-293 724 991	631 227 022	
Obrigações de Tesouro	1	19 510 144 768	229 070 613	1,2%	0	0	0,0%	-19 510 144 768	-229 070 613
	2	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0
	3	0	0	0,0%	19 319 194 275	1 982 673 439	10,3%	19 319 194 275	1 982 673 439
	Subtotal	19 510 144 768	229 070 613	1,2%	19 319 194 275	1 982 673 439	10,3%	-190 950 493	1 753 602 826
Bilhetes de Tesouro	1	24 329 329 167	1 584 704	0,0%	0	0	0,0%	-24 329 329 167	-1 584 704
	2	0	0	0,0%	34 697 720 000	1 159 875 236	3,3%	34 697 720 000	1 159 875 236
	3	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0
	Subtotal	24 329 329 167	1 584 704	0,0%	34 697 720 000	1 159 875 236	3,3%	10 368 390 833	1 158 290 532
Crédito Titulado	43 839 473 936	230 655 317	0,5%	54 016 914 275	3 142 548 675	5,8%	10 177 440 339	2 911 893 358	
Total (Estado)	53 995 056 734	1 377 554 321	2,6%	63 878 772 083	4 920 674 702	7,7%	9 883 715 348	3 543 120 380	

Análise de Sensibilidade:

As análises efectuadas consistiram em considerar uma amplitude de variação de 10% nas PDs e LGD utilizadas para os riscos soberanos, o que faria variar o valor das imparidades em caso de:

- acréscimo, em cerca de 889 milhões de MZN e a respectiva taxa de cobertura em 1,4%;

- decréscimo, em cerca de 803 milhões de MZN e a respectiva taxa de cobertura em 1,3%.

b. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é a possibilidade de uma instituição enfrentar

dificuldades em cumprir as suas obrigações (sobretudo, as de curto prazo) à medida que vencem, ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas. A mitigação deste risco é feita com recurso à gestão dos activos, com base na sua liquidez e o controlo periódico dos fluxos de caixa futuros.

A gestão e o controlo do risco de liquidez são feitos com o recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço para evidenciar, em cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de entrada e saída de caixa, bem como a magnitude dos respectivos *gaps* de liquidez. Os saldos das conta DOs são repartidos pelos prazos de maturidade de acordo com uma chave de replicação, a qual foi definida após um estudo da estabilidade histórica dos saldos dos DOs – as práticas internacionais apontam para este tipo de tratamento por forma a reflectir a natureza e estrutura do balanço na gestão dos *gaps*.

Adicionalmente, é usada como base da gestão e controlo de liquidez, o grau de cobertura do passivo de curto prazo pela reserva de activos líquidos, como forma de evidenciar a facilidade de fazer face às obrigações quando elas vencem, sem incorrer em custos adicionais ao recorrer ao mercado.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, é definida pelo Conselho de Administração e acompanhada pelo Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), sendo implementada pela Direcção de Mercados Financeiros

(DMF) e controlada pela Direcção de Gestão de Risco (DGR). As análises do risco de liquidez são efectuadas nas reuniões semanais de risco de liquidez e de mercado, bem como em CALCO, mensalmente.

Na gestão da liquidez excedentária, o Banco tem acedido a leilões de compra de Bilhetes de Tesouro com acordo de revenda (Reverse Repo), junto do Banco de Moçambique (BdM), nas maturidades que confirmam maior rentabilidade, bem como em cedências de liquidez a Outras Instituições de Crédito (OICs).

É de referir que durante todo o ano, e até 31 de Dezembro de 2024, o BdM interveio no mercado de forma recorrente, com vendas de Bilhetes de Tesouro com acordo de recompra ou compra de Bilhetes de Tesouro com acordo de revenda, dependendo do nível das necessidades do mercado.

Adicionalmente, o Banco tem efectuado também aplicações em leilões de Bilhetes de Tesouro e Obrigações de Tesouro, que permitem aceder à Facilidade Permanente de Cedência de liquidez (FPC), disponível para as tomadas de fundos por parte dos Bancos Comerciais junto do BdM, sendo que estes fundos são disponibilizados até ao valor descontado da carteira de títulos elegível e pelo prazo de um (1) dia.

Sumário dos itens do balanço do Grupo por prazos de maturidade, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	80 779 080 185	-	-	-	-	80 779 080 185
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	532 069 542	-	-	-	-	532 069 542
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	-	-	-	-	16 264 393 298
Activos financeiros	2 158 703 766	14 452 001 585	23 215 035 695	16 368 681 181	7 669 392 812	63 863 815 039
Crédito a clientes	8 542 196 371	5 864 633 943	21 807 772 333	43 385 883 104	33 082 438 601	112 682 924 352
Total do Activo	108 276 443 162	20 316 635 528	45 022 808 028	59 754 564 285	40 751 831 413	274 122 282 416
Recursos de bancos centrais	-	-	34 066 584	-	-	34 066 584
Recursos de outras instituições de crédito	1 062 273 586	285 565 500	1 430 891	-	-	1 349 269 977
Recursos de clientes	78 110 316 054	29 122 641 229	19 368 947 923	24 389 141 286	36 024 895 260	187 015 941 752
Recursos consignados	10 045 146	245 828 047	1 219 229 320	1 932 396 237	11 207 707	3 418 706 457
Total do Passivo	79 182 634 786	29 654 034 776	20 623 674 718	26 321 537 523	36 036 102 967	191 817 984 770
GAP de Liquidez em MZN	29 093 808 376	(9 337 399 248)	24 399 133 310	33 433 026 762	4 715 728 446	82 304 297 646
GAP de Liquidez Acumulado	29 093 808 376	19 756 409 128	44 155 542 438	77 588 569 200	82 304 297 646	-

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Total do Activo	100 090 417 510	13 058 075 042	40 219 584 994	45 295 067 705	29 873 331 304	228 536 476 555
Total do Passivo	68 318 223 884	20 062 364 136	24 781 663 002	24 781 976 712	34 039 209 823	171 983 437 557
GAP de Liquidez em MZN	31 772 193 626	(7 004 289 094)	15 437 921 992	20 513 090 993	(4 165 878 519)	56 553 038 998
GAP de Liquidez Acumulado	31 772 193 626	24 767 904 532	40 205 826 524	60 718 917 517	56 553 038 998	-

Sumário dos itens do balanço do Banco por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	80 779 079 379	-	-	-	-	80 779 079 379
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	532 066 144	-	-	-	-	532 066 144
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	-	-	-	-	16 264 393 298
Activos financeiros	2 158 703 766	14 452 001 585	23 215 035 695	16 368 681 181	7 669 392 812	63 863 815 039
Crédito a clientes	8 648 697 895	5 864 633 943	21 807 772 333	43 385 883 104	33 082 438 601	112 789 425 876
Total do Activo	108 382 940 482	20 316 635 528	45 022 808 028	59 754 564 285	40 751 831 413	274 228 779 736
Recursos de bancos centrais	-	-	34 066 584	-	-	34 066 584
Recursos de outras instituições de crédito	1 062 273 586	285 565 500	1 430 891	-	-	1 349 269 977
Recursos de clientes	78 142 322 393	29 122 641 229	19 368 947 923	24 389 141 286	36 024 895 260	187 047 948 091
Recursos consignados	10 045 146	245 828 047	1 219 229 320	1 932 396 237	11 207 707	3 418 706 457
Total do Passivo	79 214 641 125	29 654 034 776	20 623 674 718	26 321 537 523	36 036 102 967	191 849 991 109
GAP de Liquidez em MZN	29 168 299 357	(9 337 399 248)	24 399 133 310	33 433 026 762	4 715 728 446	82 378 788 627
GAP de Liquidez Acumulado	29 168 299 357	19 830 900 109	44 230 033 419	77 663 060 181	82 378 788 627	-

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Total do Activo	100 213 256 306	13 058 075 042	40 219 584 994	45 295 067 705	29 873 331 304	228 659 315 351
Total do Passivo	68 350 230 223	20 062 364 136	24 781 663 002	24 781 976 712	34 039 209 823	172 015 443 896
GAP de Liquidez em MZN	31 863 026 083	(7 004 289 094)	15 437 921 992	20 513 090 993	(4 165 878 519)	56 643 871 455
GAP de Liquidez Acumulado	31 863 026 083	24 858 736 989	40 296 658 981	60 809 749 974	56 643 871 455	-

Os fluxos de caixa contratuais dos passivos de locação apresentam-se como se segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-24	Dez-23	Dez-24	Dez-23
Até 1 ano	72.199.326	201.352.138	76.474.777	241.416.372
De 1 a 5 anos	136.122.968	168.454.233	144.306.309	168.454.233
Superior a 5 anos	1.876.058	5.437.579	1.876.058	5.437.579
	210.198.352	375.243.950	222.657.144	415.308.184

c. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de

maturidades ou de prazos de refixação das mesmas, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais. Este risco ocorre sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, o Banco contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

A gestão e controlo do risco de taxa de juro do balanço e da carteira bancária são suportados por um conjunto de guidelines que incluem a fixação de limites para as variáveis consideradas significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo do cumprimento dessas guidelines é assegurar que o

Banco possui, a todo o tempo, condições para gerir o *trade-off* rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço, e que simultaneamente está em condições de fixar o nível de exposição mais adequado e de controlar os resultados das diferentes políticas e posições de risco assumidas.

A gestão e o controlo do risco de taxa de juro recorre quer a modelos simplificados de *gaps* de taxa de juro (agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro de todos os activos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os *mismatches* correspondentes), quer a modelos robustos de técnicas de simulação onde se enquadram o *Economic Value of Equity at Risk* (impacto no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro).

A política e a estratégia de gestão relacionada com o risco de taxa de juro são definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas pela Comissão de Riscos e pelo Comité de Capitais, Activos e Passivos (CALCO), sendo implementadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

Sumário dos itens do balanço do Grupo sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	-	-	-	-	80.779.080.185	80.779.080.185
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	532.069.542	532.069.542
Aplicações em instituições de crédito	16.174.129.752	-	-	-	-	90.263.546	16.264.393.298
Activos financeiros	3.842.151.094	16.533.596.040	25.170.326.653	3.216.266.769	1.511.814.679	-	50.274.155.236
Crédito a clientes	18.304.152.509	8.687.801.127	11.820.842.921	16.279.172.588	16.219.218.476	-	71.311.187.621
Total do Activo	38.320.433.356	25.221.397.167	36.991.169.574	19.495.439.357	17.731.033.155	81.401.413.273	219.160.885.882
Recursos de bancos centrais	-	-	32.822.081	-	-	82.055	32.904.136
Recursos de outras instituições de crédito	925.345.763	284.767.504	1.397.761	-	-	-	1.211.511.028
Recursos de clientes	30.692.205.926	26.554.442.992	10.005.524.471	1.718.291	-	116.197.181.397	183.451.073.077
Recursos consignados	101.248.989	70.436.739	2.855.773.225	-	-	391.247.504	3.418.706.457
Total do Passivo	31.718.800.678	26.909.647.235	12.895.517.538	1.718.291	-	116.588.510.956	188.114.194.698
GAP de Liquidez em MZN	6.601.632.678	(1.688.250.068)	24.095.652.036	19.493.721.066	17.731.033.155	35.187.097.683)	31.046.691.184
GAP de Liquidez Acumulado	6.601.632.678	4.913.382.610	29.009.034.646	48.502.755.712	66.233.788.867	31.046.691.184	-

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Total do Activo	33.649.862.790	10.163.025.189	30.471.972.947	34.163.528.220	25.180.569.746	64.633.644.328	198.262.603.220
Total do Passivo	27.238.559.703	17.514.656.803	15.576.613.603	2.259.495.300	891.744.492	101.488.050.673	164.969.120.574
GAP de Liquidez em MZN	6.411.303.087	(7.351.631.614)	14.895.359.344	31.904.032.920	24.288.825.254	(36.854.406.345)	33.293.482.646
GAP de Liquidez Acumulado	6.411.303.087	(940.328.527)	13.955.030.817	45.859.063.737	70.147.888.991	33.293.482.646	-

Sumário dos itens do balanço do Banco sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

31 de Dezembro de 2024	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	-	-	-	-	80.779.079.379	80.779.079.379
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	532.066.144	532.066.144
Aplicações em instituições de crédito	16.174.129.752	-	-	-	-	90.263.546	16.264.393.298
Activos financeiros	3.842.151.094	16.533.596.040	25.170.326.653	3.216.266.769	1.511.814.679	-	50.274.155.236
Crédito a clientes	18.410.654.033	8.687.801.127	11.820.842.921	16.279.172.588	16.219.218.476	-	71.417.689.145
Total do Activo	38.426.934.880	25.221.397.167	36.991.169.574	19.495.439.357	17.731.033.155	81.401.409.069	219.267.383.202
Recursos de bancos centrais	-	-	32.822.081	-	-	82.055	32.904.136
Recursos de outras instituições de crédito	925.345.763	284.767.504	1.397.761	-	-	-	1.211.511.028
Recursos de clientes	30.724.212.265	26.554.442.992	10.005.524.471	1.718.291	-	116.197.181.397	183.483.079.416
Recursos consignados	101.248.989	70.436.739	2.855.773.225	-	-	391.247.504	3.418.706.457
Total do Passivo	31.750.807.017	26.909.647.235	12.895.517.538	1.718.291	-	116.588.510.956	188.146.201.037
GAP de Liquidez em MZN	6.676.127.863	(1.688.250.068)	24.095.652.036	19.493.721.066	17.731.033.155	(35.187.101.887)	31.121.182.165
GAP de Liquidez Acumulado	6.676.127.863	4.987.877.795	29.083.529.831	48.577.250.897	66.308.284.052	31.121.182.165	-

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contabilístico
Total do Activo	33.772.705.790	10.163.025.189	30.471.972.947	34.163.528.220	25.180.569.746	64.633.640.124	198.385.442.016
Total do Passivo	27.270.566.042	17.514.656.803	15.576.613.603	2.259.495.300	891.744.492	101.488.050.673	165.001.126.913
GAP de Liquidez em MZN	6.502.139.748	(7.351.631.614)	14.895.359.344	31.904.032.920	24.288.825.254	(36.854.410.549)	33.384.315.103
GAP de Liquidez Acumulado	6.502.139.748	(849.491.866)	14.045.867.478	45.949.900.398	70.238.725.652	33.384.315.103	-

A sensibilidade da margem financeira e do valor económico do capital em risco são medidas que se complementam e que permitem uma visão global do risco estrutural de taxa de juro, no curto prazo e médio-longo prazo, respectivamente.

No quadro que segue apresenta-se a sensibilidade da margem financeira e do valor económico dos activos e passivos sensíveis ao risco de taxa de juro a 31 de Dezembro de 2024, para uma variação instantânea das taxas em 50 bps:

Valores em % do cenário base	Impacto da Δ-50bps	Limite Estabelecido no RAS
Impacto em Resultados do Repricing Gap (Δ 50bps)	154,36	<-350
Valor Económico do Capital em Risco em % dos FP	0,23%	<5,00%

d. Risco de Taxa de Câmbio

O Risco de Taxa de Câmbio é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio que decorrem da existência de gaps entre o valor dos activos e passivos detidos em determinada moeda.

A política e a estratégia de gestão relacionada com o risco cambial são definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas pelo Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), e

implementadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

As posições cambiais são controladas, diariamente, com base nos limites internos definidos pelo CALCO, e nos rácios e limites prudenciais fixados pelo Banco de Moçambique.

A DMF envida esforços para proceder diariamente ao fecho das posições cambiais denominadas em EUR e ZAR, e outras moedas de menor transaccionalidade, mantendo com maior recorrência posições abertas em USD, de acordo com o limite autorizado. Estas posições são diariamente controladas, tanto pela Direcção de Gestão de Risco do Banco como pela Direcção de Gestão de Risco da CGD. Esta última calcula diariamente o VaR e valor de mercado de acordo com a seguinte metodologia:

VaR (*Value-at-Risk*): estimativa da perda máxima para um determinado período de detenção e um dado nível de confiança, assumindo comportamentos normais do mercado. A metodologia utilizada é a da simulação histórica (os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados). Os parâmetros do modelo são:

- ✓ Período de detenção: n dias (n=10);
- ✓ Nível de confiança: 99% (n=10).

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a exposição do Grupo ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2024	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	16 997 511 642	190 738 316	450 462 533	-	63 140 367 694	80 779 080 185
Disponibilidades sobre instituições de crédito	420 095 708	6 618 892	20 923 037	52 382 122	32 049 783	532 069 542
Aplicações em instituições de crédito	14 040 472 314	1 002 085 584	1 034 634 909	79 022 653	108 177 838	16 264 393 298
Activos financeiros	-	-	-	-	50 274 155 236	50 274 155 236
Crédito a clientes	8 859 817 006	3 605 371 045	146 781 716	-	58 699 217 854	71 311 187 621
Outros activos	57 040 431	163 152 797	59 635 779	-	12 240 839 559	12 520 668 566
Total do Activo	40 374 937 101	4 967 966 634	1 712 437 974	131 404 775	184 494 807 964	231 681 554 448
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	32 904 136	32 904 136
Recursos de outras instituições de crédito	2 185 061	35 031	151	-	1 209 290 785	1 211 511 028
Recursos de clientes	36 932 155 643	1 220 555 195	1 542 313 941	119 986 914	143 636 061 384	183 451 073 077
Recursos consignados	1 652 803	3 377 186 994	10 663 696	-	29 202 964	3 418 706 457
Outros passivos	3 438 943 594	370 189 414	159 460 186	11 417 861	7 353 228 409	11 333 239 464
Total do Passivo	40 374 937 101	4 967 966 634	1 712 437 974	131 404 775	152 260 687 678	199 447 434 162
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	32 234 120 286	32 234 120 286
Total do Passivo e Fundos Próprios	40 374 937 101	4 967 966 634	1 712 437 974	131 404 775	184 494 807 964	231 681 554 448
Diferencial de Moeda	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2023	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Total do Activo	28 997 678 270	5 893 457 798	1 251 578 244	115 156 779	173 610 058 769	209 867 929 860
Total do Passivo	28 878 002 500	5 823 250 044	1 234 694 447	104 556 939	142 911 278 714	178 951 782 644
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	30 916 147 216	30 916 147 216
Total do Passivo e Fundos Próprios	28 878 002 500	5 823 250 044	1 234 694 447	104 556 939	173 827 425 930	209 867 929 860
Diferencial de Moeda	119 675 770	70 207 754	16 883 797	10 599 840	(217 367 160)	-

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a exposição do Banco ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2024	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	16 997 511 642	190 738 316	450 462 533	-	63 140 366 888	80 779 079 379
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	420 095 708	6 618 892	20 923 037	52 382 122	32 046 385	532 066 144
Aplicações em instituições de crédito	14 040 472 314	1 002 085 584	1 034 634 909	79 022 653	108 177 838	16 264 393 298
Activos financeiros	-	-	-	-	50 274 155 236	50 274 155 236
Crédito a clientes	8 859 817 006	3 605 371 045	146 781 716	-	58 805 719 378	71 417 689 145
Outros activos	57 040 431	163 152 797	59 635 779	-	12 094 138 945	12 373 967 952
Total do Activo	40 374 937 101	4 967 966 634	1 712 437 974	131 404 775	184 454 604 670	231 641 351 154
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	32 904 136	32 904 136
Recursos de outras instituições de crédito	2 185 061	35 031	151	-	1 209 290 785	1 211 511 028
Recursos de clientes	36 932 155 643	1 220 555 195	1 542 313 941	119 986 914	143 668 067 723	183 483 079 416
Recursos consignados	1 652 803	3 377 186 994	10 663 696	-	29 202 964	3 418 706 457
Outros passivos	3 438 943 594	370 189 414	159 460 186	11 417 861	7 361 306 582	11 341 317 637
Total do Passivo	40 374 937 101	4 967 966 634	1 712 437 974	131 404 775	152 300 772 190	199 487 518 674
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	32 153 832 480	32 153 832 480
Total do Passivo e Fundos Próprios	40 374 937 101	4 967 966 634	1 712 437 974	131 404 775	184 454 604 670	231 641 351 154
Diferencial de Moeda	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2023	USD	EUR	ZAR	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Total do Activo	28 997 678 270	5 893 457 798	1 251 578 244	115 156 779	173 598 365 430	209 856 236 521
Total do Passivo	28 878 002 500	5 823 250 044	1 234 694 447	104 556 939	142 978 368 178	179 018 872 108
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	30 837 364 413	30 837 364 413
Total do Passivo e Fundos Próprios	28 878 002 500	5 823 250 044	1 234 694 447	104 556 939	173 815 732 591	209 856 236 521
Diferencial de Moeda	119 675 770	70 207 754	16 883 797	10 599 840	(217 367 160)	-

Risco de Solvência

O capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade confortavelmente acima do mínimo exigido pelo Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2024, o rácio de

solvabilidade era de 23,33% (2023: 24,34%). O mesmo manteve-se acima do exigido pelo Banco de Moçambique (14%), facto que comprova a solidez financeira do BCI.

Na estratégia de gestão de solidez do Banco destaca-se a capacidade de geração interna de fundos próprios decorrentes dos lucros da actividade do Banco e do aumento considerável das reservas.

	Dez-24	Dez-23
Fundos próprios de base		
Capital realizado	10 000 000 000	10 000 000 000
Prémios de Emissão de Capital	864 265 127	864 265 127
Reservas, resultados retidos	17 895 498 575	14 986 098 921
Reservas de reavaliação negativas, activos intangíveis e outros elementos dedutíveis	(3 485 559 175)	(3 528 833 891)
Tier I Capital Total	25 274 204 527	22 321 530 156
Outros	203 035 495	17 511 386
Tier II Capital total	203 035 495	17 511 386
Dedução aos fundos próprios totais	(673 320 786)	(542 480 346)
Fundos próprios elegíveis	24 803 919 235	21 796 561 197
Activos ponderados pelo risco de crédito		
No balanço	92 547 713 736	77 925 989 453
Fora do balanço	8 541 988 359	8 776 566 373
Risco Operacional	3 145 251 635	2 728 190 276
Risco de Mercado	2 084 370 484	120 327 967
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier I)	23,77%	24,93%
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier II)	0,19%	0,02%
Rácio de Solvabilidade	23,33%	24,34%

Risco de Mercado

	Dez-24		Dez-23	
	Posições Líquidas		Posições Líquidas	
	Longas	Curtas	Longas	Curtas
DIVISAS:				
USD	2 066 873 584	-	38 211 963	-
EUR	-	1 547 320	52 445 471	-
ZAR	9 692 528	-	19 099 453	-
GBP	2 202 188	-	3 615 564	-
DKK	711 908	-	527 643	-
JPY	86 277	-	32 880	-
NOK	448 316	-	559 659	-
SEK	536 471	-	492 332	-
CHF	227 133	-	1 190 597	-
AUD	555 557	-	285 249	-
CNY	3 036 522	-	3 867 157	-
Total	2 084 370 484	1 547 320	120 327 967	-
Cobertura do Risco Cambial		2 084 370 484		120 327 967

Risco Operacional

	Dez-24			Dez-23		
	Ano n-2	Ano n-1	Ano n	Ano n-2	Ano n-1	Ano n
Juros e Rendimentos Similares (+)	18 667 861 609	21 924 211 703	23 905 263 286	16 235 989 064	18 667 861 609	21 924 211 703
Juros e Encargos Similares (-)	5 344 321 899	6 306 616 072	8 422 830 148	5 473 067 720	5 344 321 899	6 306 616 072
Rendimentos de Instrumentos de Capital (+)	-	12 645 387	2 963 353	1 839 450	-	12 645 387
Comissões Recebidas (+)	3 471 160 044	3 471 709 672	3 368 983 664	2 686 557 999	3 471 160 044	3 471 709 672
Comissões Pagas (-)	897 296 003	1 042 356 420	1 547 859 874	711 018 231	897 296 003	1 042 356 420
Resultados de Operações Financeiras (+)	1 662 062 614	2 161 734 047	2 604 635 734	1 545 917 706	1 662 062 614	2 161 734 047
Outros Resultados Operacionais (+)	1 349 714 556	107 936 264	3 755 431 176	1 039 141 747	1 349 714 556	107 936 264
Total das Actividades ao Método do Indicador Básico	18 909 180 922	20 329 264 582	23 666 587 189	15 325 360 015	18 909 180 922	20 329 264 582

Média para o Cálculo dos Requisitos Mínimos de Capitais	20 968 344 231	18 187 935 173
Taxa de ponderação	15%	15%
Risco Operacional	3 145 251 635	2 728 190 276

A mitigação e/ou o controlo do risco de taxa de câmbio é feito através de definição de limites de exposição, que se consubstanciam nos limites de consumo do VaR e Fundos Próprios.

Em Dezembro de 2024, a dimensão da exposição ao risco de taxa de câmbio manteve o cumprimento do respectivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração da Apetência pelo Risco do BCI, em conformidade com as políticas corporativas, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de câmbio controlado e alinhado com o foco da banca comercial.

No quadro que se segue apresenta-se os valores das métricas de taxa de câmbio a 31 de Dezembro de 2024:

Métricas	Unidade	Dez-24
Exposição Absoluta Total Líquida a Risco Cambial – Regulamentar Global	%	7,1
VaR da Posição Cambial	M MZN	11,61

e. Risco de impactos ambientais

O Banco considera o risco de impactos ambientais como o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de mudanças climáticas e que afecta sistemas (naturais e humanos) e regiões.

Moçambique é propenso a mudanças climáticas (secas, ciclones e cheias) que poderão impactar a actividade económica e os recursos humanos. Dependendo do tipo das alterações climáticas poderão levar a redução do negócio e do resultado do Banco existindo por isso um risco.

O Banco assume o compromisso de assegurar a Continuidade de Negócio em caso de ocorrência de eventos anómalos que possam comprometer o funcionamento normal da sua actividade através da Implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio (SGCN). Ainda, o Banco conduz um programa de

testes de esforço suportado por normativo próprio, o qual tem como objectivos: informar a identificação de novos riscos ou riscos emergentes, avaliar a exposição aos riscos materiais em condições específicas, e suportar a avaliação da adequação do capital interno.

9.38 Capital

O BCI mantém uma gestão activa de capital que lhe permite cobrir os riscos inerentes à sua actividade. A gestão do capital do Banco é feita através das regras e de acordo com os rácios e limites prudenciais estabelecidos pelo Banco de Moçambique, cumprindo integralmente com os requisitos mínimos impostos.

Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão de capital é assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos e a manutenção de rácios saudáveis para assegurar a continuidade e sustentabilidade do negócio e maximizar o valor dos accionistas.

Mediante alterações das condições económicas e características de risco da actividade do Banco, a estrutura de capitais pode sofrer ajustamentos para melhor se adequar à nova situação. Os objectivos, as políticas e os processos, referentes à gestão de capital do Banco foram reforçados significativamente, em particular no exercício de cálculo da adequação interna de capital no âmbito do ICAAP e de *Stress Testing*.

	Dez-24	Dez-23
Capital social	10 000 000 000	10 000 000 000
Acções próprias	(278 060 200)	(278 060 200)
	9 721 939 800	9 721 939 800
Reservas de Justo valor	423 109 515	17 523 797
Outras Reservas e Resultados Transitados	18 983 272 203	15 930 682 940
Reservas de transição IFRS 9	(3 014 216 213)	(3 014 216 213)
	16 392 165 505	12 933 990 524
Resultado do exercício	6 039 727 175	8 181 434 089
	32 153 832 480	30 837 364 413

9.39 Classificação contabilística e justo valor de activos passivos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados de activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixas descontados e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro de referência, os “spreads” de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, os preços de Obrigações e Bilhetes do Tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é determinar o justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do relatório, isto é, o que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Em 31 de Dezembro de 2024, os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, pela hierarquia de justo valor apresentam-se do seguinte modo:

31 de Dezembro de 2024	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	80 779 080 185	-	-	80 779 080 185	80 779 080 185
Disponibilidades sobre instituições de crédito	532 069 542	-	-	532 069 542	532 069 542
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	-	-	16 264 393 298	16 264 393 298
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	16 445 097 611	-	17 821 368 512	-	17 821 368 512
Bilhetes do Tesouro	26 296 978 345	-	30 150 900 404	-	30 150 900 404
	42 742 075 956	-	47 972 268 916	-	47 972 268 916
Crédito a clientes	71 311 187 621	-	-	71 311 187 621	71 311 187 621
Total de activos financeiros ao custo amortizado	211 628 806 602	-	47 972 268 916	168 886 730 646	216 858 999 562
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	32 904 136	-	32 904 136	-	32 904 136
Recursos de instituições de crédito	1 211 511 028	-	1 211 511 028	-	1 211 511 028
Recursos de clientes	183 451 073 077	-	183 451 073 077	-	183 451 073 077
Recursos Consignados	3 418 706 457	-	3 418 706 457	-	3 418 706 457
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	188 114 194 698	-	188 114 194 698	-	188 114 194 698
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 467 484 103	-	12 467 484 103	-	12 467 484 103
Cartas de créditos	2 121 281 310	-	2 121 281 310	-	2 121 281 310
Linhas de crédito não utilizados	7 416 286 138	-	7 416 286 138	-	7 416 286 138
Total de elementos extrapatrimoniais	22 005 051 551	-	22 005 051 551	-	22 005 051 551

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a classificação contabilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo apresenta-se como se segue:

31 de Dezembro de 2023	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	61 667 286 526	-	-	61 667 286 526	61 667 286 526
Disponibilidades sobre instituições de crédito	2 966 357 802	-	-	2 966 357 802	2 966 357 802
Aplicações em instituições de crédito	22 661 869 264	-	-	22 661 869 264	22 661 869 264
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	17 439 323 061	-	18 168 321 498	-	18 168 321 498
Bilhetes do Tesouro	22 232 258 039	-	22 225 222 612	-	22 225 222 612
	39 671 581 100	-	40 393 544 110	-	40 393 544 110
Crédito a clientes	67 088 121 844	-	-	67 088 121 844	67 088 121 844
Total de activos financeiros ao custo amortizado	194 055 216 536	-	40 393 544 110	154 383 635 436	194 777 179 546
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	89 143 689	-	-	89 143 689	89 143 689
Recursos de instituições de crédito	1 131 611 516	-	-	1 131 611 516	1 131 611 516
Recursos de clientes	159 498 656 217	-	-	159 498 656 217	159 498 656 217
Recursos Consignados	4 249 709 152	-	-	4 249 709 152	4 249 709 152
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	164 969 120 574	-	-	164 969 120 574	164 969 120 574
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 912 437 453	-	-	12 912 437 453	12 912 437 453
Cartas de créditos	1 661 689 845	-	-	1 661 689 845	1 661 689 845
Linhas de crédito não utilizados	8 165 670 340	-	-	8 165 670 340	8 165 670 340
Total de elementos extrapatrimoniais	22 739 797 638	-	-	22 739 797 638	22 739 797 638

O Banco assume que o justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a classificação contabilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco apresenta-se como segue:

31 de Dezembro de 2024	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	80 779 079 379	-	-	80 779 079 379	80 779 079 379
Disponibilidades sobre instituições de crédito	532 066 144	-	-	532 066 144	532 066 144
Aplicações em instituições de crédito	16 264 393 298	-	-	16 264 393 298	16 264 393 298
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	16 445 097 611	-	17 821 368 512	-	17 821 368 512
Bilhetes do Tesouro	26 296 978 345	-	30 150 900 404	-	30 150 900 404
	42 742 075 956	-	47 972 268 916	-	47 972 268 916
Crédito a clientes	71 417 689 145	-	-	71 417 689 145	71 417 689 145
Total de activos financeiros ao custo amortizado	211 735 303 922	-	47 972 268 916	168 993 227 966	216 965 496 882
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	32 904 136	-	-	32 904 136	32 904 136
Recursos de instituições de crédito	1 211 511 028	-	-	1 211 511 028	1 211 511 028
Recursos de clientes	183 483 079 416	-	-	183 483 079 416	183 483 079 416
Recursos Consignados	3 418 706 457	-	-	3 418 706 457	3 418 706 457
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	188 146 201 037	-	-	188 146 201 037	188 146 201 037
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 549 587 615	-	-	12 549 587 615	12 549 587 615
Cartas de créditos	2 121 281 310	-	-	2 121 281 310	2 121 281 310
Linhas de crédito não utilizados	7 416 286 138	-	-	7 416 286 138	7 416 286 138
Total de elementos extrapatrimoniais	22 087 155 063	-	-	22 087 155 063	22 087 155 063

31 de Dezembro de 2023	Valor ao Custo Amortizado	Justo valor			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	61 667 285 720	-	-	61 667 285 720	61 667 285 720
Disponibilidades sobre instituições de crédito	2 966 354 404	-	-	2 966 354 404	2 966 354 404
Aplicações em instituições de crédito	22 661 869 264	-	-	22 661 869 264	22 661 869 264
Activos financeiros ao custo amortizado					
Obrigações do Tesouro	17 439 323 061	-	18 168 321 498	-	18 168 321 498
Bilhetes do Tesouro	22 232 258 039	-	22 225 222 612	-	22 225 222 612
	39 671 581 100	-	40 393 544 110	-	40 393 544 110
Crédito a clientes	67 210 964 844	-	-	-	-
Total de activos financeiros ao custo amortizado	194 178 055 332	-	40 393 544 110	87 295 509 388	127 689 053 498
Passivo financeiros					
Recursos de Bancos Centrais	89 143 689	-	-	89 143 689	89 143 689
Recursos de instituições de crédito	1 131 611 516	-	-	1 131 611 516	1 131 611 516
Recursos de clientes	159 530 662 556	-	-	159 530 662 556	159 530 662 556
Recursos Consignados	4 249 709 152	-	-	4 249 709 152	4 249 709 152
Total de passivos financeiros ao custo amortizado	165 001 126 913	-	-	165 001 126 913	165 001 126 913
Elementos extrapatrimoniais					
Garantias Financeiras	12 994 540 965	-	-	12 994 540 965	12 994 540 965
Cartas de créditos	1 661 689 845	-	-	1 661 689 845	1 661 689 845
Linhas de crédito não utilizados	8 165 670 340	-	-	8 165 670 340	8 165 670 340
Total de elementos extrapatrimoniais	22 821 901 150	-	-	22 821 901 150	22 821 901 150

O Banco assume que o justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

9.40 Acontecimentos após a data de balanço

Em 19 de Fevereiro de 2025, a S&P Global Ratings reduziu a classificação de crédito soberano de longo prazo em moeda local de Moçambique de 'CCC' para 'CCC-', tendo ainda revisto a perspectiva da classificação de estável para negativa. Subsequentemente, a Standard&Poor's emitiu novo comunicado a 21 de Março 2025, tendo reduzido a classificação de crédito soberano de longo prazo em moeda nacional para "Selective Default". O Banco categoriza ambos os acontecimentos como eventos subsequentes ajustáveis no âmbito da IAS 10.

Em termos de ajustamentos após a data de balanço decorrentes deste evento, a gestão informa que o modelo de imparidade em uso no Banco tem como referência o *rating* da Moody's, em alinhamento com o Grupo CGD e, apesar de esta entidade não ter emitido um comunicado relativamente ao *rating* do país durante o período em análise, o Banco efectuou uma revisão da análise de risco de crédito, risco soberano e risco país, bem como dos factores de risco, no Modelo de Imparidades, como resultado da perspectiva de um eventual downgrade equiparável à classificação da Standard&Poor's por parte da Moody's. As Demonstrações Financeiras à data de 31 Dezembro 2024 reflectem integralmente os impactos dessa possibilidade.

É o melhor Banco Comercial do País.

É de todos. É daqui.

Graças ao empenho diário dos nossos Colaboradores e à confiança dos nossos Clientes, em 2024 fomos reconhecidos com **31 prémios** atribuídos por **12 instituições internacionais**.



Estes prémios são da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram

ANEXO À CIRCULAR Nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO I
Balanco - Contas Consolidadas (Activo)

Rubricas	Activo	31-Dez-24										31-Dez-23
		A. Perimetro Consolidação NIC/NIRF			B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade Bancária			D. Outras actividades			
		1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3 = 1 - 2 Valor Líquido		1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3 = 1 - 2 Valor Líquido	1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3 = 1 - 2 Valor Líquido	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	80 779 055 226	-	80 779 055 226	-	80 779 054 420	-	80 779 054 420	806	-	806	61 667 285 526
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	532 069 548	-	532 069 548	(32 006 339)	532 066 150	-	532 066 150	32 009 737	-	32 009 737	2 966 357 798
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	7 532 079 290	-	7 532 079 290	-	7 532 079 290	-	7 532 079 290	-	-	-	4 229 367 770
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	16 264 467 760	74 450	16 264 393 310	-	16 264 467 760	74 450	16 264 393 310	-	-	-	22 661 869 260
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210	Crédito a Clientes	78 150 435 026	6 789 517 590	71 360 917 436	(106 501 524)	78 256 936 550	6 789 517 590	71 467 418 960	-	-	-	67 088 760 191
- 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Investimentos detidos até à maturidade	42 742 075 960	-	42 742 075 960	-	42 742 075 960	-	42 742 075 960	-	-	-	39 649 600 020
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Activos não correntes detidos para venda	2 657 837 950	1 532 678 120	1 125 159 830	-	2 657 837 950	1 532 678 120	1 125 159 830	-	-	-	1 082 141 780
25 - 3580	Propriedades de investimento	785 953 625	-	785 953 625	-	301 694 550	-	301 694 550	484 259 075	-	484 259 075	805 054 822
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	12 726 919 810	6 382 149 860	6 344 769 950	-	12 703 529 890	6 382 149 860	6 321 380 030	23 389 920	-	23 389 920	6 393 073 486
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Activos intangíveis	1 395 305 160	1 227 735 110	167 570 050	-	1 395 305 160	1 227 735 110	167 570 050	-	-	-	219 191 570
29 - 3583 - 361	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	(460 059)	460 059	-	460 059	-	-	-	-
24 - 357	Activos por impostos correntes	1 206 803 130	-	1 206 803 130	-	1 195 910 000	-	1 195 910 000	10 893 130	-	10 893 130	1 330 363 234
300	Activos por impostos diferidos	2 488 755 567	-	2 488 755 567	-	2 487 606 920	-	2 487 606 920	1 148 647	-	1 148 647	1 146 221 375
301	Outros Activos	2 085 860 305	1 557 391 330	528 468 975	(372 338 132)	2 446 188 916	1 557 391 330	888 797 586	12 009 521	-	12 009 521	856 970 187
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1)												
+ 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)												
	Total do Activo	249 347 618 357	17 489 546 460	231 858 071 897	(511 306 054)	249 295 213 575	17 489 546 460	231 805 667 115	563 710 836	-	563 710 836	210 096 258 019

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO I
Balanco - Contas Consolidadas (Passivo)

Rubricas (Referências Indicativas Para a Coluna de Actividade Bancária)	Passivo	31-Dez-24				31-Dez-23
		A. Perimetro de Consolidação NIC/NIRF	B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade bancária	D. Outras actividades	
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	32 904 140	-	32 904 140	-	89 143 690
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	1 211 499 370	(106 501 524)	1 211 499 370	106 501 524	1 131 599 630
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	183 451 073 061	(32 006 339)	183 483 079 400	-	159 498 656 181
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-	-	-	-
47	Provisões	1 258 329 270	-	1 258 329 270	-	1 409 938 370
490	Passivos por impostos correntes	618 619 760	-	618 619 760	-	651 680 920
491	Passivos por impostos diferidos	244 809 280	-	244 809 280	-	62 433 670
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	12 814 175 835	(372 338 132)	12 802 593 410	383 920 557	16 345 068 625
	Total de Passivo	199 631 410 716	(510 845 995)	199 651 834 630	490 422 081	179 188 521 086
55	Capital	10 000 000 000	(142 276 500)	10 000 000 000	142 276 500	10 000 000 000
602	Prémios de emissão	864 265 130	-	864 265 130	-	864 265 130
57	Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
-56	Ações próprias	(278 060 200)	-	(278 060 200)	-	(278 060 200)
58 + 59	Reservas de reavaliação	423 109 510	-	423 109 510	-	17 523 800
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	15 086 320 353	53 795 148	15 104 790 870	(72 265 665)	12 033 529 232
64	Resultado do exercício	6 043 005 095	-	6 039 727 175	3 277 200	8 193 866 421
-63	(Dividendos antecipados)	-	-	-	-	-
62	Interesses Minoritários	88 021 293	88 021 293	-	-	76 612 550
	Total de Capital	32 226 661 181	(460 059)	32 153 832 485	73 288 755	30 907 736 933
	Total de Passivo + Capital	231 858 071 897	(511 306 054)	231 805 667 115	563 710 836	210 096 258 019

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO II
Demonstração de Resultados - Contas Consolidadas

Rubricas		31-Dez-24				31-Dez-23
		A. Perimetro de Consolidação NIC/NIRF	B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade bancária	D. Outras actividades	
79 + 80	Juros e rendimentos similares	24 640 240 128	(15 394 625)	24 655 634 753	-	23 985 910 602
66 + 67	Juros e encargos similares	(8 384 296 755)	18 777 626	(8 381 859 969)	(21 214 412)	(8 475 531 109)
	Margem financeira	16 255 943 373	3 383 001	16 273 774 784	(21 214 412)	15 510 379 493
82	Rendimentos de instrumentos de capital	1 684 685	-	1 684 685	-	2 963 350
81	Rendimentos com serviços e comissões	2 589 636 390	-	2 589 636 390	-	3 263 998 940
68	Encargos com serviços e comissões	(1 104 021 849)	-	(1 103 479 890)	(541 959)	(1 488 256 476)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4 819 390	-	4 819 390	-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38 296 470	-	38 296 470	-	9 546 170
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	2 511 239 690	-	2 511 239 690	-	2 497 494 986
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	151 769 220	-	151 769 220	-	72 394 290
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	1 150 410 611	(28 879 261)	1 134 234 155	45 055 717	2 522 432 924
	Produto bancário	21 599 777 980	(25 496 260)	21 601 974 894	23 299 346	22 390 953 677
70	Custos com pessoal	(5 381 235 965)	-	(5 376 689 988)	(4 545 977)	(4 944 059 983)
71	Gastos gerais administrativos	(3 495 636 755)	-	(3 492 865 906)	(2 770 849)	(3 027 757 303)
77	Amortizações do exercício	(828 994 876)	32 955 370	(850 885 310)	(11 064 936)	(835 168 066)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	(62 951 335)	-	(62 951 335)	-	(605 640 840)
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(4 018 378 250)	-	(4 018 378 250)	-	(1 825 478 890)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(535 451 780)	-	(535 451 780)	-	(1 088 790 130)
	Resultados antes de impostos	7 277 129 019	7 459 110	7 264 752 325	4 917 584	10 064 058 465
650	Impostos Correntes	(2 520 888 194)	-	(2 519 152 530)	(1 735 664)	(2 668 896 253)
651	Correção de imposto relativos a exercícios anteriores	-	-	-	-	(293 076 520)
74 - 86	Diferidos	1 294 223 380	-	1 294 127 380	96 000	1 100 191 027
640	Resultados após impostos	6 050 464 205	7 459 110	6 039 727 175	3 277 920	8 202 276 719
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
641	Interesses minoritários	-	-	-	-	-
	Resultados consolidados do exercício	6 050 464 205	7 459 110	6 039 727 175	3 277 920	8 202 276 719

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III
Balanco - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Activo	31-Dez-24			31-Dez-23
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	80 779 054 420	-	80 779 054 420	61 667 285 720
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	532 066 150	-	532 066 150	2 966 354 400
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	7 532 079 290	-	7 532 079 290	4 229 367 770
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	16 264 467 760	74 450	16 264 393 310	22 661 869 260
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	78 256 936 550	6 789 517 590	71 467 418 960	67 211 603 191
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	42 742 075 960	-	42 742 075 960	39 649 600 020
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 330					

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III
Balanço - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas	Passivo	31-Dez-24	31-Dez-23
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	32 904 140	89 143 690
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	1 211 499 370	1 131 599 630
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	183 483 079 400	159 530 662 520
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	1 258 329 270	1 409 938 370
490	Passivos por impostos correntes	618 619 760	651 680 920,00
491	Passivos por impostos diferidos	244 809 280	62 433 670
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	12 802 593 410	16 342 309 253
	Total de Passivo	199 651 834 630	179 217 768 053
55	Capital		
602	Capital	10 000 000 000	10 000 000 000
57	Prémios de emissão	864 265 130	864 265 130
-56	Outros instrumentos de capital	-	-
58 + 59	Acções próprias	(278 060 200)	(278 060 200)
60 - 602 + 61	Reservas de reavaliação	423 109 510	17 523 800
64	Outras reservas e resultados transitados	15 104 790 870	12 052 201 610
-63	Resultado do exercício	6 039 727 175	8 181 434 088
62	(Dividendos antecipados)	-	-
	Interesses minoritários	-	-
	Total de Capital	32 153 832 485	30 837 364 428
	Total de Passivo + Capital	231 805 667 115	210 055 132 481

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV
Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		31-Dez-24	31-Dez-23
79 + 80	Juros e rendimentos similares	24 655 634 753	24 010 248 030
66 + 67	Juros e encargos similares	(8 381 859 969)	(8 482 446 090)
	Margem financeira	16 273 774 784	15 527 801 940
82	Rendimentos de instrumentos de capital	1 684 685	2 963 350
81	Rendimentos com serviços e comissões	2 589 636 390	3 263 998 940
68	Encargos com serviços e comissões	(1 103 479 890)	(1 488 243 940)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4 819 390	-
- 694 + 834+832	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38 296 470	9 546 170
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	2 511 239 690	2 497 495 310
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	151 769 220	72 394 290
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	1 134 234 155	2 489 252 258
	Produto bancário	21 601 974 894	22 375 208 318
70	Custos com pessoal	(5 376 689 988)	(4 940 059 870)
71	Gastos gerais administrativos	(3 492 865 906)	(3 025 794 930)
77	Amortizações do exercício	(850 885 310)	(852 660 950)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	(62 951 335)	(605 640 840)
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(4 018 378 250)	(1 825 478 890)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(535 451 780)	(1 088 790 130)
	Resultados antes de impostos	7 264 752 325	10 036 782 708
650	Impostos		
651	Correntes	(2 519 152 530)	(2 662 392 550)
74 - 86	Correção de imposto relativos a exercícios anteriores	-	(293 046 520)
640	Diferidos	1 294 127 380	1 100 090 450
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Resultados após impostos	6 039 727 175	8 181 434 088
	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	-	-

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

As presentes demonstrações financeiras anuais do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Março de 2025 e vão ser assinadas em seu nome por:


Francisco Pinto Machado Costa
(Presidente da Comissão Executiva)


Pedro Ferraz Correia dos Reis
(Administrador com o Pelouro Financeiro)

DECISÃO DA ASSEMBLEIA GERAL SOBRE A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DE 2024

A Assembleia Geral de Accionistas do BCI, reunida a 29 de Abril de 2025, decidiu a não distribuição de Dividendos relativos ao Resultado Líquido de 2024. Assim, em conformidade com o Decreto-Lei nº 01/2022 – Código Comercial, com a Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 e com a demais legislação aplicável, deliberou a aplicação do Resultado Líquido referente a 2024, no valor de MT 6.039.727.174,76 (seis mil e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e setenta e quatro meticais e setenta e seis centavos) nos seguintes termos:

	%	Valor
Reservas Legais	15%	905 959 076.21
Reservas Livres	85%	5 133 768 098.55

Esta decisão tem como objectivo reforçar a solidez do Balanço e aumentar a sua resiliência a possíveis agravamentos de riscos, diante das incertezas associadas ao contexto actual a nível nacional e internacional, e revela a prudência dos Accionistas e o seu compromisso com a solidez do Balanço do BCI, apesar de o Banco apresentar rácios de adequação de capital e de liquidez muito confortáveis, mesmo após ter reflectido integralmente nas suas Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2024, os impactos dos *downgrades* do *rating* do país ocorridos no primeiro trimestre de 2025.

Cartão BIO

É com B de Biodiversidade

Ao utilizares o **Cartão BIO**, estás a apoiar a conservação da natureza em Moçambique. Uma parte do valor das tuas compras reverte para a BIOFUND, sem qualquer custo para ti.



fala daki

800 224 224
Linha gratuita em território nacional

+258 21 224 224
Chamadas Internacionais

Atendimento 24h todos os dias

Emissão de Cartão: Grátis | Anuidade: 550,00 MT
Levantamento ATM SIMOrede: 9,50 MT
ATM VISA (internacional): 250,00 MT

**Vozes da Savana: Elefantes Monitorados
Comunidades Ouidas – 2024**



BCI
É daqui

É digital.

É de todos. e-Daki.

App Daki
eBanking
Adere já

Baixa já grátis



Vai ao banco sem saíres do lugar pelos canais e-Daki. Usa o eBanking no teu computador, ou a App e-Daki no teu smartphone ou tablet, para fazeres transferências, consulta de saldo e movimentos, compra de recargas e muito mais.

Para aderires tens de ser titular de uma conta à ordem BCI.

BCI
É daqui

PUBLICIDADE

A campanha é válida até 31 de Dezembro de 2027. **Preçário:** A subscrição e manutenção é gratuita. Consultas, Extractos, Pagamento de Serviços e Compra de Recargas: Grátis. **Transferências:** Para Contas BCI - Primeiras por dia grátis, (para Clientes Particulares e Sociedades Unipessoais), seguintes 15 MT. Para outros Bancos: 120 MT. Para Carteiras Móveis: 100 MT a 2000 MT – 20 MT | 2001 MT a 5000 MT – 40 MT | 5001 MT a 10.000 MT – 80 MT | 10.001 MT a 15.000 MT – 100 MT | 15.001 MT a 20.000 MT – 120 MT | 20.001 MT a 25.000 MT – 150 MT. Para mais informações sobre condições de adesão e preçário liga para a linha fala daki através do número grátis 800 224 224 ou consulta-nos em www.bci.co.mz.